



SANEAMENTO DE GOIÁS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2025



SANEAMENTO DE GOIÁS S.A.

**Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações dos valores adicionados - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Relatório de Auditoria Estatutário

A close-up photograph of a single water droplet on a surface, creating concentric ripples. The entire image has a blue color overlay.

Relatório da Administração 4T2025

Índice

1.	Desempenho Operacional.....	07
2.	Área de Atuação e Concessões.....	10
3.	Melhorias Operacionais.....	12
4.	Investimentos.....	16
5.	Desempenho do Resultado Financeiro – Receita.....	22
6.	Desempenho do Resultado Financeiro – EBITDA.....	24
7.	Análise e Discussão da Estrutura Patrimonial.....	33
8.	Marco Legal do Saneamento.....	37
9.	Governança Corporativa.....	40
10.	Segurança Hídrica.....	43
11.	Ambiente Regulatório.....	49
12.	Política de Equidade de Gênero.....	52
13.	Participação Acionária.....	56
14.	Classificação de Risco - Rating	58
15.	Iniciativas ESG.....	60

Apresentação

O Relatório de Administração da Companhia apresenta os principais resultados auferidos no período do 4T2025, introduzindo as Demonstrações Contábeis elaboradas em atendimento as Leis 6.404/76 e 13.303/16 bem como os normativos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações a seguir retratam dados do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025, e/ou 1º de outubro a 31 de dezembro de 2025, sendo os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Destques 2025

+ R\$ 247M



incremento de Receita em
relação aos 12M24

+42%



Elevação dos Investimentos
em Sistema de Esgoto em
comparação aos 12M24

-1,69pp



Redução do índice perdas
chegando a 21,85% nos
12M25

98,31%



Índice de Atendimento de
Água

75,09%



Índice de atendimento
em esgotamento

1B



Investidos, representando
38% de evolução ante os
12M24

Desempenho Operacional



ETA Mauro Borges no município de Goiânia

1. Desempenho Operacional

Em 2025 Companhia expandiu os sistemas de água e esgoto pelo estado de Goiás atingindo **98,31%** da população atendida com água, contando com um incremento de **2,65%** nas economias em relação ao mesmo período de 2024.

Com esse avanço a Companhia alcança uma população total de **6.233 mil** habitantes com abastecimento de água.

Em relação ao sistema de esgoto a população atendida passou de 73,99% para **75,09%** neste fechamento do 2025 com um incremento de economias de **2,95%** em relação ao mesmo período de 2024.

Dessa forma, **130 mil novas** pessoas passaram a ser atendidas com esgotamento sanitário, atingindo um total de **4.761 mil**.

Dados Gerais de Atendimento

Água – Indicadores Operacionais	Unid.	12M25	12M24	Var.	Var. (%)
População Atendida	Mil.	6.233	6.145	88	1,43%
Índice de Atendimento	%	98,31%	98,19%	0,12%	0,12%
Ligações	Mil.	2.573	2.503	70	2,80%
Economias	Mil.	2.785	2.713	72	2,65%
Extensão de Rede	Km	36.097	33.914	2.183	6,44%
Esgoto – Indicadores Operacionais	Unid.	12M25	12M24	Var.	Var. (%)
População Atendida	Mil.	4.761	4.631	130	2,81%
Índice de Atendimento Esgoto	%	75,09%	73,99%	1,10%	1,49%
Índice de Atend. Esgoto Tratado	%	94,90%	94,65%	0,25%	0,26%
Ligações	Mil.	1.587	1.539	48	3,12%
Economias	Mil.	1.777	1.726	51	2,95%
Extensão de Rede	Km	17.543	17.357	186	1,07%

Tabela 1

Volumes Produzidos/Faturados/Tratados

Água – Ind. Operacionais	Unid.	4T25	4T24	Var. (%)	12M25	12M24	Var. (%)
Volume Faturado de Água	Mil.	86.943	82.081	5,92%	336.119	325.821	3,16%
Volume Produzido de Água	Mil.	109.486	104.465	4,81%	428.161	424.634	0,83%
Esgoto – Ind. Operacionais	Unid.	4T25	4T24	Var. (%)	12M25	12M24	Var. (%)
Volume Faturado de Esgoto	Mil.	57.570	54.668	5,31%	223.201	216.930	2,89%
Volume Tratado de Esgoto	Mil.	86.943	82.081	5,92%	211.810	205.325	3,16%

Tabela 2

1.1 Desempenho de Pessoal

A Companhia possui hoje 5.339 empregados em todo o estado de Goiás que são responsáveis por 4.562 mil economias de Água e Esgoto.

A produtividade do quadro de pessoal, medida pela razão entre a quantidade de economias (água + esgoto) e o número de empregados, passou de 839 Economias/Empregados para **855** Economias/Empregados em 2025.

Essa elevação evidencia melhoria na eficiência de **1,91%**, ocasionada principalmente pela expansão da carteira de clientes no período, a qual se deve ao aumento do nº de economias em **2,65%** - Água e **2,95%** - Esgoto.

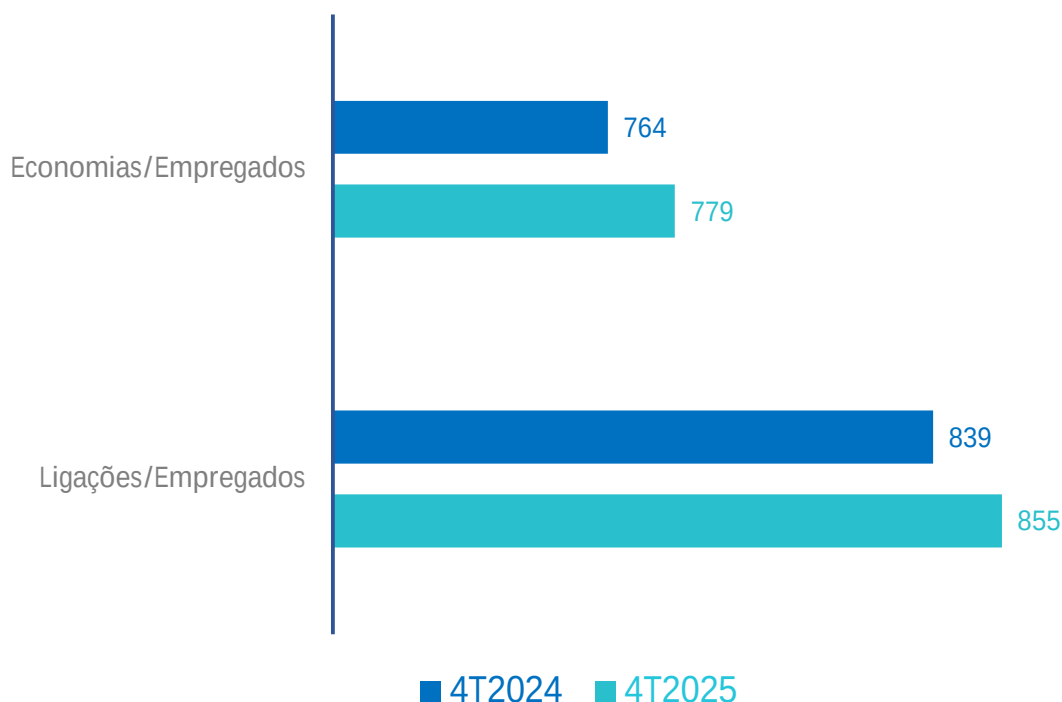


Gráfico 1

Área de Atuação e Concessões



2. Área de Atuação e Concessões

2.1 Atuação e Concessões

A Saneago, em 31 de dezembro de 2025, possui 223 contratos em operação que são assim distribuídos: 62 contratos de programa, 80 contratos de concessão e 81 contratos de concessão em prestação direta, todos com vencimento para 17 de dezembro de 2049 conforme aprovado pelo colegiado das microrregiões do Estado de Goiás.

Abaixo estão discriminados a participação na receita líquida da empresa de cada uma das modalidades de prestação de serviço:

Área de Atuação

Tipo de Contrato	Microrregião Oeste		Microrregião Centro		Microrregião Leste		Total	
	Qtde. Município	% Receita Líquida	Qtde. Município	% Receita Líquida	Qtde. Município	% Receita Líquida	Qtde. Município	% Receita Líquida
Programa	18	5,93%	20	45,87%	24	19,79%	62	71,59%
Concessão	31	2,84%	28	4,74%	21	4,89%	80	12,47%
Prestação Direta	30	7,10%	35	6,89%	16	1,95%	81	15,94%
Total	79	15,87%	83	57,50%	61	26,63%	223	100,00%

Tabela 3

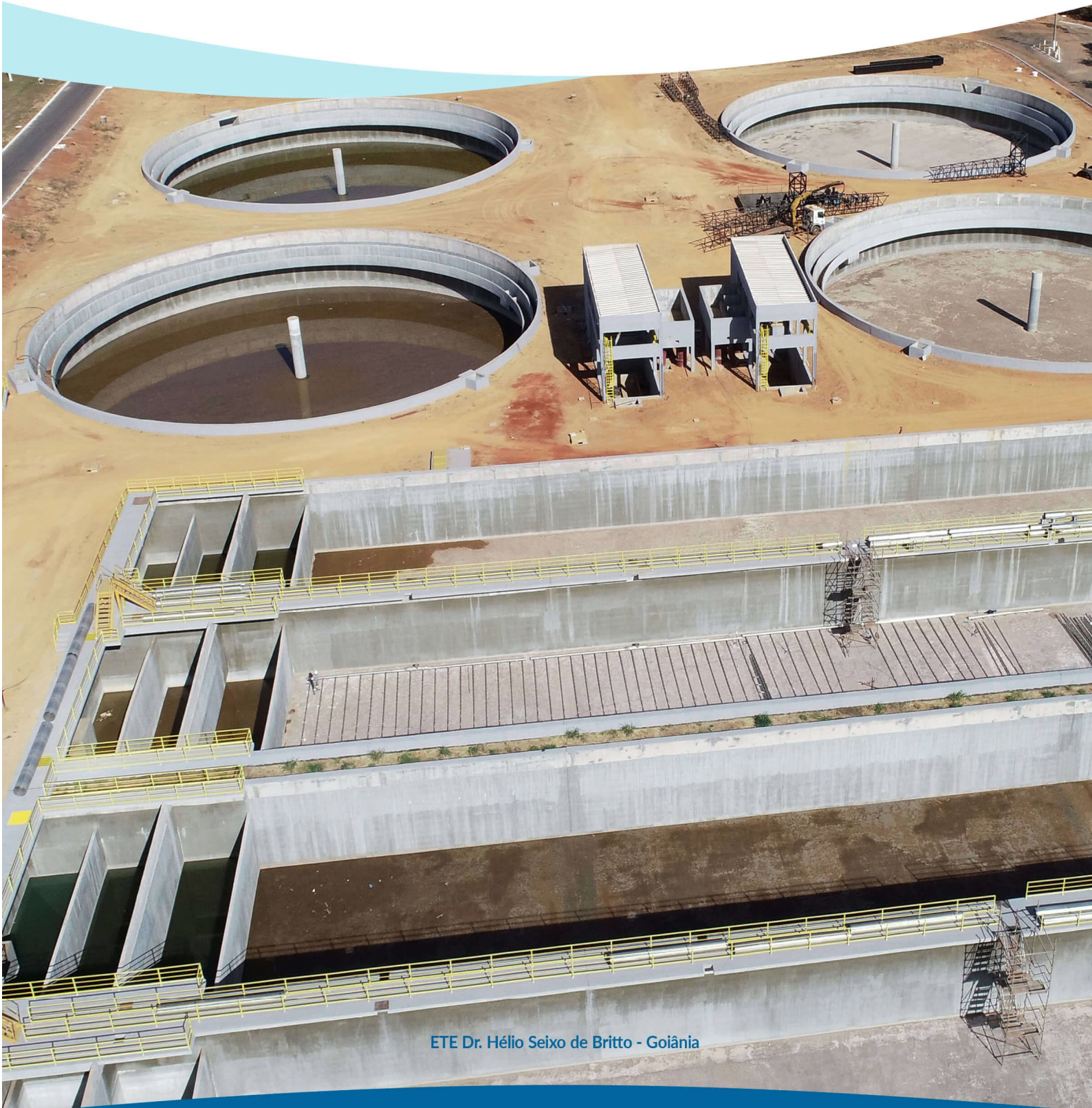
Verifica-se da tabela 4 abaixo que os 10 municípios com maior faturamento representam 61,75% da receita líquida da Companhia, faz-se destaque para os municípios de Goiânia e Anápolis que representam respectivamente, 36,05% e 7,24% da receita líquida total.

Contratos Top 10 – Maiores Receitas Líquidas

Ranking	Cidades	% Receita Líquida	Tipo de Contrato
1º	Goiânia	36,05%	Programa
2º	Anápolis	7,24%	Programa
3º	Aparecida De Goiânia	4,26%	Programa
4º	Valparaíso De Goiás	2,85%	Programa
5º	Rio Verde	2,44%	Programa
6º	Luziânia	2,27%	Programa
7º	Formosa	1,99%	Concessão
8º	Itumbiara	1,72%	Concessão
9º	Águas Lindas de Goiás	1,47%	Programa
10º	Planaltina	1,46%	Concessão
Total		61,75%	-

Tabela 4

Melhorias Operacionais



ETE Dr. Hélio Seixo de Britto - Goiânia

3. Melhorias Operacionais

3.1 Projeto de substituição do parque de hidrômetros

A Companhia está desenvolvendo um ambicioso projeto de modernização do seu Parque de Medidores, com a implementação da tecnologia volumétrica. Inicialmente, em 2023, foi contratado o fornecimento de 580.000 hidrômetros volumétricos com capacidade máxima de $Q_{\text{máx}} 3 \text{ m}^3/\text{h}$. Contudo, após a aprovação de um aditivo contratual no final de 2024, esse número foi ampliado para 725.000 unidades. O contrato previa um desembolso global de R\$ 104.687.625,90 (cento e quatro milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, seiscentos e vinte e cinco reais e noventa centavos).

Em 2023, foram entregues 299.611 hidrômetros volumétricos, distribuídos entre as unidades operacionais, totalizando um investimento de R\$ 36.599.844,81 (trinta e seis milhões quinhentos e noventa e nove mil oitocentos e quarenta e quatro reais e oitenta e um centavos). Já em 2024, foram recebidos 311.093 medidores, dos quais mais de 239.000 unidades foram aplicadas no projeto de substituição e cerca de 62.000 nas primeiras ligações de água. Considerando o valor médio atual do contrato, o investimento em 2024 foi de aproximadamente R\$ 45 milhões.

No período de janeiro a dezembro de 2025, foram fornecidas e distribuídas 119.408 unidades de hidrômetros volumétricos, correspondendo a um investimento total de R\$ 19.105.280,00 (dezenove milhões, cento e cinco mil, duzentos e oitenta reais).

Com a formalização do novo contrato de fornecimento de hidrômetros volumétricos, assinada em outubro de 2025, o projeto passou por um processo de reestruturação e retomada gradual da normalidade operacional. O novo instrumento contratual restabeleceu as condições de fornecimento em escala compatível com as necessidades operacionais da Companhia.

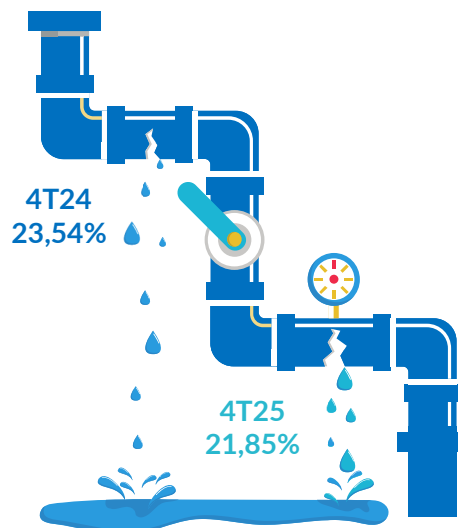
Para o exercício de 2026, a expectativa é a distribuição de aproximadamente 300.000 unidades de hidrômetros volumétricos, destinadas às superintendências SUINT, SUENT e SUMEG, com investimento estimado em R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais). Esse volume está alinhado ao planejamento estratégico de redução de perdas, melhoria da micromedição e aumento da eficiência operacional, representando a normalização do ritmo de substituição do parque de hidrômetros.

3.2 Índice de Perdas

A companhia registrou no encerramento do 4T25 um índice de perdas de **21,85%**.

Desta forma, além de garantir a otimização da água produzida, o combate a perdas é fundamental para o período crítico de escassez hídrica.

Esse percentual é fundamental para aumentar o volume disponível para consumo e ainda reduz os Custos com produção/distribuição de água, principalmente durante o período de escassez hídrica.



Perda de Água Tratada em m³

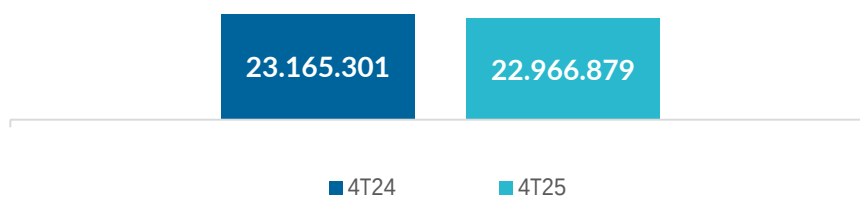


Gráfico 2

Perdas por Ligação (litros por ligação por dia)

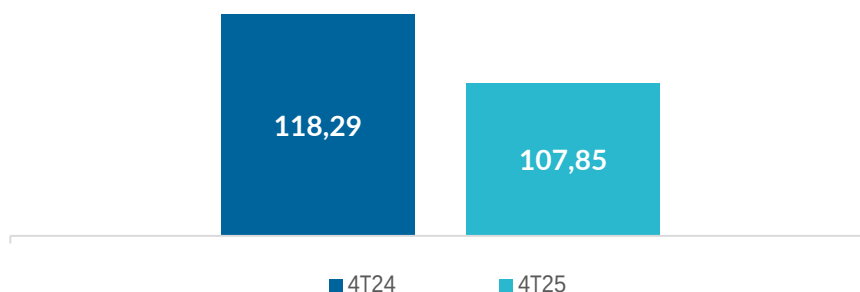


Gráfico 3

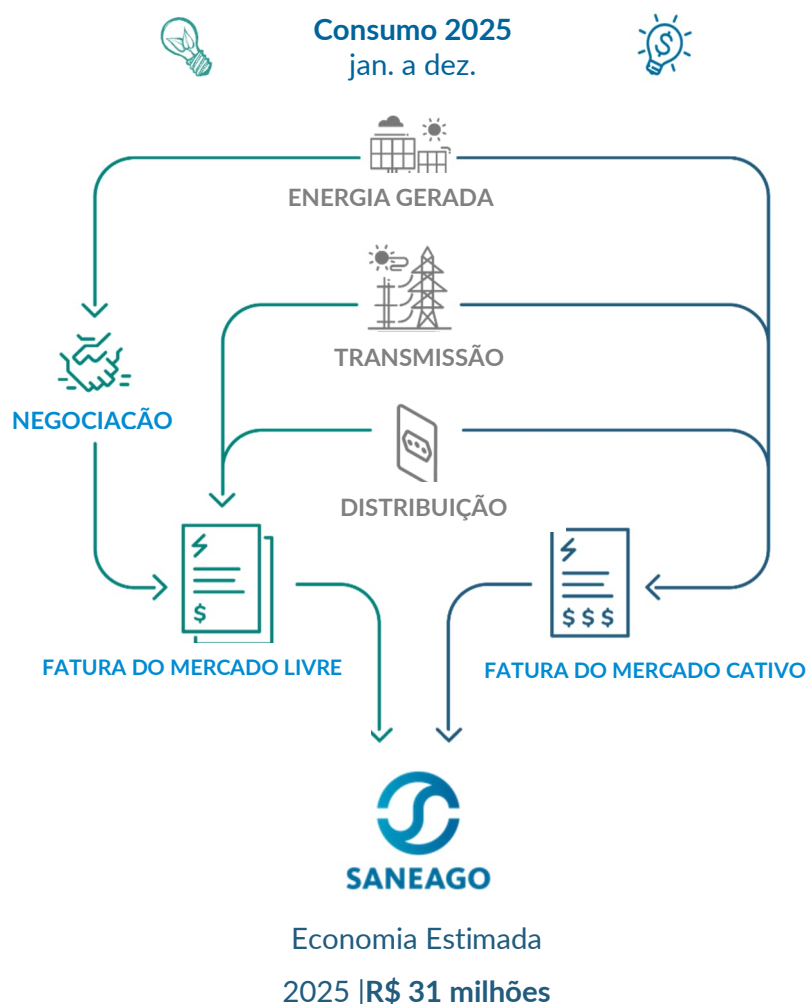
Verifica-se dos gráficos acima o reflexo da redução do índice para 21,85%, com o recuo para 107,85 litros de perda por ligação ante 118,29 no mesmo período em 2024.

3.3 Projeto de Aquisição de Energia do Mercado Livre

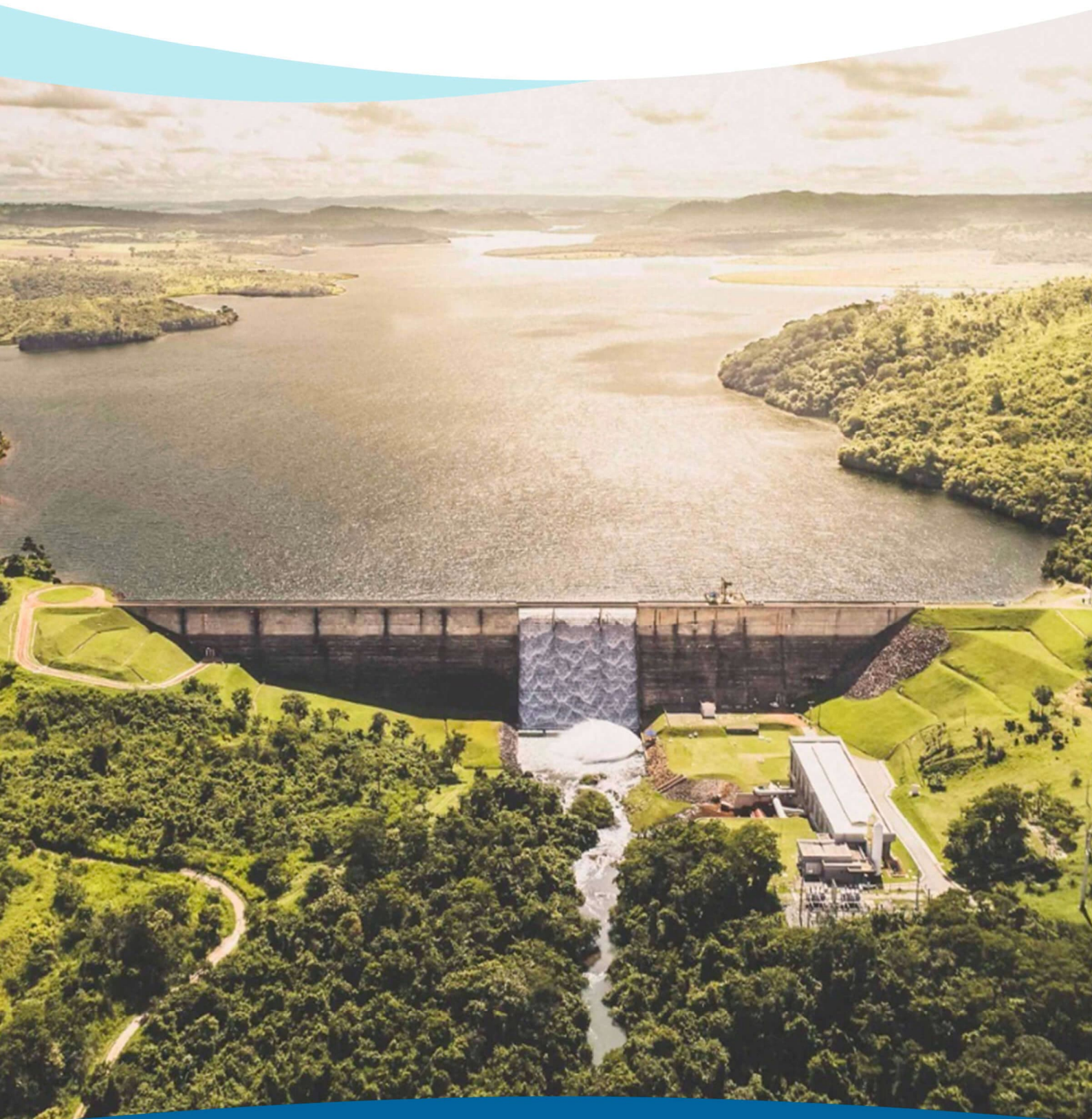
Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou a migração de 42 unidades para o Mercado Livre de Energia. Os contratos vigentes contemplam 19 cidades, nas quais estão localizadas as referidas Unidades Consumidoras (UCs), correspondentes a 41,4% do total de energia consumida pela Saneago.

De janeiro a dezembro de 2025 a economia estimada com as unidades que operam no Mercado Livre de Energia já atingiu R\$ 31 milhões.

Ações futuras: Consta no planejamento estratégico de gestão energética a migração de mais 28 UC's (Unidades Consumidoras) que serão migradas anualmente e representarão aproximadamente 60% de toda energia consumida pela Companhia.

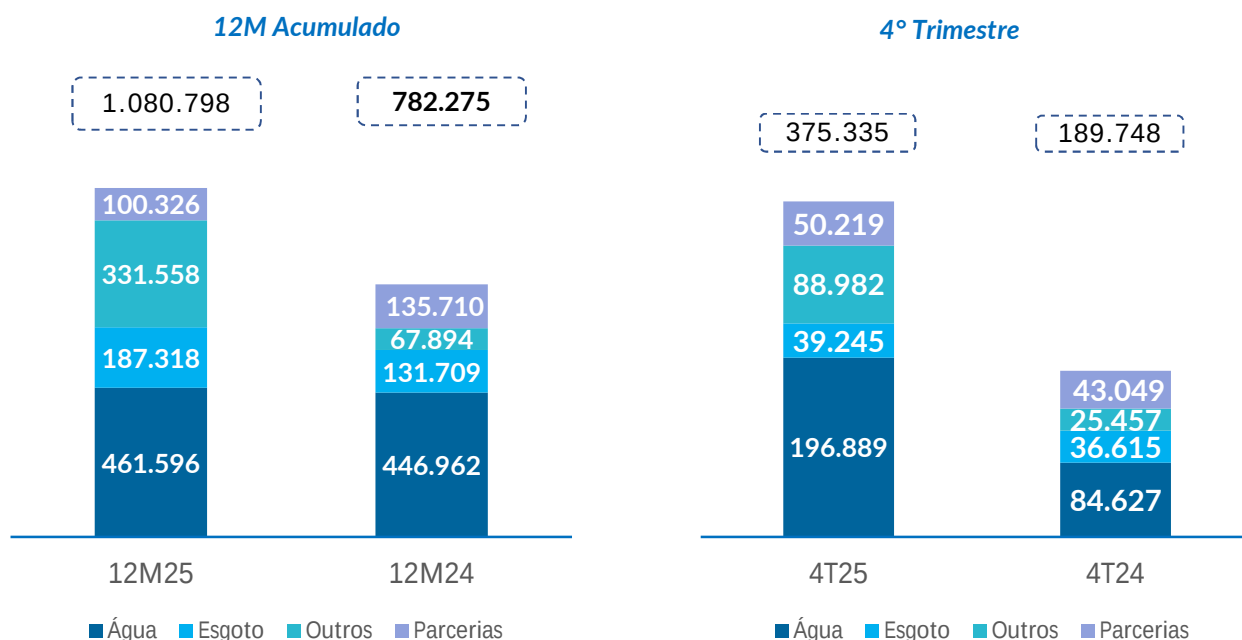


Investimentos



4. Investimentos

Os investimentos realizados no 4T25 somaram **R\$ 375.335 mil** e, na análise acumulada **12M25** chegou a **R\$ 1.080.798 mil**, conforme Gráfico 4. Deste montante, 12M25, 43% foram investidos em sistemas de abastecimento de água, enquanto 17% foram destinados aos sistemas de coleta e tratamento de esgoto sanitário, 31% foram investidos em programas de melhoria operacional, bens de uso geral e outros e, 9% investidos por meio de Parcerias em sistemas de esgoto.



Gráficos 4 e 5

Verifica-se um valor total de R\$ 331.558 mil na sigla “Outros” nos 12M25, em razão assinatura de novos contratos de leasing de veículos para composição da frota da Companhia, realizando seu registro conforme previsto no CPC 06 com o reconhecimento do valor total desses contratos como ativo – Direito de Uso em um total de R\$ 188.839 mil. Esse valor é depreciado mensalmente, conforme prazo contratual.

Outro fator importante para análise da variação entre 2025 ocorreu em razão de em 2024 ter sido realizado o pagamento relativo a aquisição da área onde está localizada a Estação de Tratamento de Água de Goiânia (ETAG) junto ao Estado de Goiás, em montante de R\$ 61.388 mil.

Detalhamento dos Investimentos

INVESTIMENTOS	1T25	2T25	3T25	4T25	12M25
ÁGUA	67.557	79.806	117.344	196.889	461.596
Adução água	344	84	9.090	21.823	31.341
Adução água	4.457	1.658	10.663	3.716	20.494
Captação	3.398	11.622	2.775	2.170	19.965
Elevatória de água	5.211	3.505	6.275	5.190	20.181
Ramal água	24.472	19.805	19.293	19.426	82.996
Rede água	8.627	12.252	25.055	31.665	77.599
Reservação	4.742	13.474	12.074	16.364	46.654
Tratamento de	16.306	17.406	32.119	96.535	162.366
ESGOTO	42.272	50.750	55.051	39.245	187.318
Estação Elev.	3.605	4.387	2.579	4.527	15.098
Interceptor/emissã	644	12.729	11.136	2.590	27.099
Ramal esgoto	628	538	942	644	2.752
Rede esgoto	8.822	10.626	15.709	12.446	47.603
Tratamento esgoto	28.573	22.470	24.685	19.038	94.766
OUTROS	35.060	141.801	65.715	88.982	331.558
Direito de Uso	14.112	105.558	17.632	51.538	188.840
Software	6.688	9.913	9.378	3.414	29.393
Equipamentos	13.756	9.378	8.056	684	31.874
Veículos	0	15.600	30.160	32.107	77.867
Outros	504	1.352	489	1.239	3.584
Total Geral	144.889	272.357	238.110	325.116	980.472

Tabela 5

Ressalta-se ainda o montante de R\$ 100.326 mil investidos pela Companhia por meio de Parcerias Privadas para a expansão dos serviços de esgotamento sanitários em Rio Verde, Aparecida de Goiânia, Trindade e Jataí, conforme nota explicativa nº 13.

4.1 Cenário de expansão para 2026

A Companhia possui um total aproximado de R\$ 1,025 bilhão em contratos de obras, sendo R\$ 615 milhões para expansão do Sistema de Abastecimento de Água (SAA), R\$ 370 milhões para expansão do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) e R\$ 40 milhões com o contrato de apoio à fiscalização de obras (Gerenciamento). Desse total, R\$ 554 milhões deverão ser entregues em 2026. Dentre as principais obras, destacam-se:

4.1.1 - Sistema de Abastecimento de Água (SAA):

- **Sistema de Abastecimento de Água de Goiânia, (Conexão Cristina e Booster João Leite)**, contemplando implantação do *Booster João Leite* e da Adutora de Água Tratada (DN 1200), que interligará os dois sistemas produtores de água de Goiânia (João Leite e Meia Ponte). O valor do investimento é de **R\$ 64 milhões**;
- **Sistema de Abastecimento de Água de Goiânia (Ampliação do SAA - Lote 2 - Região Noroeste)**, contemplando 8 Km de Adutoras de Água Tratada (DN800 a DN1200), Centros de Reservação (CRs) Paineiras, Recanto, Solar Ville 2 e Floresta, *Booster Liberdade* e *booster Vera Cruz*, na cidade de Goiânia. O valor do investimento é de **R\$ 50 milhões**;
- **Ampliação e melhorias da Estação de Tratamento de Água de Anápolis**, contemplando a instalação de dois novos módulos de tratamento, unidade de tratamento de resíduos, dentre outras unidades, que elevarão a capacidade de tratamento de 800 L/s para 1.600 L/s. O valor do investimento é de **R\$ 52 milhões**;
- **Implantação do Sistema de Abastecimento de Água no Distrito de Campos Lindos, Município de Cristalina**, englobando a execução de 14 poços, 02 Centros de Reservação (Alphaville e Marajó), Estação Elevatória, Estações de Tratamento de Água Modulares, adutoras, redes de distribuição de água e ligações domiciliares. O valor do investimento é de **R\$ 29,9 milhões**;
- **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Goiânia**, contemplando a implantação do *Booster ETAG*, com capacidade total de recalque de 4.800 L/s. O valor do investimento é de **R\$ 24 milhões**;
- **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de São Luís de Montes Belos**, contemplando a implantação da nova captação no Ribeirão Santa Rosa, ampliando em 117 L/s a produção de água. O valor do investimento é de **R\$ 22,6 milhões**.
- **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Valparaíso**, contemplando a execução de dois reservatórios metálicos de 10.000 m³ cada na Estação de Tratamento de Água – ETA Corumbá. O valor do investimento é de **R\$ 25 milhões**.
- **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Aparecida de Goiânia**, contemplando a execução de adutoras de Água Tratada e conclusão do CR Veiga Jardim. O valor do investimento é: **R\$ 12,6 milhões**;
- **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água, de Barro Alto**, contemplando a execução da barragem de Nível, nova Adutora de Água Bruta, Tratamento Preliminar e elevatória. O valor do investimento é: **R\$ 2 milhões**;

- **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Goiânia**, contemplando a Duplicação da Adutora de Água Tratada do Booster Vila Adélia ao Centro de Reservação Atlântico. O valor do investimento é de **R\$ 14,9 milhões**;
- **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Iporá**, contemplando a implantação da UTR na ETA de Iporá. O valor do investimento é de **R\$ 2,8 milhões**;
- **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Morrinhos**, contemplando a implantação da UTR na ETA de Morrinhos. O valor do investimento é de **R\$ 2,5 milhões**;
- **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de São Luiz do Norte**, contemplando a implantação da Captação Superficial no Rio Vermelho. O valor do investimento é de **R\$ 3,2 milhões**;
- **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Nerópolis**, contemplando a implantação de redes nos setores Sul, Jd. Progresso e Alto da Boa Vista. O valor do investimento é de **R\$ 8,7 milhões**;
- **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Goiânia**, contemplando a implantação de redes de água nos setores Curitiba I e II, Finsocial, São Domingos, Residenciais JK e Tancredo Neves. O valor do investimento é de **R\$ 9,6 milhões**;
- **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Hidrolândia**, contemplando a ampliação do Sistema Produtor Cidade das Águas. O valor do investimento é de **R\$ 3,5 milhões**;

4.1.2 - Sistema de Esgotamento Sanitário (SES):

- **Ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto Dr. Hélio Seixo de Britto, em Goiânia**, contemplando a implantação do tratamento secundário através do sistema de lodo ativado. O valor do investimento é de **R\$ 47 milhões**;
- **Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) Novo Gama**, contemplando a implantação do SES Santa Maria, contemplando Estação Elevatória de Esgoto e Estação de Tratamento de Esgoto. O valor do investimento é de **R\$ 73,5 milhões**;
- **Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) Anápolis**, contemplando a conclusão da Ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto e de redes coletoras. O valor do investimento é: **R\$ 62,5 milhões**;
- **Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) Aruanã**, contemplando a implantação da Estação Elevatória de Esgoto e Redes Coletoras de Esgoto no Setor Encontro dos Rios. O valor do investimento é de **R\$ 3,1 milhões**;

- **Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) Bela Vista**, contemplando a ampliação da extensão de Rede Coletora de Esgoto e da Capacidade de Tratamento da ETE Existente (Sistema De Aeração De Lagoas). O valor do investimento é de **R\$ 2,3 milhões**;
- **Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) Cristalina**, contemplando a melhoria da Estação de Tratamento de Esgoto Arrojado e o Remanescente das Obras de Implantação das Estações Elevatórias de Esgoto Laje e Embira 2, Redes Coletoras de Esgoto e Interceptor Arrojado 2. O valor do investimento é de **R\$ 22,6 milhões**;
- **Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) Goiânia**, contemplando a implantação de redes coletoras de esgoto nos bairros Vila Alto da Glória, Residencial Cléia Borges e Residencial Parque Flamboyant. O valor do investimento é de **R\$ 4,1 milhões**;
- **Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) Minaçu**, contemplando a implantação da Estação Elevatória de Esgoto Furnas e Sua Linha de Recalque, do Interceptor na Área da Estação de Tratamento de Esgoto e das Redes Coletoras nos Setores Ilson Vaz, Serrinha e Adjacências do Setor Jardim Arimatéia. O valor do investimento é de **R\$ 5 milhões**;
- **Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) Sanclerlândia**., contemplando a execução de Redes Coletoras, Estação Elevatória de Esgoto (EEE) e Linha de Recalque. O valor do investimento é de **R\$ 1 milhão**;
- **Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) Uruaçu**, contemplando a implantação da Estação Elevatória de Esgoto (EEE), de Redes Coletoras nos setores Lago Sul I e Oeste, do Interceptor Areia e de Interligações de Rede nos Bairros Parque Alvorada e Vila Santana. O valor do investimento é de **R\$ 3,7 milhões**;
- **Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) Niquelândia**, contemplando a execução de Redes Coletoras de Esgoto nos Setores Jardim Belo Horizonte, Jardim Aurora, Bairro Jk Madri e Conjunto Habitacional Codemim. O valor do investimento é de **R\$ 5,4 milhões**.

Desempenho do Resultado Financeiro - Receita



Sistema Produtor Corumbá no município de Luziânia

5. Receita

5.1 Receita

No 4T25 a Companhia registrou elevação de **11,75%** na Receita de Serviços de Água e Esgoto, na análise acumulada, 12M25 essa elevação foi de **7,47%**. Esse resultado reflete a aplicação do reajuste tarifário de 4,19% a partir de 01 de abril de 2025. Além disso, destaca-se a elevação do volume faturado de água **3,16% nos 12M25**, ou seja, a elevação do consumo de clientes com ênfase nas categorias residencial e comercial. Ressalta-se ainda, o crescimento de **2,65%** as economias de água e **2,95%** em economias de esgoto.

Receita de Serviços de Água e Esgoto

Receita por Tipo de serviço	4T25	4T24	Var. (%)	12M25	12M24	Var. (%)
Residencial	454.838	400.778	13,49%	1.735.037	1.609.452	7,80%
Comercial	64.618	56.977	13,41%	244.428	227.129	7,62%
Industrial	18.640	15.398	21,05%	70.147	61.651	13,78%
Pública	34.495	31.386	9,91%	135.684	125.541	8,08%
Tarifa Social	2.571	2.546	0,98%	10.209	10.266	-0,56%
Receitas Indiretas de Serv.	16.712	15.308	9,17%	46.375	43.253	7,22%
Tarifa Mínima Fixa	90.263	84.296	7,08%	353.540	332.095	6,46%
Total Água	682.137	606.689	12,44%	2.595.420	2.409.387	7,72%
Residencial	215.808	191.433	12,73%	825.313	771.332	7,00%
Comercial	48.562	43.544	11,52%	185.123	172.020	7,62%
Industrial	7.008	6.090	15,07%	26.850	24.262	10,67%
Pública	19.575	19.480	0,49%	81.307	78.121	4,08%
Tarifa Social	1.050	1.061	-1,04%	4.133	4.219	-2,04%
Receitas Indiretas de Serv.	10.525	11.483	-8,34%	60.035	54.649	9,86%
Tarifa Mínima Fixa	33.057	30.961	6,77%	129.543	122.197	6,01%
Outorga de Subdelegação	2.275	2.275	0,00%	9.100	9.100	0,00%
Total Esgoto	337.860	306.327	10,29%	1.321.404	1.235.900	6,92%
Serviços Técnicos	675	535	26,17%	2.773	2.367	17,15%
Receita Bruta Total (Água + Esgoto)	1.020.672	913.551	11,73%	3.919.597	3.647.654	7,46%
Deduções	(95.064)	(85.287)	11,46%	(367.574)	(342.609)	7,29%
Receita de Água e Esgoto	925.608	828.264	11,75%	3.552.023	3.305.045	7,47%

Tabela 6

Desempenho do Resultado Financeiro - EBITDA



6. EBITDA

6.1 EBITDA

O EBITDA da Companhia alcançou **R\$ 284.482 mil** no 4T25 frente aos R\$ 263.799mil registrados no mesmo período do ano anterior, perfazendo uma elevação 7,84% em relação ao 4T24. Na análise acumulada, 12M25 houve elevação de 4,24% chegando a **R\$ 1.058.498 mil**.

Neste 4T25/12M25 os principais impactos foram:

- Elevação da Receita Líquida em 7,47% nos 12M2025, fruto tanto do reajuste tarifário de 4,19% a partir de 01 de abril de 2024 quanto da expansão das economias de água em 2,65% e de esgoto em 2,95%;
- Elevação dos gastos com serviços de terceiros em razão da expansão de serviços de limpeza de redes de esgoto, locações de máquinas pesadas para operação e consultorias para melhoria na gestão de projetos, conforme item 6.3.4;
- Leilão de bens inservíveis à administração realizado em junho com arrecadação de R\$ 13.609 mil, conforme item 6.1.1.2.2;

A relação entre o EBITDA sobre o faturamento líquido no 4T25 foi de **30,73%** frente aos 31,85% apurados no mesmo período do ano anterior. Nos 12M25 esse percentual chegou a 29,80%.

Desempenho do Resultado Financeiro

Desempenho Financeiro	4T25	4T24	Var. %	12M25	12M24	Var. %
Receita Total Líquida (+)	925.608	828.264	11,75%	3.552.023	3.305.045	7,47%
Pessoal (-)	(365.935)	(345.316)	5,97%	(1.394.105)	(1.298.568)	7,36%
Material (-)	(36.435)	(35.820)	1,72%	(129.568)	(140.112)	-7,53%
Terceiros (-)	(79.875)	(83.798)	-4,68%	(363.441)	(298.268)	21,85%
Energia Elétrica (-)	(85.289)	(84.681)	0,72%	(291.281)	(274.378)	6,16%
Gerais (-)	(17.985)	(10.591)	69,81%	(43.048)	(34.342)	25,35%
Remun./Inden. de Concessão (-)	(34.766)	(25.783)	34,84%	(123.849)	(112.456)	10,13%
Despesas Tributárias (-)	(17.333)	(3.683)	370,62%	(49.408)	(32.203)	53,43%
Provisões/Reversões (-)	(8.132)	34.098	-123,85%	(47.048)	1.152	-4184,03%
Perdas/Recup. Créditos (-)	7.506	11.846	-36,64%	16.627	26.872	-38,13%
Outras Receitas/Despesas (-)	(2.882)	(20.737)	-86,10%	(68.404)	(127.269)	-46,25%
Amortização/Depreciação (-)	(52.823)	(39.146)	34,94%	(197.790)	(167.437)	18,13%
Total de custos e despesas (=)	(693.949)	(603.611)	14,97%	(2.691.315)	(2.457.009)	9,54%
Resultado Financeiro (-)	63.262	9.940	536,44%	63.386	(994)	-6476,86%
IRPJ e CSLL Corrente/Diferido (-)	(81.175)	(65.840)	23,29%	(254.325)	(225.448)	12,81%
Lucro Líquido (=)	213.746	168.753	26,66%	669.769	621.594	7,75%
EBTIDA	284.482	263.799	7,84%	1.058.498	1.015.473	4,24%
Margem EBITDA	30,73%	31,85%	-3,50%	29,80%	30,72%	-3,01%
EBITDA Ajustado	311.696	243.511	28,00%	1.126.885	1.081.366	4,21%
Margem EBITDA Ajustado	33,67%	29,40%	14,54%	31,73%	32,72%	-3,04%

Tabela 7

Reconciliação do EBITDA	4T25	4T24	Var. %	12M25	12M24	Var. %
Lucro Líquido	213.746	168.753	26,66%	669.769	621.594	7,75%
(-) Amortização/Deprec	52.823	39.146	34,94%	197.790	167.437	18,13%
(-) Resultado Finan.	(63.262)	(9.940)	536,44%	(63.386)	994	-6476,86%
(-) IRPJ/CSLL	81.175	65.840	23,29%	254.325	225.448	12,81%
(=) EBITDA	284.482	263.799	7,84%	1.058.498	1.015.473	4,24%

Tabela 8

6.1.1 Itens Não Recorrentes

6.1.1.2 Outras Receitas/Despesas

6.1.1.2.1 Aplicação de penalidade a subdelegatária

Neste 12M25 a Companhia reconheceu na rubrica Penalidades Contratuais um total de R\$ 1.555 mil relativo a penalidades aplicadas à subdelegada BRK Ambiental nas operações de Aparecida de Goiânia, Jataí e Rio Verde. Esse valor foi repassado à Companhia por meio de obras de infraestrutura no Sistemas de Água das cidades subdelegadas. Em 12M24 esse valor foi de R\$ 27.717 mil líquidos. A administração entende que essa receita não tem natureza recorrente e por isso também não foi considerada para o cálculo da margem ajustada. Ressalta-se que o efeito líquido de PIS e COFINS em 12M25 foi de R\$ 1.555 mil.

6.1.1.2.2 Leilão de bens inservíveis

Em 2025 a Companhia realizou leilão de bens inservíveis tais como veículos e motocicletas arrecadando um total de R\$13.609 mil. A Companhia entende não ter efeitos recorrentes nas demonstrações e margens da Companhia.

6.1.1.2.3 Reconhecimento de perdas em Obra/Ação judicial saldo de obra

Em janeiro de 2025 a Companhia reconheceu a perda de valores investidos na obra da ETE localizada no município de Campinaçu em montante de R\$ 3.699 mil. A perda ocorreu em razão de problemas de legalização fundiária. Em julho/2025 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 5.640 mil relativo à indenização de empreiteira relativo a saldo de obra do contrato nº 350/2009 que estava em discussão judicial. Em Setembro/2025 e Outubro/2025 foram reconhecidos novos valores de perdas em outras obras somando um total de R\$ 4.867 mil. A Companhia entende não ter efeitos recorrentes nas demonstrações e margens.

6.1.1.2.4 Ação judicial no Município de Anápolis/ Acerto débitos

Em março de 2025 a Companhia reconheceu o valor de R\$ 3.445 mil relativo à ação judicial em que um condomínio residencial questionava a cobrança de tarifa mínima nas

unidades. Em Dezembro/2025 a Companhia aderiu ao programa de acertos de débitos e questões judiciais junto ao município de Anápolis realizando a quitação de R\$ 3.045 mil. A Companhia entende não ter efeitos recorrentes nas demonstrações e margens.

6.1.1.2.5 Ação judicial de execução

Em abril/2025 a Companhia reconheceu o valor de R\$ 607 mil relativo a ação de execução de fornecedor em processo de cobrança. A Companhia entende não ter efeitos recorrentes nas demonstrações e margens.

6.1.1.2.6 Juros de ação trabalhista/FGTS

Em 2024 a Companhia realizou acordo trabalhista junto ao Sindicato da categoria relativo a verbas devidas e, parte das contribuições previstas no acordo foram recolhidas em 2025 ocasionando pagamento de juros de R\$ 2.219 mil. Em Dezembro/2025 foi realizado pagamento de FGTS de ações trabalhistas em montante de R\$ 1.147 mil. A Companhia entende não ter efeitos recorrentes nas demonstrações e margens.

6.1.1.5 Energia

Nos meses de janeiro a junho a Companhia reconheceu embutido ao custo de energia o valor de R\$ 6.485 mil. Esse montante refere-se ao lastro pela contratação de energia do mercado livre de energia em razão da rescisão contratual por parte da contratada. Essa situação ensejou o aumento do lastro por parte da Saneago em razão da ausência de contrato.

6.1.1.6 Acertos Consórcio Corumbá/ Esgoto exportado Novo Gama

A Companhia juntamente com a CAESB realizou acertos no sentido de equilibrar a relação entre as partes operadoras do Consórcio Corumbá no sentido de indenizar ambas as partes por custos incorridos por elas. Nesse sentido foi apurado junto a CAESB um valor devido de R\$ 3.572 mil relativo a utilização de suas estruturas em anos anteriores a 2025. Nessa mesma linha, foi reconhecido pela Saneago um montante de R\$ 13.539 mil relativo ao maior consumo de água produzido pela CAESB como indenização à Saneago. Em acordo com a CAESB a Companhia realizou o pagamento de R\$ 13.472 mil relativo a exportação de esgoto de Novo Gama que vem sendo tratado nas unidades da CAESB e não havia sido apurado o custo e acerto desses valores. Ainda em relação a CAESB, foi registrado em maio/2025 as faturas de aquisição de água para Novo Gama relativas a novembro e dezembro de 2024 em montante de R\$ 1.978 mil. A Companhia entende não ter efeitos recorrentes nas demonstrações e margens.

6.1.1.7 Taxa de uso e domínio de captação de água

Foi instituída no Estado Taxa de Uso e Domínio de captação de água em mananciais e registrado em 2025 o valor de R\$ 12.181 mil apesar de o pagamento ter sido realizado

em janeiro de 2026. Isso se deve pelo fato que a metodologia de apuração da margem EBITDA ajustada adotada pela companhia desconsidera despesas não recorrentes ou que efetivamente não tenha efeito caixa. Em razão do não efeito caixa no exercício de 2025 a Companhia entende que o efeito desse pagamento deva refletir nas margens de 2026 demonstrando o impacto real no fluxo de caixa em 2026.

6.2 EBITDA Ajustado

O EBITDA ajustado, calculado desconsiderando as Provisões/Reversões/Perdas e Recuperação de Créditos contábeis, que comprovadamente não tenham efeito caixa, conforme descrito na tabela 9, foi mensurado para o 4T25 no valor de **R\$ 311.696 mil** representando acréscimo de 28% frente ao mesmo período do exercício anterior.

Reconciliação do EBITDA Ajustado

Reconciliação do EBITDA	4T25	4T24	Var. %	12M25	12M24	Var. %
EBITDA (+)	284.482	263.799	7,84%	1.058.498	1.015.473	4,24%
Provisões/Reversões (+)	8.132	(34.098)	-123,85%	47.048	(1.152)	-4184,03%
Perdas/Recup. Créditos	(7.506)	(11.846)	-36,64%	(16.627)	(26.872)	-38,13%
Abono ACT 2023 – Não Recorrente	-	-	-	-	11.290	-100,00%
Ind. Obra EQUIPAV	-	4.879	-	-	4.879	0,00%
Pgto. Fundo.Reetr. Itumbiara	-	9.105	-100,00%	-	9.105	0,00%
TAC BRK (Líquido PIS/COFINS)	-	(2.080)	-100,00%	(1.555)	(27.717)	-94,39%
Reequilíbrio BRK	-	(15.306)	-100,00%	-	60.197	-100,00%
Pgto Lastro Energia ML	(148)	12.196	-101,21%	6.485	12.196	-46,83%
Ind. Ação Anápolis	-	-	-	3.445	-	-
Multa MPMO Ação Minaçu	-	-	-	500	-	-
Ação Trab./INSS	1.147	15.582	-92,64%	3.366	15.582	-78,40%
Pgto. Fundo.Reetr. Goiatuba	-	1.280	-	-	8.385	-100,00%
Autos infr. AGR	-	-	-	233	-	-
Leilão Bens Inservíveis	-	-	-	(13.609)	-	-
Exec contratual c/ fornecedor	-	-	-	607	-	-
Pgto. Fundo.Reetr. Quirinópolis	2.198	-	-	2.198	-	-
Acerto valores Campos Belos	1.380	-	-	1.380	-	-
Acertos Cons. Corumba/CAESB	3.506	-	-	3.506	-	-
Acerto CAESB/Novo Gama	1.978	-	-	1.978	-	-
Perda em obras/Ações ligadas	1.301	-	-	14.206	-	-
Acerto Processos Anápolis	3.045	-	-	3.045	-	-
Taxa de uso de domínio de água	12.181	-	-	12.181	-	-
EBITDA Ajustado	311.696	243.511	28,00%	1.126.885	1.081.366	4,21%

Tabela 9

A relação entre o EBITDA Ajustado sobre o faturamento líquido (margem EBITDA ajustado) no 4T25 foi de **33,67%** frente os 29,40% apurados no mesmo período do ano anterior. Na análise acumulada, 12M2025 esse percentual chegou a **31,73%**.

6.3 Custos e Despesas

6.3.1 Pessoal

O gasto apurado com pessoal no 4T25 totalizou R\$ 365.935 mil, representando uma elevação de 5,97% em relação ao mesmo período em 2024. Na análise acumulada, 12M25 essa variação chegou a 7,36% em um total de R\$ 1.394.105 mil. Essa elevação reflete além do crescimento vegetativo e do Plano de Carreira, a previsão de reposição da inflação a partir de junho/2025 em 5,20% concedida em outubro retroativa. Não obstante foi concedido abono aos colaboradores e o valor da 1ª parcela a ser paga em outubro é R\$ 14.415 mil, provisionado em setembro.

6.3.2 Energia Elétrica

O custo com energia elétrica totalizou no 4T25, R\$ 85.289 mil, uma elevação de 0,72% ante 2024. Na análise acumulada, 12M25 essa variação foi 6,16%.

Dentre os principais fatores dessa variação ressalta-se:

- Reajuste da energia da concessionária Equatorial a partir de outubro de 2024 em 2,23% e de 17,04% a partir de outubro de 2025;
- Migração de 9 UC's para o mercado livre de energia as quais representam 2,76% do consumo de energia da Companhia;
- Elevação do consumo em KWH em 4,10% em comparação ao mesmo período de 2024;
- Reajustes no custo da energia do Mercado livre em 4,82% e 5,06%;
- Ajuste, em setembro de 2024 de R\$ 6.690 mil relacionado a acerto do Consórcio Corumbá.

6.3.4 Serviços de terceiros

Os gastos com serviços de terceiros apresentaram recuo de -4,68% no 4T25 e elevação de 21,85% na análise acumulada 12M25. O recuo identificado no 4T ocorreu em razão da reclassificação de parte dos serviços de reposição asfáltica e locações de máquinas pesadas que eram vinculadas a investimentos. Dentre os principais fatores desta elevação destacam-se a elevação dos gastos com manutenções em redes de esgoto no período saindo de R\$ 9.978 mil em 2024 para R\$ 29.529 mil em 2025 com maior eficiência na prestação desses serviços e manutenções preventivas nas redes. Registra-se ainda a expansão dos contratos de locações de máquinas pesadas para pequenas manutenções e obras corretivas bem como transporte e disposição de lodo gerado no tratamento da ETE Hélio Seixo de Brito em Goiânia. Esses serviços elevaram os custos dessas locações em R\$ 31.007 mil.

Houve ainda elevação dos custos com consultorias em R\$ 6.204 mil relativo a modernização de processos da área de engenharia com contratação para formatação de banco de preços e implementação da metodologia BIM nos projetos.

6.3.5 Gerais

Os gastos com despesas gerais tiveram elevação de 69,81% no 4T25 e 25,35% nos 12M25. O principal fator dessa elevação foram os patrocínios concedidos pela Companhia por meio da Lei de Incentivo à Cultura em montante total de R\$ 12.477 mil ante R\$ 6.935 mil em 2024.

6.3.6 Remun./Inden. de Concessão/Contratual

Os valores pagos às prefeituras em razão de contratos de concessão e programa no 4T25 registaram elevação de 34,84%, na análise acumulada 12M25 essa variação foi uma elevação 10,13%. Esses valores variam, conforme faturamento e arrecadação do período em cada cidade visto que esses parâmetros são base de cálculo para apuração dessa participação.

6.3.7 Tributárias

As despesas tributárias apresentaram elevação de 370% no 4T25 em comparação ao 4T24. Na análise acumulada, 12M25 essa variação foi de 53,43%. Essa elevação ocorreu em razão da criação de nova taxa no estado sob o uso e domínio de captações de água. O valor total dessa taxa somou R\$ 12.180 mil, reconhecido em 2025 mas os valores foram pagos em janeiro de 2026.

6.3.8 Outras Despesas/ Outras Receitas

O grupo de Outras Despesas e Outras receitas apresentou recuo do saldo credor neste 4T25 em 86,10% e, de 46,25% na análise acumulada 12M25. A principal variação ocorrida foi que, em 2024 houve o reconhecimento do Reequilíbrio Econômico junto a subdelegatária de serviços (Aparecida de Goiânia, Rio Verde, Trindade e Jataí) em montante de R\$ 60.197 mil.

6.4 – Provisão/ Perdas/Recup. de Créditos Prescritos

Provisões/Reversões

Reversões (-) Provisões Líquidas	4T25	4T24	Var. %	12M25	12M24	Var. %
Provisão para Contingências	1.568	25.300	-93,80%	(5.532)	37.544	-114,73%
Provisão para Perdas/Estoque	(250)	(356)	-29,78%	(575)	(399)	44,11%
Reversão de perdas em Obras	2.977	4.408	-33,51%	12.697	20.442	-37,89%
Perdas Estimadas Liq. Duvidosa	16.143	9.226	74,97%	(54.074)	(56.298)	-3,95%
Provisão Prog. De Part. Resul. (PPR)	(28.570)	(4.481)	537,58%	436	(137)	-418,25%
Reversões (-) Provisões Líquidas	(8.132)	34.097	-123,85%	(47.048)	1.152	-4184%

Tabela 10

Perdas e Rec. Créditos

Perdas/Recup. de Créditos	4T25	4T24	Var. %	12M25	12M24	Var. %
Perdas e Rec. Créd.	7.506	11.846	-36,64%	16.627	26.872	-38,13%

Tabela 11

De acordo com a tabela supracitada, identifica-se um saldo devedor de R\$ 47.048 mil neste 12M25 ante R\$ 1.152 mil no 12M24.

A seguir os principais destaques:

- a) Saldo credor das contingências de 2024 em razão de maiores reversões de ações judiciais naquele período;
- b) Redução de reversões de perdas em obras de 37,89%.

6.5 – Resultado Financeiro Líquido

O resultado apresentado nos 12M25 apresentou saldo credor em R\$ 63.386 mil. No período em análise destaca-se os principais fatores das variações:

- a) A Companhia realizou a apropriação de parte dos juros de financiamentos de todo exercício de 2025 para as obras que foram financiadas com esses recursos, totalizando R\$ 75.231 mil.

Receitas e Despesas Financeiras Líquidas

Resultado Financeiro	4T25	4T24	Var. %	12M25	12M24	Var. %
Receitas Financeiras						
Juros,/Multas	49.875	45.430	9,78%	192.086	151.823	26,52%
Atualização Monetária	2.892	5.687	-49,15%	10.964	15.120	-27,49%
Ajuste a Valor Presente	(29)	(534)	-94,57%	(500)	(488)	2,46%
	52.738	50.583	4,26%	202.550	166.455	21,68%
Despesas Financeiras						
Juros de dívidas	19.517	(30.622)	-163,74%	(121.794)	(134.234)	-9,27%
Atualização Monetária	(2.930)	102	-2972,55%	(5.071)	(6.206)	-18,29%
Outros juros/multas	(4.954)	(4.212)	17,62%	(16.990)	(15.408)	
Variação Cambial	(1.110)	(5.911)	-81,22%	4.691	(11.601)	-140,44%
	10.523	(40.643)	-125,89%	(139.164)	(167.449)	-16,89%
Resultado Financeiro	63.261	9.940	536,43%	63.386	(994)	-6476,86%

Tabela 12

6.6 Lucro Líquido

A Companhia registrou lucro de **R\$ 213.746 mil** neste 4T25, registrando uma elevação de 26,66% no lucro. Na análise acumulada, 12M25 houve elevação de 7,75% no lucro alcançando **R\$ 669.769 mil**. Ressalta-se o reajuste tarifário de 4,19% aplicado a partir de 01 de abril de 2025 bem como expansão dos sistemas com a evolução das economias de água em 2,65% e de esgoto em 2,95%. Registra-se a capitalização de juros de financiamentos para as obras que tiveram recursos aplicados em montante de R\$ 75.231 mil.

Análise e Discussão da Estrutura Patrimonial



7. Análise e Discussão da Estrutura Patrimonial

Na análise e discussão a seguir sobre a estrutura patrimonial da Companhia, procuramos discorrer sobre as rubricas que se entendem materialmente relevantes para adequadamente justificar as alterações em sua situação patrimonial no período correspondente ao 4T25 em comparação com o encerramento do exercício anterior.

Evolução do Ativo Total

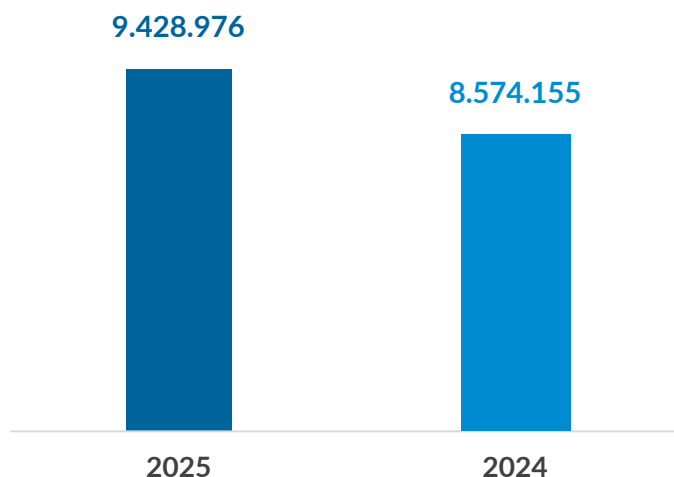


Gráfico 6

Neste 4T25 a principal alteração na estrutura patrimonial ocorreu no grupo de Créditos a Receber de Usuários com elevação de R\$ 86.069 mil.

Essa variação impactou a liquidez corrente da Companhia para 1,6951 neste 4T25 ante 1,7485 no fechamento de 2024.

Além disso, houve elevação de capital de terceiros (Passivo/PL) de 86,54% no encerramento do exercício de 2024 para 84,62% neste 4T25.

7.1 Ativo

Estrutura do Ativo 4T25

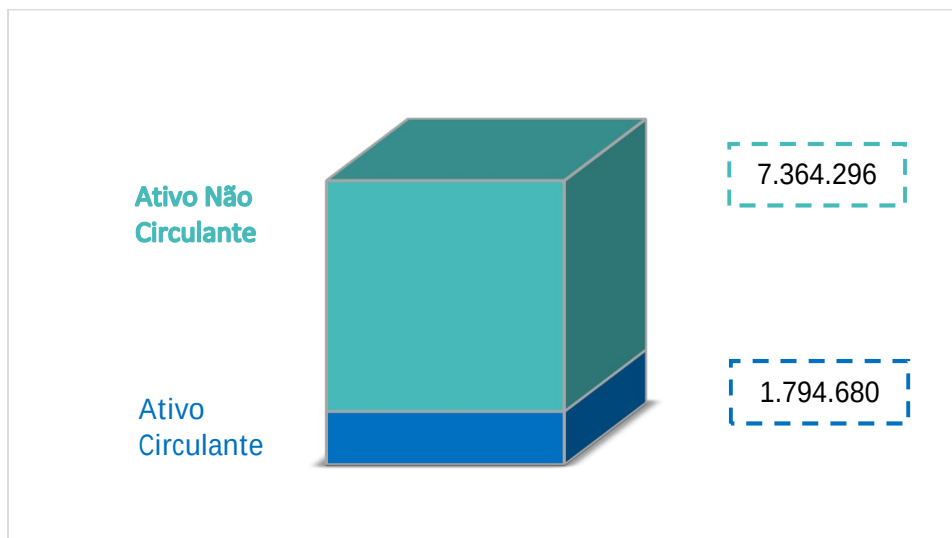


Gráfico 7

7.1.1 Ativo Circulante

7.1.1.1 Créditos a receber de usuários

O saldo de créditos variou em R\$ 80.069 saindo de R\$ 590.185 mil em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 676.254 mil no fechamento do 4T25.

7.1.2 Ativo Não Circulante

7.1.2.1 Imobilizado/Ativo de Contrato/Intangível

O ativo não circulante elevou-se em 17,66% no período em razão dos investimentos realizados ao longo destes 12 meses alcançando um montante de R\$ 5.573.901 ante R\$ 4.737.203 mil em 31 de dezembro de 2024.

7.2 Passivo

7.2.1 Passivo Circulante

7.2.1.1 Subdelegação

O saldo da conta de subdelegação foi reduzido em 99%, cerca de R\$ 62.004 mil em razão da quitação do Reequilíbrio Econômico-financeiro acordado entre as partes ainda em 2024.

7.2.1.2 Dividendos e JCP a Pagar

Essa rubrica apresentou aumento de 7,75% em razão do provisionamento de R\$ 159.070 mil para pagamento de dividendos em 2026 relativo ao resultado de 2025 sendo superior ao de 2024 que havia sido de R\$ 147.629 mil.

7.2.2 Passivo não Circulante

7.2.2.1 Debêntures

As Debêntures classificadas no Não Circulante apresentaram saldo de R\$ 717.945 mil nos 4T24 chegando a R\$ 852.892 mil neste 4T25 devido a emissão da 13ª Debêntures no montante de R\$ 400 milhões. Além disso, devido as amortizações das 8ª, 9ª e 10ª emissões, e o início da amortização da 11ª emissão, houve uma redução do montante classificado no Não Circulante devido as transferências do não circulante para o circulante.

7.3 Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido, em razão do lucro apurado neste período, apresentou elevação na ordem de R\$ 510.701 mil, ou seja, uma variação positiva de 11,11%.

Composição do Passivo – PL – 4T25

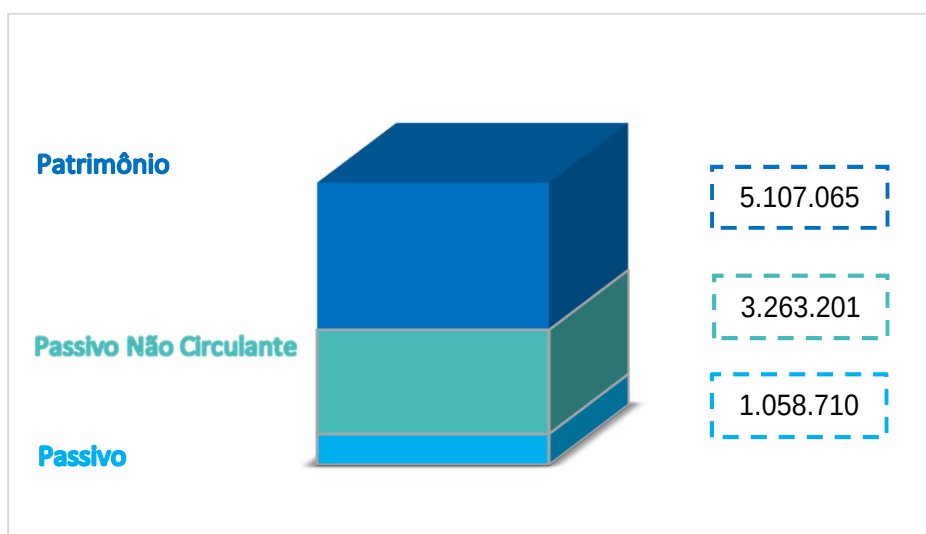


Gráfico 8

Marco Legal do Saneamento



8. Marco Legal do Saneamento

Em 15 de julho de 2020 foi publicada a Lei nº 14.026/2020 alterando o marco do saneamento básico no Brasil. Os principais pontos alterados foram: I) Metas Legais de Universalização; II) Regionalização: preferência da prestação regionalizada à prestação fragmentada; III) Regulação: atribuição à Agência Nacional de Água – ANA para estabelecer diretrizes gerais regulatórias em contexto nacional, dando homogeneidade e segurança jurídica ao setor; IV) Concorrência: estabeleceu-se o princípio da seleção competitiva do prestador de serviço.

Em relação a metas, foram estabelecidos novos objetivos para universalização do atendimento dos serviços de saneamento, incluindo o abastecimento de água, a coleta e tratamento de esgoto e a gestão dos resíduos sólidos que devem ser atingidos até 2033.

Quanto à regionalização, o Estado promulgou em 22 de maio de 2023 a Lei Complementar nº 182/2023 que instituiu as Microrregiões de Saneamento Básico – MSBs e suas respectivas estruturas de governança. Foram instituídas 3 (três) microrregiões no Estado: Leste, Centro e Oeste e definida a estrutura de governança de cada uma delas, composta por: i) Colegiado Microrregional, instância deliberativa; ii) Comitê Técnico, instância com funções técnico – consultivas; iii) Conselho Participativo; iv) Secretário-Geral, personalidade executiva eleita e v) Sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas dos recursos geridos da microrregião.

Durante a 2ª assembleia das respectivas Microrregiões, que ocorreu em 20 de dezembro de 2023, houve a aprovação para a prestação direta dos serviços de saneamento básico pela Saneago nas localidades onde os contratos estavam com prazo de vigência expirado, além do alinhamento do prazo de vigência dos contratos para 17 de dezembro de 2049, ambas decisões formalmente documentadas.

O novo marco do saneamento também trouxe a necessidade, conforme art. 10-B da Lei Federal nº 11.445/2007, de que as prestadoras de serviços comprovassem capacidade econômico-financeira para cumprir os contratos. Cumprindo os requisitos disciplinados pelo Decreto nº 11.598/2023, a Ernest Young, certificador independente, atestou que a Companhia cumpria os requisitos de adequabilidade na data base de 31 de dezembro de 2023, demonstrando que atende aos índices referenciais mínimos dos indicadores econômico-financeiros, que o valor presente líquido do fluxo de caixa global de seus contratos é superior a zero e que o plano de captação da Companhia está compatível com seus estudos de viabilidade. O estudo já considerou os cenários advindos da Regionalização no Estado de Goiás, incluindo em seu escopo de análise todos os municípios em que a Companhia tem prestação em vigor e foi aprovado pela Nota Técnica Conjunta nº 2/2024 da AGR com as agências municipais de Goiânia (AR), Rio Verde (AMAE) e Anápolis (ARM), sendo enviado à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), em cumprimento ao que determina a legislação.

Ainda no que se refere ao âmbito corporativo, além da reforma realizada em sua lei de criação (Lei nº 6.680/1967) e da estruturação para atendimento das exigências do Novo Marco, a Companhia criou unidade especializada para coordenar processos dirigidos a qualificá-la para sua participação nos procedimentos licitatórios e para cumprimento de suas obrigações de modo mais eficiente.

No momento, a Companhia está conduzindo processo de Parceria Público-Privada (PPP) para a ampliação, operação e manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário em 216 municípios do Estado de Goiás, com o objetivo de promover a universalização dos serviços, a melhoria da eficiência operacional e a sustentabilidade dos investimentos no setor. O processo encontra-se atualmente na fase de licitação, na modalidade de concessão administrativa, conforme Edital de Concorrência Internacional nº 01/2025, publicado em 22 de dezembro de 2025, em linha com as normas aplicáveis às Parcerias Público-Privadas (Lei Federal nº 11.079/2004).

Governança Corporativa



9. Governança Corporativa

A Saneago ampara sua governança corporativa em princípios essenciais que orientam suas ações e decisões. A transparência é um dos pilares fundamentais, garantindo que a empresa divulgue adequadamente informações relevantes para todos os públicos, sejam internos ou externos, incluindo acionistas, investidores, empregados, clientes e órgãos reguladores.

Nesse contexto, a companhia reconhece a importância vital da governança corporativa para assegurar um crescimento sustentável e um atendimento eficiente das políticas públicas. Seu objetivo é promover os princípios da transparência, da prestação de contas, da equidade e da responsabilidade corporativa.

Na Saneago, a governança corporativa envolve a adesão a regras que unem a busca pela sustentabilidade social, ambiental e econômico-financeira, ao mesmo tempo em que estimula um ambiente íntegro para conduzir os negócios. O compromisso com o interesse público é constante, e a empresa se empenha em alcançar seus objetivos sociais com responsabilidade e eficiência.

Para assegurar a implementação efetiva da governança corporativa, a Saneago possui os seguintes órgãos de governança: Assembleia Geral; Conselho de Administração e Diretoria Colegiada; Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário e Auditoria Interna; bem como os comitês de assessoramento:

- a. Comitê Estratégico;
- b. Comitê de Elegibilidade;
- c. Comitê de Sustentabilidade;
- d. Comitê de Gestão de Riscos Financeiros e Aplicação de Recursos;
- e. Comitê Setorial de Compliance e Governança Corporativa.

Destacamos o papel fundamental do Comitê Setorial de Compliance e Governança, estabelecido em 2019, que tem sido uma força motriz na promoção e monitoramento contínuo das melhores práticas. O referido comitê desfruta de um caráter consultivo e permanente, responsável por orientar questões relacionadas ao Programa de Compliance Público do Estado de Goiás. Seu objetivo primordial é garantir a efetiva implementação dos eixos delineados no decreto estadual nº 9.406/2019, quais sejam: Ética, Gestão de Riscos, Transparência e Responsabilização.

Preocupada com a segurança dos dados pessoais relacionados a qualquer atividade da Companhia ou de terceiros que operem em seu nome, que necessite de tratamento, como por exemplo: coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados, em outubro de 2022, deu-se início a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, Lei nº13.709/2018, com a nomeação do encarregado de dados.

Ainda, em busca das melhores práticas, em novembro de 2022, foi criada a Comissão de Ética, responsável pela apuração de infrações de natureza leve e média cometidas pelos empregados. A referida Comissão, além de realizar as apurações, tem por objetivo de difundir e consolidar os princípios da conduta ético-profissional na Companhia, conforme Regulamento Disciplinar de Pessoal (RG00.0152) e Código de Conduta e Integridade (CO00.0007).

A Companhia possui como principal instrumento o Código de Conduta e Integridade, devidamente implementado e com revisões bianuais, tendo a última revisão aprovada em 20 de julho de 2023.

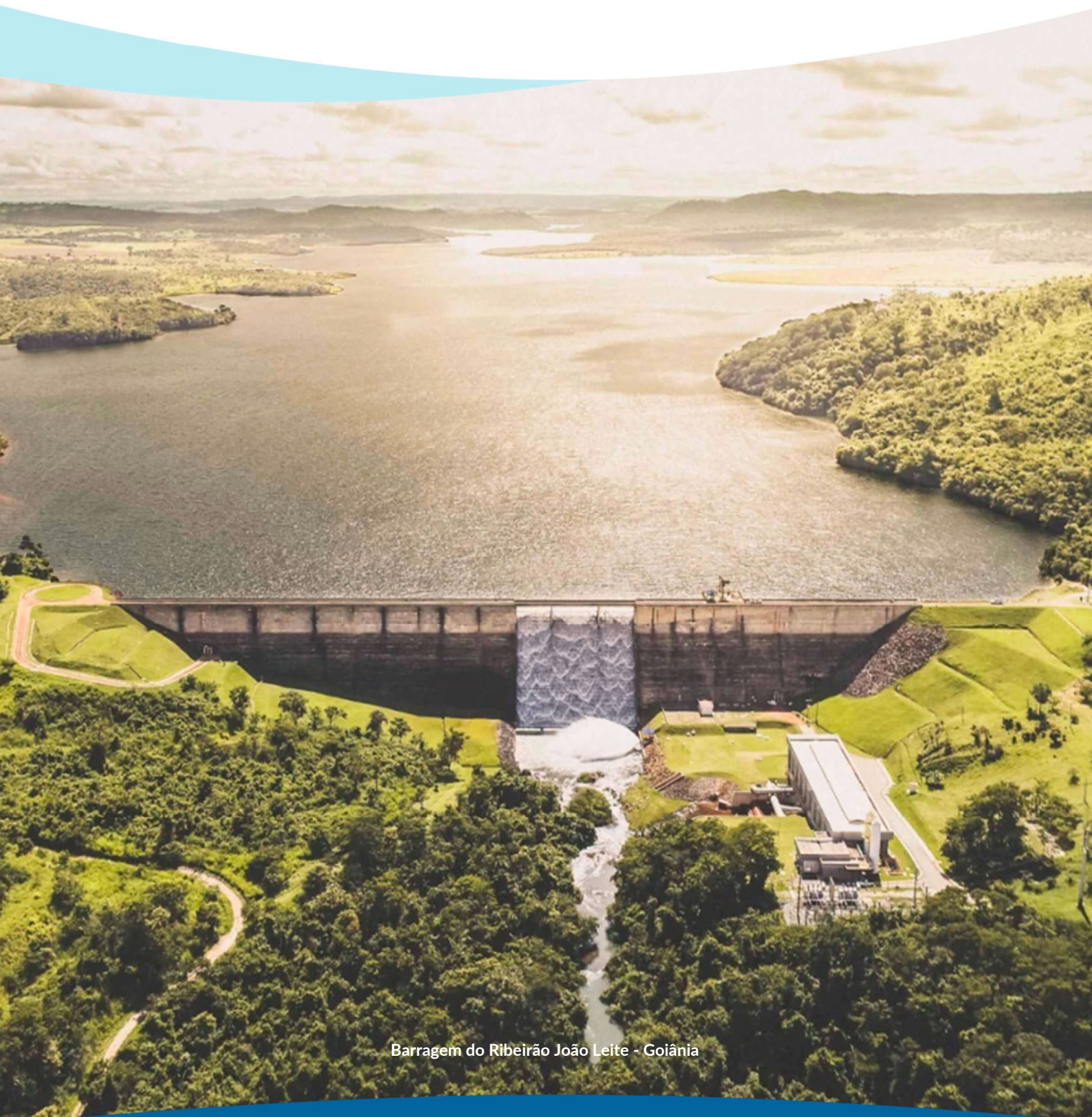
Além do Código de Conduta e Integridade, a Companhia também possui outros mecanismos de integridade, aprovados pelo Conselho de Administração.

- Política de Alçadas e Limites, atualizada em 08/02/2024;
- Política de Compliance, atualizada em 16/12/2021;
- Política de Gestão de Riscos, atualizada em 21/03/2024;
- Política de Prevenção a Corrupção, atualizada em 16/12/2021;
- Política de Conflito de Interesses, atualizada em 21/10/2021;
- Política de Não Retaliação, atualizada em 24/09/2020;
- Política de Vedação ao Nepotismo, atualizada em 10/06/2021;
- Política de Transações com Partes Relacionadas, atualizada em 19/10/2023;
- Política de Patrocínio, atualizada em 15/10/2020;
- Política de Segurança da Informação, atualizada em 26/03/2020;
- Política de Gestão de Riscos Financeiros e Aplicação de Recursos, atualizada em 08/02/2024;
- Política de Privacidade de Dados Pessoais da Saneago, atualizada em 14/10/2021;
- Política de Distribuição de Dividendos, atualizada em 19/10/2023;
- Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociações de Valores Mobiliários, atualizada em 19/10/2023.

A Companhia, desde 2020, ressalta que introduziu, em seus editais de licitação, a Declaração de Implantação do Programa de Integridade, em conformidade com o disposto na Lei Estadual nº 20.489/2019.

Paralelamente, foi elaborada e publicada a Instrução Normativa do Programa de Integridade no Âmbito da Saneago – IN00.0452, com o objetivo de regulamentar a Lei Estadual, bem como de fornecer orientações e diretrizes aplicáveis a todos os fornecedores de bens e serviços da Saneago, em conformidade com as exigências da Lei Estadual nº 20.489/2019 e regras quanto à implantação de um Programa de Integridade efetivo.

Segurança Hídrica



Barragem do Ribeirão João Leite - Goiânia

10. Segurança Hídrica

10.1 Situação hídrica

No início do quarto trimestre de 2025, os Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) sob operação da Saneago, especialmente aqueles com captações em bacias hidrográficas classificadas como críticas, passaram a ser submetidos a monitoramento sistemático. Tal medida decorre da observação de vazões de escoamento significativamente reduzidas nos mananciais, atribuídas a fatores como elevação das temperaturas médias, ausência de precipitação pluviométrica, baixa umidade relativa do ar e incremento da demanda hídrica. Estes fenômenos são correlacionados às alterações climáticas e à degradação ambiental das bacias, evidenciando a necessidade de aprimoramento dos processos de gestão dos recursos hídricos no estado de Goiás. Em cenários de criticidade operacional, nos quais não há vertimento residual após a captação pela Saneago, verifica-se elevação do risco hídrico, com possibilidade de ocorrência de períodos de desabastecimento. Diante desse contexto, foram implementadas ações emergenciais, com ênfase na região sul do Estado de Goiás, visando mitigar os impactos sobre a segurança hídrica.

No período analisado, a passagem de uma frente fria proveniente do Norte em direção ao Sul do Brasil ocasionou precipitações pluviométricas isoladas na segunda quinzena de novembro, promovendo alívio temporário para os SAA. Contudo, a recuperação dos mananciais foi breve, e rapidamente se restabeleceu o quadro de criticidade hídrica

DADOS CLIMATOLÓGICOS PARA GOIÂNIA												
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Temperatura média (°C)	23.4	23.4	23.2	23	22.2	21.8	21.8	23.8	25.9	25.7	23.7	23.4
Temperatura mínima (°C)	19.8	19.7	19.6	18.8	17.1	16.4	16	17.8	20.2	20.7	20	19.9
Temperatura máxima (°C)	27.7	27.9	27.7	27.9	27.7	27.5	27.7	29.9	31.9	31.2	28.3	27.7
Chuva (mm)	226	179	185	82	17	5	2	7	32	107	203	225
Umidade(%)	78%	78%	79%	71%	60%	53%	46%	37%	39%	54%	74%	78%
Dias chuvosos (d)	16	15	15	9	3	1	0	1	4	11	16	18
Horas de sol	9.3	9.5	9.0	9.4	9.5	9.7	9.9	10.3	10.5	10.3	9.5	9.3

Data: 1991 - 2021 Temperatura mínima (°C), Temperatura máxima (°C), Chuva (mm), Umidade, Dias chuvosos. Data: 1999 - 2019: Horas de sol

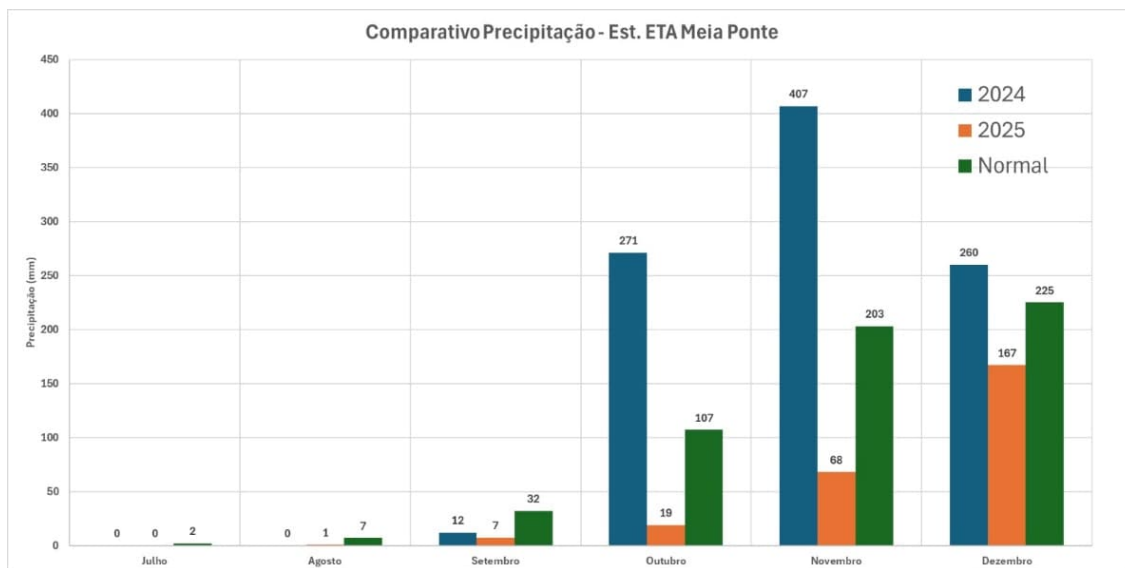
Tabela 13 – Dados Climatológicos para Goiânia

A partir de outubro, observa-se a atuação do fenômeno La Niña, caracterizado pelo resfriamento anômalo das águas superficiais do Oceano Pacífico Equatorial. Tal condição oceanográfica está associada à diminuição dos índices pluviométricos, tanto em volume quanto em frequência, elevando o risco de ocorrência de períodos prolongados de déficit hídrico. Este cenário demanda atenção especial à gestão dos recursos hídricos, devido à possibilidade de impactos significativos sobre a disponibilidade de água nas regiões afetadas."

Estação de Monitoramento Saneago		ANO												
Hidrometeorológico Saneago		2025												
ETA MEIA PONTE		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Normal Climatológica	Chuva (mm)	226	179	185	82	17	5	2	7	32	107	223	225	1290
Observado														
Estação Saneago		178	266	141	145	0	3	0	1	12	19	68	167	1000
Défict / Excedente		-48	87	-44	63	-17	-2	-2	-6	-20	-88	-155	-58	-290
Normal Climatológica	Dias Chuvoso	16	15	15	9	3	1	0	1	4	11	16	18	109
Observado														
Estação Saneago		18	19	12	14	0	3	0	1	3	3	5	16	94
Défict / Excedente		2	4	-3	5	-3	2	0	0	-1	-8	-11	-2	-15

Tabela 14 – Dados Climatológicos Estação de Monitoramento Hidrológico ETA Meia Ponte

A avaliação dos dados pluviométricos referentes ao ano de 2025 revela que apenas os meses de fevereiro e abril apresentaram volumes precipitados superiores à Normal Climatológica (NC). Nos demais meses, observou-se déficit hídrico, com destaque para novembro de 2025, quando o volume precipitado atingiu apenas 30% da NC. A soma total da precipitação anual em 2025 foi 23% inferior à média histórica, indicando potencial agravamento do período de estiagem. Ao comparar o segundo semestre de 2024 com o mesmo período de 2025 e a NC, verifica-se uma redução ainda mais acentuada dos volumes precipitados, conforme ilustrado no gráfico a seguir."



01 - Gráfico comparação do volume precipitado segundo semestre 2024 e 2025 com a Normal Climatológica.

Resumo da Nota Técnica Conjunta INMET / INPE - PROGNÓSTICO CLIMÁTICO DE VERÃO 2026

Nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, as chuvas neste período são ocasionadas principalmente pela atuação da Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS), enquanto no norte das regiões Nordeste e Norte, a Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) é o principal sistema responsável pela ocorrência de chuvas.

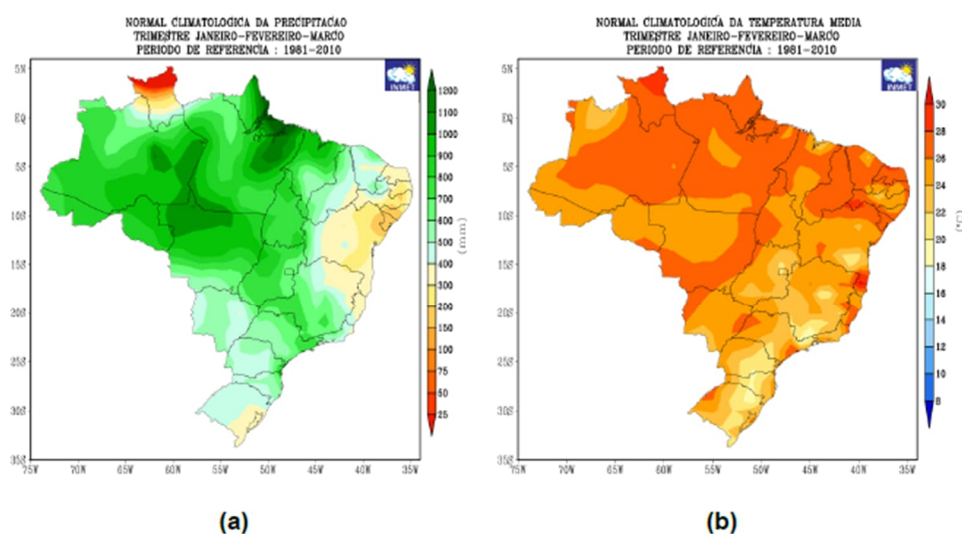


Figura 1: Climatologia de (a) precipitação (mm) e (b) temperatura média do ar (°C) para o trimestre dezembro, janeiro e fevereiro. Período de referência: 1981-2010. Fonte: INMET.

Figura 01 – Mapa da Normal Climatológica da Precipitação e Mapa da Normal Climatológica da Temperatura – Brasil.

Condições oceânicas observadas e tendência

No Oceano Pacífico Equatorial, as médias mensais da região Niño 3.4 (170°W–120°W), área de referência para a caracterização do El Niño-Oscilação Sul (ENOS), vêm registrando anomalias negativas de temperatura da superfície do mar (TSM) abaixo de -0,4 °C desde agosto de 2025, caracterizando resfriamento com estrutura espacial semelhante à de condições de La Niña. No entanto, as projeções do APEC Climate Center (APCC), sediado na Coreia do Sul, indicam aproximadamente 20% de probabilidade de permanência de condições de La Niña no trimestre janeiro-fevereiro-março (JFM) de 2026, e 74,5% de probabilidade de retorno à condição de neutralidade no mesmo período (Figura 2).

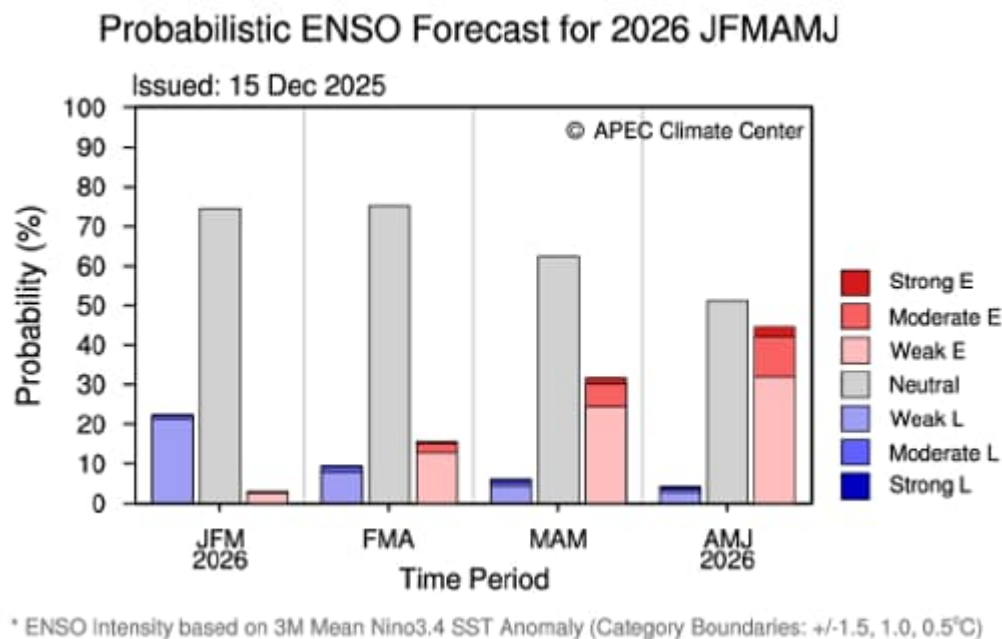


Figura 02 – Previsão probabilística de ENOS do APEC Climate Center

Prognóstico climático para janeiro, fevereiro e março de 2026

Região Centro-Oeste - Em relação à Região Centro-Oeste, são previstas condições favoráveis para volumes acima da média histórica no setor oeste do Mato Grosso, enquanto para o estado de Goiás predominam volumes abaixo da média climatológica do período (Figura 3a). Para o restante da região, são previstos volumes próximos à média histórica. Quanto às temperaturas, a previsão indica predomínio de valores acima da média climatológica nos próximos meses (Figura 3b), com desvios de até 1 °C acima da climatologia na faixa central da região.

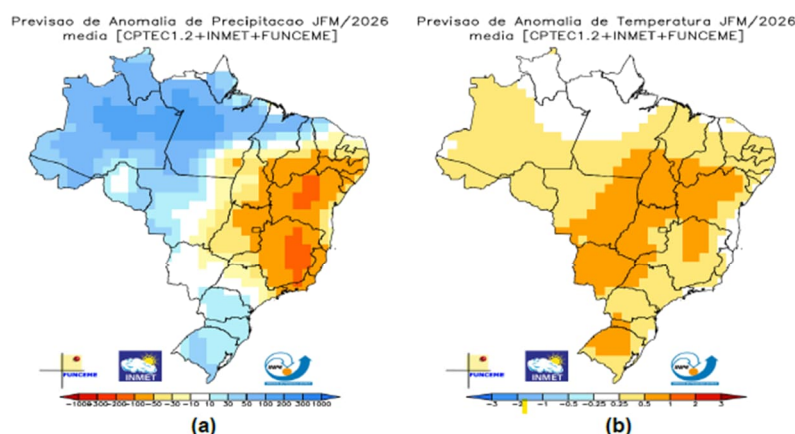


Figura 3: Previsão de anomalias de (a) precipitação (mm) e (b) temperatura média do ar (°C) para o trimestre janeiro, fevereiro e março/2026, elaborada conjuntamente pelo INMET, CPTEC/INPE e FUNCCEM.

Figura 03 – Mapas de Previsão de Anomalia de Precipitação 2026

10.2 Situação dos Principais Sistemas da Região Metropolitana

Sistema Meia Ponte

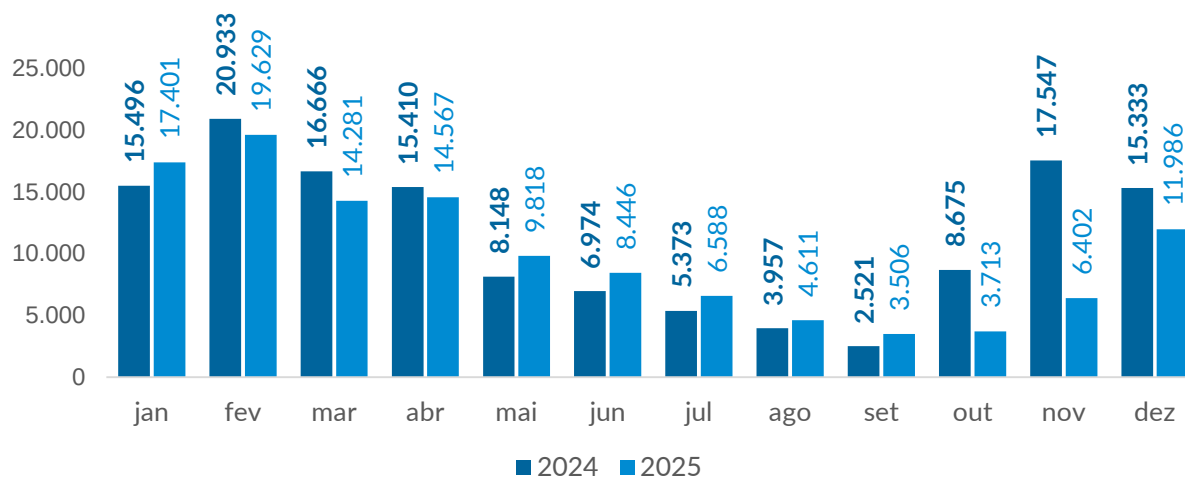


Gráfico 8

- Capacidade tratamento de 2,5 m³/s água/seg;
- Outorga 2,0 m³/s (água/seg estiagem);
- Captação de água por Barragem de Nível (Superficial);
- Adutora de interligação com capacidade de transpor, por gravidade, 800 litros/seg do Sistema Mauro Borges.

Sistema Mauro Borges

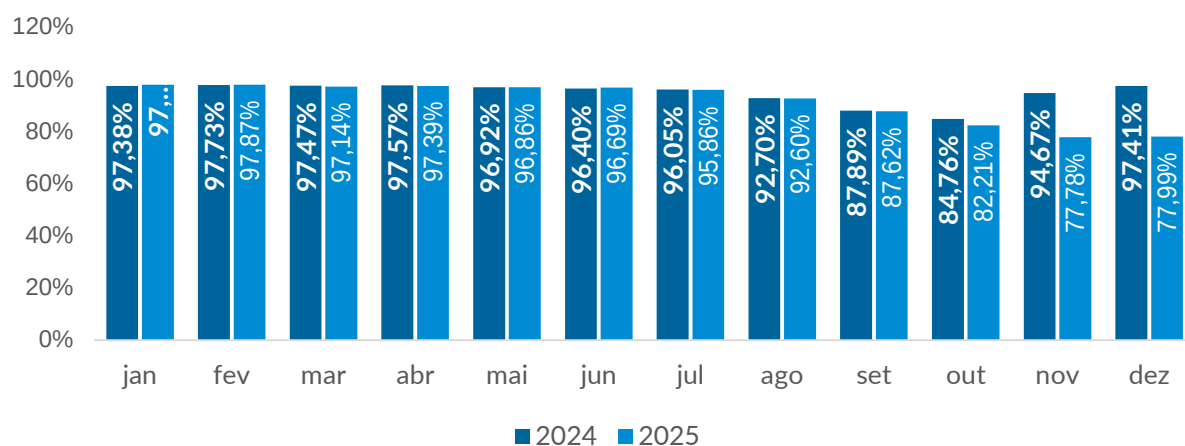
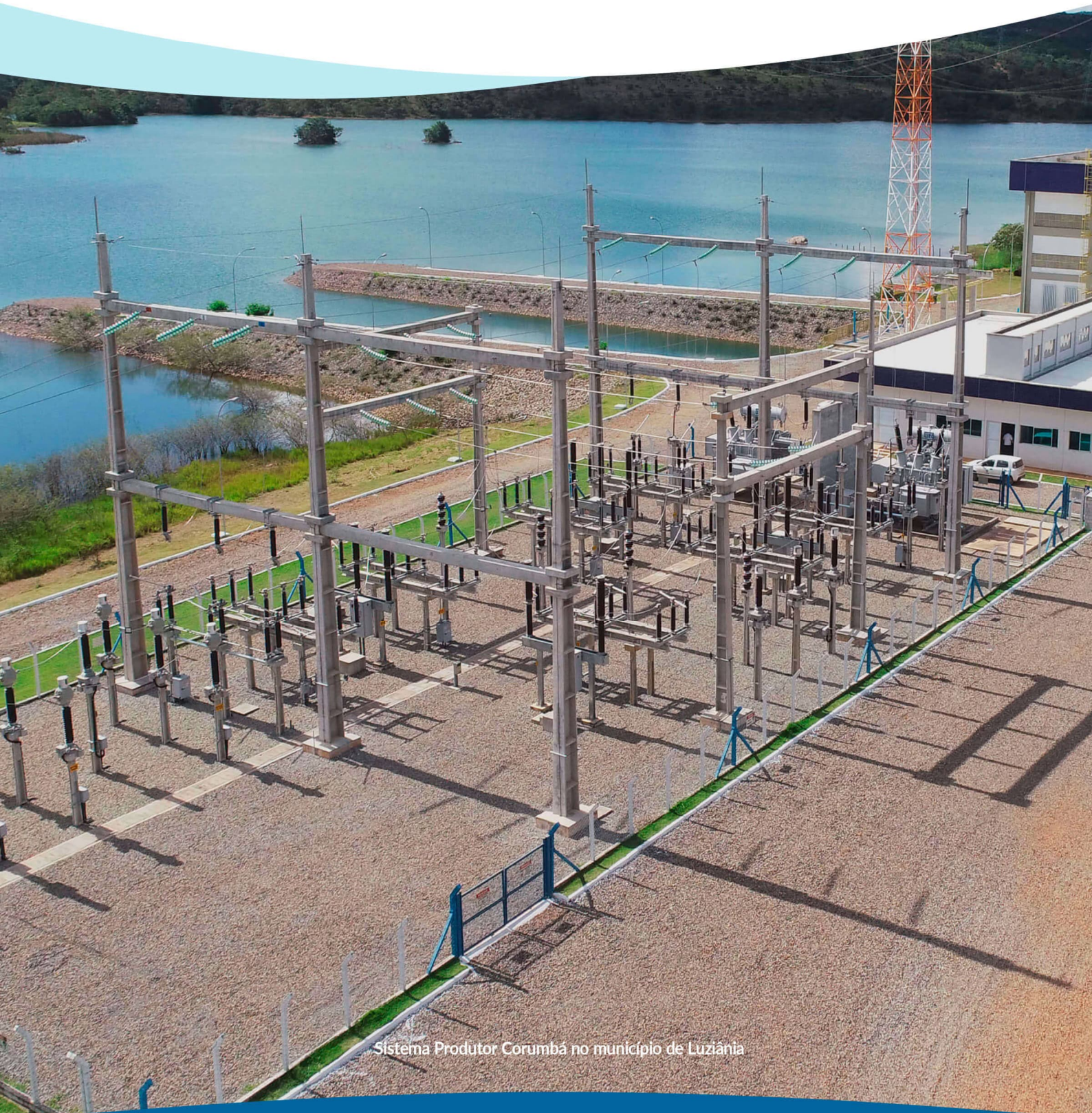


Gráfico 9

- Capacidade 129 milhões m³ de água de armazenamento;
- Outorga 6,6 m³ água/seg;
- Capacidade de tratamento 4,0m³ água/seg;
- Baixa variação nos níveis do reservatório;
- 1.040 hectares de área.

Ambiente Regulatório



Sistema Produtor Corumbá no município de Luziânia

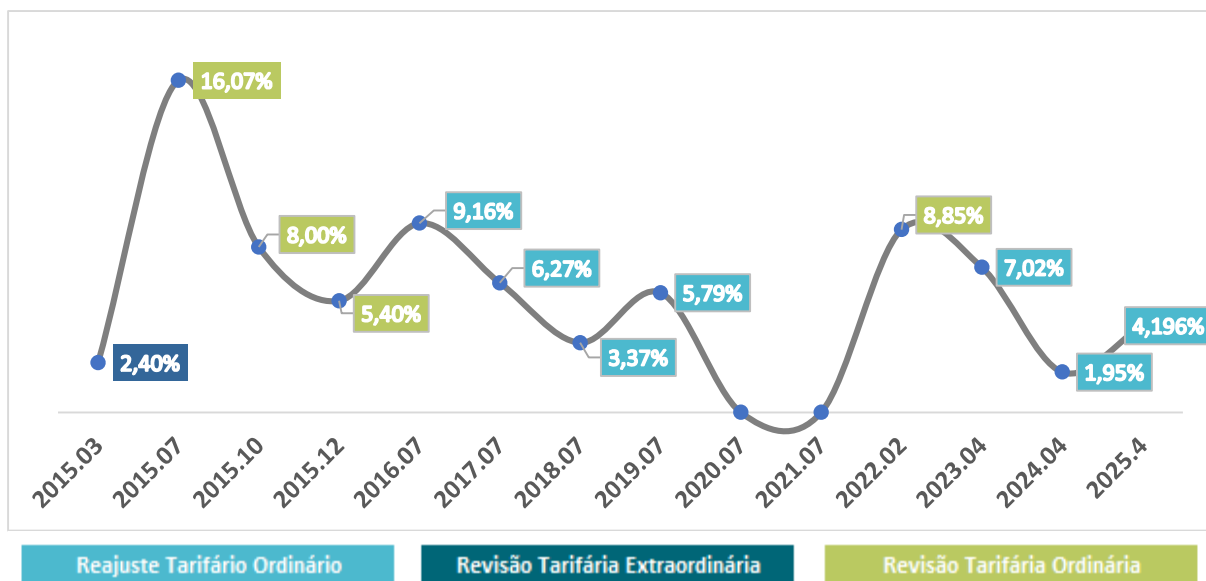
11. Ambiente Regulatório

A Saneago é regulada por quatro agências reguladoras independentes: uma estadual, a AGR (Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos), criada em 1999, e três municipais, a AR (Agência de Regulação de Goiânia), criada em 2016, a AMAE (Agência de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico), instituída em 2018 e a ARM (Agência Reguladora do Município de Anápolis) criada em 2021.

Além dessas agências, o novo Marco do Saneamento atribuiu à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) a função de elaborar normas de referência para o setor a serem seguidas pelas agências infranacionais.

Os anos de 2021 e 2022 foram marcados pela finalização do processo de revisão tarifária e a aprovação, pelas agências reguladoras, de uma nova metodologia para o cálculo das tarifas da companhia, que permite a recuperação dos custos e despesas da SANEAGO, bem como os investimentos a serem realizados durante o ciclo definido.

Induz, ainda, a um aumento de eficiência pelo estabelecimento de Fator de Produtividade (Fator X).



Em junho de 2024 as agências reguladoras aprovaram a Nota Técnica Conjunta Nº: 4/2024/AGR/GESB-06090 - AGR/AR/ARM/AMAE que trata da metodologia e critérios gerais para atualização e validação da base de remuneração regulatória (BRR) incremental do 3º ciclo de revisão tarifária periódica (RTP) das prestadoras de serviços SANEAGO e BRK ambiental. Com isso, a SANEAGO iniciou os preparativos para o 3º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Nessa 3ª RTP, a companhia já contratou, mediante processo licitatório, duas empresas de consultoria especializadas em regulação técnico-econômica, sendo uma para assessorar a companhia no processo de revisão tarifária e outra empresa para realizar o levantamento físico, o registro fotográfico, a valoração, atualização e complementação do cadastro técnico dos ativos, conciliação dos cadastros técnico-físico-contábil e validação da base de remuneração regulatória (BRR Incremental) das prestadoras de serviços SANEAGO e BRK AMBIENTAL, as atividades de ambas contratadas iniciaram ainda neste primeiro trimestre de 2025.

Considerando a Nota Técnica Conjunta nº 1/2025, que trata do estudo do Cálculo do Índice de Reajuste Tarifário Anual (IRT) 2025 da Saneamento de Goiás S/A. - SANEAGO, foi autorizado o reajuste tarifário referente ao ano de 2025, com a aplicação dos índices de reajustes para as tarifas nos seguintes percentuais:

I - Para a tarifa de água e esgoto o percentual de 4,196% (quatro vírgula cento e noventa e seis por cento), a partir do dia 1º de abril de 2025, sobre a tabela tarifária vigente em abril de 2024;

II - Para a tarifa básica (custo mínimo fixo) o percentual de 4,196% (quatro vírgula cento e noventa e seis por cento), sobre a tabela tarifária vigente em abril de 2024, a partir do dia 1º de abril de 2025, exceto para os usuários que dispõem de fonte alternava, que pagarão o equivalente ao valor fixado para o volume de 10 m³ (dez metros cúbicos) de água por economia/mês.

A Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR emitiu em 27 de fevereiro de 2025, a Resolução nº 283/2025, a Agência de Regulação de Goiânia (AR), emitiu em 27 de fevereiro a Resolução nº 24/2025 e a Agência de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico - AMAE, emitiu em 27 de fevereiro a Resolução nº 44/2025.

O índice de reajuste foi apurado por meio de fórmula paramétrica composta por índices setoriais aplicados de forma ponderada aos custos da empresa e, ao final, foi descontado o percentual de compartilhamento dos ganhos de produtividade (Fator X) composto pela componente produtividade, definido no 2º Ciclo de Revisão Tarifária, e a componente qualidade (IGQ), assim, o Fator X final aplicado no Reajuste de 2025 foi de 0,6992%.

Reajuste tarifário 2026

Para o exercício de 2026, as agências reguladoras atuaram de forma coordenada para garantir a uniformidade regulatória no cenário de prestação regionalizada. As Resoluções Conjuntas nº 01/2026 (AGR/AR, AGR/AMAE e AGR/ARM) homologaram o reajuste linear de 4,845% sobre os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e custo mínimo fixo para aplicação a partir de 01 de abril de 2026.

Política de Equidade de Gênero



12. Política de Equidade de Gênero

Em atendimento às disposições introduzidas pela Lei nº 15.117/2005, que alterou a Lei nº 6.404/1976, especialmente o art. 133, § 6º, passam a integrar o Relatório da Administração informações específicas relacionadas à política de equidade de gênero. A referida norma reforça as exigências de transparência e governança corporativa, ao estabelecer a obrigatoriedade de divulgação de dados que possibilitem a avaliação da participação feminina na estrutura organizacional e administrativa, bem como da observância de critérios de isonomia remuneratória.

Nesse contexto, são apresentados os dados referentes: (i) à quantidade e à proporção de mulheres contratadas, discriminadas por níveis hierárquicos; (ii) à quantidade e à proporção de mulheres que ocupam cargos na administração; (iii) ao demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregado por sexo, relativo a cargos ou funções similares; e (iv) à evolução comparativa desses indicadores em relação ao exercício social imediatamente anterior.

A divulgação dos dados a seguir reflete o compromisso da Companhia com práticas de gestão pautadas pela diversidade, equidade e inclusão, alinhadas às exigências legais vigentes e aos princípios de responsabilidade corporativa.

As informações abaixo refletem a posição consolidada em 31 de dezembro de 2025, comparativamente ao período imediatamente anterior.

I. Quadro de Colaboradores por Nível Hierárquico

Tabela 1 – Quantidade e Proporção de Mulheres por Nível Hierárquico

Nível hierárquico	Total de Empregados	Mulheres	% Mulheres
Diretoria	7	1	14,3%
Gerência	315	60	19%
Supervisão	268	66	25%
Coordenação	61	21	34%
Total	651	148	23%

Evolução Comparativa (Trimestre Atual x Anterior)

Indicador	Período Atual	Período Anterior	Variação (p.p.)
% Mulheres – Total Companhia	18,2%	17,9%	1,7%
% Mulheres – Cargos de Liderança	22,7%	22,7%	0,3%

II. Mulheres em Cargos da Administração

Tabela 2 – Participação Feminina na Administração

Órgão de Administração	Total de Membros	Mulheres	% Mulheres
Conselho de Administração	8	2	25%
Diretoria Executiva	7	1	14,3%
Conselho Fiscal	4	0	0
Total	19	3	15,8%

Evolução Comparativa (Trimestre Atual x Anterior)

Indicador	Período Atual	Período Anterior	Variação (p.p.)
% de Mulheres na Admin.	14,3%	14,3%	0,00

III. Demonstrativo de Remuneração por Sexo

Tabela 3 – Remuneração Média por Cargo/Função Similar

Cargo/Função	Remuneração Média Feminina (R\$)	Remuneração Média Masculina (R\$)	Diferença (%)
Diretoria	R\$ 66.897,28	R\$ 66.897,28	0%
Gerência	R\$ 41.632,75	R\$ 31.386,48	33%
Supervisão	R\$ 33.362,49	R\$ 28.478,19	17%
Coordenação	R\$ 27.154,47	R\$ 26.818,07	1%
Total	R\$ 42.261,75	R\$ 38.395,01	-9,15%

Tabela 4 – Composição da Remuneração

Tipo de Remuneração	Mulheres (R\$)	Homens (R\$)	Diferença (%)
Fixa	R\$ 28.916,68	R\$ 27.679,57	4,47%

IV. Evolução Comparativa dos Indicadores

Tabela 5 – Comparativo Geral (Exercício Atual x Anterior)

Indicador	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação
% Mulheres – Total Empregados	979	955	+2,51%
% Mulheres – Administração	172	172	0 %
Diferença Média Salarial (%)	4,47%	5%	

12.1. Declaração da Administração

A Administração declara que os dados apresentados refletem as informações extraídas dos sistemas corporativos da Companhia, observando critérios técnicos e metodológicos uniformes entre os períodos comparados.

A Companhia reafirma seu compromisso com a promoção da equidade de gênero e a redução de eventuais assimetrias.

Participação Acionária



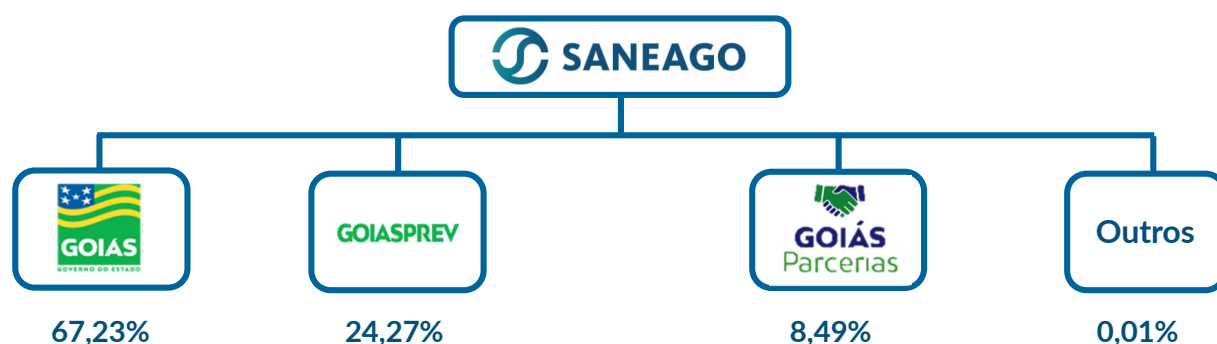
Saneago

13. Participação Acionária

A Companhia apresenta na posição do 4T25 o Estado de Goiás como seu acionista majoritário, sendo possuidor de 67,23% das ações totais da Companhia.

Em 2025, dentro dos prazos legais, a Companhia fez pagamento de R\$ 147.620 mil relativos a dividendos e juros sobre capital próprio relativo ao exercício de 2024.

O saldo da conta de Dividendos e JCP a pagar chegou a R\$ 159.070 mil, superior ao saldo do fechamento de 31 de dezembro de 2024 em R\$ 11.441 mil em razão da elevação do lucro no período.



Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Goiás	1.336.135.806	71,5695%	354.992.364	54,7287%	1.691.128.170	67,2271%
Goiás Previdência - GOIASPREV	488.016.887	26,1404%	122.637.514	18,9069%	610.654.401	24,2752%
Goiás Parcerias	42.749.681	2,2899%	170.998.719	26,3627%	213.748.400	8,4971%
Outros	4.000	0,0002%	11.396	0,0018%	15.396	0,0006%
Total	1.866.906.374	100%	648.639.993	100%	2.515.546.367	100%

Tabela 15

Classificação de Risco - Rating



Saneago

14. Classificação De Risco (Rating)

A Fitch Ratings manteve, em 04 de dezembro de 2025, o *Rating* Nacional de Longo Prazo da Saneamento de Goiás S.A (“Corporativo”) e de sua 9ª emissões de debêntures em ‘AA(bra)’, com perspectiva estável.

De acordo com a Fitch, o perfil de crédito da Saneago se “beneficia do baixo risco de negócios do setor brasileiro de saneamento básico, cuja demanda se mostra relativamente resiliente em cenários macroeconômicos adversos”.

A Companhia deve manter reduzida alavancagem financeira, moderada liquidez e alongado cronograma de amortização da dívida, apesar da expectativa de relevante aumento de investimentos para cumprir as metas estabelecidas no novo marco regulatório do setor.

A Moody’s, por sua vez, atribuiu em 02 de dezembro de 2025 o *Rating* Corporativo e de suas emissões de debêntures em AAA.br, com perspectiva estável.

De acordo com a agência, o *rating* reflete a demanda resiliente da Companhia, com geração de fluxo de caixa estável e previsível, sua área de concessão com oportunidade de crescimento e o longo período remanescente da maioria dos seus contratos.

O *rating* também leva em consideração as métricas de crédito fortes da Companhia e expectativa de normalização nos níveis dos seus reservatórios.

A relação completa das classificações encontra-se descrita na Tabela 16 abaixo.

Ratings da Companhia e suas emissões - Saneago S.A

Agência	Rating	Classificação	Perspectiva	Último Relatório
	Corporativo e a 10ª, 11ª, 12ª e 13ª Emissões de Debêntures	AAA (br)	Estável	02/12/2025
	Corporativo e suas Emissões de Debêntures (9ª)	AA (bra)	Estável	04/12/2025

Tabela 16

Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ESG)



15. Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ESG)

Considerando a crescente preocupação do mercado pelas melhores práticas corporativas em relação aos temas ambientais, sociais e de governança (também conhecido como *Environmental, Social and Governance* - ESG), foi constituído em 27 de novembro de 2020 um comitê executivo responsável pela estratégia, diretrizes e demais agendas de sustentabilidade da Companhia.

A adoção de práticas ESG tem como norte os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, definidos pela Organização das Nações Unidas – ONU, e demonstra a preocupação da Companhia em promover a geração de valor aliada ao desenvolvimento sustentável. Assim, a Companhia tem atuado na redução dos impactos ambientais gerados por sua atividade-fim, no desenvolvimento de projetos socioambientais e de governança, na promoção da saúde pública e do bem-estar social, dentre outras ações visando manter seus processos, aspectos e impactos sob controle, caracterizando-a como uma empresa sustentável.



Buscando reforçar o seu compromisso com o tema, que é um valor organizacional, a Companhia segue implementando e aprimorando diversas ações com o objetivo de fortalecer sua comunicação e garantir a evolução dos ESG dentro e fora da Saneago. Entre as ações e iniciativas adotadas, destacam-se:

- Criação do Comitê de Sustentabilidade;
- Criação do Comitê para Questões da Mulher e Diversidade;
- Aprovação da Política de Sustentabilidade;
- Levantamento e Identificação dos Riscos ESG na Companhia, alinhando com o Planejamento Estratégico;

- Incorporação de indicadores para medir os impactos da Companhia e analisar seu desempenho com relação aos ODS;
- Realização do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE;
- Adesão ao Pacto pela Resiliência Hídrica e Energética e ao Movimento +Água do Pacto Global da ONU;
- Reconhecimento por meio do Selo Empresa Amiga da Família – SEAF – Edição 2021/2022;
- Implantação da Gestão Especial da Jornada de Trabalho Especial para Mães com Filhos até 6 (seis) anos;
- Implantação de Auxílio voltado ao Filho ou Enteados PcD ou dependente funcional de empregado da Saneago;
- Publicação do Relatório de Sustentabilidade conforme metodologia da *Global Reporting Initiative* – GRI;
- Participação como membro do Fórum Goiano de Mudanças Climáticas, coordenando a Câmara Técnica de Adaptação Climática; e
- Preparação para incorporação das normas IFRS S1 e S2.

No contexto do Movimento +Água, a Saneago esteve envolvida nas seguintes atividades:

- Participação na publicação colaborativa intitulada "Guia de Boas Práticas de Monitoramento: uma ferramenta para promover a justiça socioambiental", organizada pelo Pacto Global da ONU, como parte do Movimento +Água;
- Divulgação do projeto de Recuperação Florestal em áreas de Nascentes e/ou margens de corpos d'água no Painel de Cases do Movimento + Águas. Realização do evento regional "Desafios e Oportunidades para o Setor Empresarial e outros segmentos no cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 6 em Goiás", em parceria com o Pacto Global da ONU, como parte das comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente;
- Sediamos evento do Movimento Mais Água promovido pela Plataforma de Ação pela Água e Oceano no Dia Mundial do Meio Ambiente, realizado no Centro Cultural Oscar Niemeyer dia 05 de junho, no Dia Mundial do Meio Ambiente, com a participação da Cargill, UNESCO, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, The Nature Conservancy Brasil, Ambev, dentre outras empresas parceiras que tratou sobre “Desafios e Oportunidades para o Setor Empresarial e outros Segmentos no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)6 em Goiás”;
- Participação de capacitação da Trilha de Gestão de Riscos Hídricos promovida pelo Movimento + Águas no âmbito do Pacto Global (2 encontros on-line e um presencial em Goiânia, no auditório da Estação de Tratamento de Água – ETA Jayme Câmara) para realização do diagnóstico da Bacia do Meia Ponte e sugestão de metodologia para gestão de riscos hídricos.

Para 2025, o Comitê de Sustentabilidade segue com a realização do projeto intitulado “Saneago Sustentável”, que tem como objetivo descentralizar as atribuições através de um *framework* que correlaciona as diversas áreas da Companhia com os temas ESG e ODS, a fim de estabelecer uma cultura de sustentabilidade efetiva na empresa e o

Projeto ESG em Foco que tem como objetivo ampliar o conhecimento dos colaboradores sobre temas ambientais, sociais e de governança, promovendo uma cultura de sustentabilidade e fortalecendo o engajamento em iniciativas conduzidas pelas diversas áreas da Companhia. Ao disponibilizar conteúdos acessíveis e contínuos, buscamos transformar informação em ação, alinhando a atuação dos times às diretrizes estratégicas de ESG.

A Saneago encontra-se cada vez mais preparada para atender às demandas do mercado, confirmando o seu propósito de contribuir para a construção de uma economia sustentável, priorizando a prosperidade do meio ambiente e a criação de valor compartilhado para investidores, colaboradores, parceiros de negócio e sociedade.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Saneamento de Goiás S.A.
Goiânia – GO

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Saneamento de Goiás S.A. ("Companhia" ou "Saneago"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Saneamento de Goiás S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Contratos de concessão – Ativos de contrato

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 3.5, 18 e 19 a Companhia possuía registrado em 31 de dezembro de 2025 nas rubricas de “Ativo de contrato” e “Ativo intangível”, os montantes de R\$1.087.619 e R\$3.939.293, respectivamente. O modelo de negócio da Companhia, bem como a estrutura dos contratos de concessão enquadrados no escopo da ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, fundamentam-se na recuperação dos investimentos realizados na infraestrutura, essencialmente, por meio da cobrança de tarifas dos usuários. Nessas condições, não existe direito contratual incondicional de recebimento de caixa por parte do Poder Concedente durante a vigência normal das concessões, razão pela qual os investimentos são classificados como ativos intangíveis e, quando aplicável, como ativos de contrato.

Dentre as transações que afetam o reconhecimento, mensuração e a apresentação dos ativos relacionados aos contratos de concessão, destacam-se as análises internas da Companhia sobre as microrregiões, a definição se os contratos existentes estão ou não no alcance do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, as novas obras de infraestruturas realizadas ao longo do exercício, os critérios de amortizações adotados, assim como o atendimento das condições previstas no “Novo Marco Legal do Saneamento Básico” por parte da Companhia.

Dada a magnitude dos saldos, o grau de julgamento envolvido e a relevância do tema para as demonstrações contábeis, consideramos esse assunto um dos principais assuntos de auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- Avaliação da estrutura e entendimento dos controles internos chave existentes relacionados à adição de infraestrutura;
- Análise dos critérios de amortização de ativos intangíveis;
- Revisão da administração e gerenciamento dos contratos de concessão, incluindo aditivos, renovações e novos contratos;
- A realização de testes substantivos, através, em base amostral, para verificação de documentação suporte de adições e de sua elegibilidade à capitalização;
- Avaliação da transferência de ativos em construção para ativos em operação e avaliamos a aderência dos contratos de concessões às disposições do ICPC 01 (R1);
- Visitas às principais obras em andamento, em base amostral, e questionamos seus responsáveis acerca da existência de indicativos de atrasos, restrições ou mudanças no escopo;
- Com relação à aderência ao Novo Marco Legal do Saneamento Básico, nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do entendimento da Administração para manter os investimentos como ativos intangíveis mediante reuniões e entrevistas com os responsáveis-chave da Companhia a respeito do tema, em especial com os Assessores Jurídicos da Companhia, acerca da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios com os quais a Companhia mantinha contratos vencidos e passou a realizar a prestação de serviço direta.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento, mensuração e apresentação do ativo de contrato e do ativo intangível relacionados às concessões, bem como às referidas divulgações nas Notas Explicativas nºs 3.5, 18 e 19, por estarem consistentes com a documentação suporte mantida pela Companhia.

Outros assuntos

Demonstração dos Valores Adicionados (DVA)

A Demonstração dos Valores Adicionados (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa Demonstração dos Valores Adicionados foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

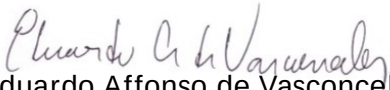


Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia, 12 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 GO 001837/F-4


Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador CRC 1 SP 166001/O-3 - S - GO

Saneamento de Goiás S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	515.164	389.201	Fornecedores	21	214.173	200.800
Aplicações Financeiras	7	381.637	568.368	Empréstimos e Financiamentos	22.a	25.698	26.488
Títulos e Valores Mobiliários	8	3.506	3.075	Debêntures	22.b	266.921	252.414
Créditos a Receber de Usuários	9	676.254	590.185	Arrendamento Mercantil	22.d	35.037	14.680
Estoques	10	109.467	103.344	Obrigações Trabalhistas	23	199.737	197.766
Tributos a Recuperar	11	34.034	30.233	Obrigações Tributárias	24	94.346	81.400
Despesas Antecipadas e Adiantamentos	12	22.721	22.785	Outras Contas	25	63.588	20.243
Subdelegação	13	12.961	30.359	Subdelegação	13	140	62.004
Outras Contas	14	38.936	17.018	Dividendos e JCP a Pagar	28.f	159.070	147.629
		<u>1.794.680</u>	<u>1.754.568</u>			<u>1.058.710</u>	<u>1.003.424</u>
Não Circulante				Não Circulante			
Títulos e Valores Mobiliários	8	8.686	7.797	Empréstimos e Financiamentos	22.a	199.540	181.294
Créditos a Receber de Usuários	9	65.178	58.970	Debêntures	22.b	852.892	717.945
Despesas Antecipadas	12	258.730	278.733	Arrendamento Mercantil	22.d	141.039	44
Subdelegação	13	1.696.127	1.696.384	Obrigações Tributárias	24	7.402	17.749
Outras Contas	14	2.512	15.508	Outras Contas	25	1.037	13.673
Depósitos Judiciais	15	13.371	9.915	Provisão para Demandas Judiciais	26	174.165	168.633
Subvenções	20.b	15.791	15.077	Subdelegação	13	1.696.127	1.696.384
		<u>2.060.395</u>	<u>2.082.384</u>	Subvenções	20.a	121.695	133.089
Imobilizado	17	546.989	323.003	Tributos Diferidos Passivos	16.2	69.304	45.556
Ativo de Contrato	18	1.087.619	973.904			<u>3.263.201</u>	<u>2.974.367</u>
Intangível	19	3.939.293	3.440.296	Patrimônio Líquido			
		<u>5.573.901</u>	<u>4.737.203</u>	Capital Social	28.a	2.515.546	2.515.546
Total do Ativo		<u><u>9.428.976</u></u>	<u><u>8.574.155</u></u>	Reserva Legal	28.c	172.304	138.815
				Reservas para Investimentos	28.d	2.385.953	1.908.740
				Ajuste de Avaliação Patrimonial	28.e	33.262	33.263
						<u>5.107.065</u>	<u>4.596.364</u>
				Total do Passivo		<u><u>9.428.976</u></u>	<u><u>8.574.155</u></u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Saneamento de Goiás S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receitas Líquidas			
Receitas de Serviços/Outorga		3.552.023	3.305.045
Receitas de Construção		632.543	547.090
	29	<u>4.184.566</u>	<u>3.852.135</u>
Custos			
Custos dos Serviços	30	(1.568.555)	(1.447.061)
Custos de Construção	30	<u>(632.543)</u>	<u>(547.090)</u>
	30	<u>(2.201.098)</u>	<u>(1.994.151)</u>
Lucro Bruto		<u>1.983.468</u>	<u>1.857.984</u>
Despesas Comerciais	30	(367.165)	(340.670)
Despesas Administrativas	30	(607.362)	(537.830)
Despesas Tributárias		(49.408)	(32.203)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	31	<u>(98.825)</u>	<u>(99.245)</u>
		<u>(1.122.760)</u>	<u>(1.009.948)</u>
Resultado antes do Resultado Financeiro		<u>860.708</u>	<u>848.036</u>
Resultado Financeiro Líquido	32	63.386	(994)
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro		<u>924.094</u>	<u>847.042</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(230.576)	(194.209)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.2	<u>(23.749)</u>	<u>(31.239)</u>
Resultado Líquido do Exercício		<u>669.769</u>	<u>621.594</u>
Lucro por Ação	28.g	0,2663	0,2471

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultado Líquido do Exercício		
Resultado Líquido do Exercício	669.769	621.594
Outros Resultados Abrangentes		
Realização do Custo Atribuído, Líquido de Tributos Diferidos	1	48
Ganho/(Perda) Atuarial, Líquido de Tributos Diferidos	-	37.429
Resultado Abrangente do Exercício	<u>669.770</u>	<u>659.071</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Saneamento de Goiás S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva Legal	Reservas para Investimentos	Ajuste de avaliação Patrimonial	Outros Resultados Abrangentes	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>2.515.546</u>	<u>107.735</u>	<u>1.465.781</u>	<u>33.311</u>	<u>(37.429)</u>	<u>-</u>	<u>4.084.944</u>
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	621.594	621.594
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(147.629)	(147.629)
Realização do Custo Atribuído	-	-	-	(48)	-	74	26
Reversão de Provisão Atuarial	-	-	-	-	37.429	-	37.429
Reservas de Lucros	-	31.080	442.959	-	-	(474.039)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>2.515.546</u>	<u>138.815</u>	<u>1.908.740</u>	<u>33.263</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.596.364</u>
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	669.769	669.769
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(159.070)	(159.070)
Realização do Custo Atribuído	-	-	-	(1)	-	3	2
Reservas de Lucros	-	33.489	477.213	-	-	(510.702)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>2.515.546</u>	<u>172.304</u>	<u>2.385.953</u>	<u>33.262</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.107.065</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais		<u>846.652</u>	<u>940.896</u>
Caixa Gerado nas Operações		<u>1.092.509</u>	<u>992.339</u>
Lucro Líquido do Exercício		669.769	621.594
Ajustes para conciliação do lucro Líquido			
Depreciações e Amortizações		223.429	192.702
Baixas Investimento Imobilizado e Intangível/Ajuste de Inventário		6.327	380
Ajuste a Valor Presente AVP - Créditos a Receber	32	500	488
Tributos Diferidos - IRPJ/CSLL	16.1	23.749	31.239
Encargos Sobre Empréstimos, Financiamentos e Arrendamentos		198.238	152.194
Juros Capitalizados	22.c	(75.231)	(485)
Rendimentos de Aplicações Financeiras	8	(1.320)	(4.621)
Provisões/Reversões	31	47.048	(1.152)
Variações nos Ativos e Passivos		<u>(264.302)</u>	<u>(36.213)</u>
Créditos a Receber de Usuários	36	(146.851)	(66.086)
Tributos a Recuperar		(3.801)	(10.224)
Estoques	36	(93.269)	6.006
Despesas Antecipadas e Adiantamento a Empregados		20.067	(12.863)
Depósitos Judiciais		(3.456)	4.661
Fornecedores		2.468	(10.794)
Obrigações Trabalhistas		2.407	6.344
Obrigações Tributárias		2.599	4.216
Subdelegação		(44.466)	42.527
Outros		<u>18.445</u>	<u>(15.230)</u>
Outras Contas a Receber	36	(12.264)	1.920
Outras Contas a Pagar		30.709	(17.150)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento		<u>(514.819)</u>	<u>(388.166)</u>
Aquisição no Imobilizado	17.1	(88.399)	(27.416)
Ativo de Contrato	36	(275.694)	(285.842)
Aquisição no Intangível	19	(347.526)	(322.539)
Aquisição de estoque para obras	18	(34)	(3)
Títulos e Valores Mobiliários	8	-	1.218
Aplicações Financeiras		186.731	247.413
Ajustes Subvenções PAC		(802)	(6.938)
Fornecedores de investimentos		10.905	5.941
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento		<u>(205.870)</u>	<u>(222.795)</u>
Financiamentos/Empréstimos Captados	22.c	445.000	342.953
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	22.c	(274.091)	(246.947)
Pagamentos de Encargos Financeiros Sobre Captação de Recursos	22.c	(194.160)	(134.266)
Arrendamento Mercantil	22.d	(48.846)	(47.946)
Subvenções	20.a	13.856	2.077
Pagamentos de Juros Sobre Capital Próprio		(147.629)	(138.666)
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		<u>125.963</u>	<u>329.935</u>
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6	389.201	59.266
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6	515.164	389.201

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receitas			
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços		3.902.784	3.633.963
Receita de Construção	29	632.543	547.090
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa / Reversão	31	(54.074)	(56.298)
Prescrição/Recuperação de Créditos	31	16.627	26.872
Outorga Subdelegação	29	9.100	9.100
Receitas de Serviços Técnicos	29	2.773	2.367
Outras Receitas		21.025	36.696
		<u>4.530.778</u>	<u>4.199.790</u>
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos		(604.324)	(557.131)
Matérias Primas Consumidas		(17.508)	(14.679)
Energia, Serviços de Terceiros		(302.719)	(266.568)
Custo de Construção		(632.543)	(547.090)
Provisão/Reversão Perdas Estoque		(575)	(399)
Outras Despesas		(89.428)	(163.965)
		<u>(1.647.097)</u>	<u>(1.549.832)</u>
Valor Adicionado Bruto		2.883.681	2.649.958
Retenções			
Depreciação/Amortização		(223.429)	(192.702)
Provisões/Reversões		7.602	57.849
		<u>(215.827)</u>	<u>(134.853)</u>
Valor Adicionado Líquido		2.667.854	2.515.105
Valor Adicionado Recebido em Transferência			
Receitas Financeiras	32	202.550	166.455
		<u>202.550</u>	<u>166.455</u>
Valor Adicionado Total a Distribuir		2.870.404	2.681.560
Distribuição do Valor Adicionado		2.870.404	2.681.560
Pessoal e Encargos			
Remuneração Direta		859.649	795.595
Benefícios		219.754	208.240
FGTS		71.805	63.919
		<u>1.151.208</u>	<u>1.067.754</u>
Impostos, Taxas e Contribuições			
Federal		815.990	743.711
Federal - IRPJ /CSLL Diferidos		23.749	31.239
Estadual		36.833	22.427
Municipal		7.054	6.208
		<u>883.626</u>	<u>803.585</u>
Remuneração de Capitais de Terceiros			
Juros		139.165	167.449
Aluguéis		26.636	21.178
		<u>165.801</u>	<u>188.627</u>
Remuneração de Capitais Próprio			
Juros sobre o capital próprio (JCP)		159.070	147.629
Lucros Retidos no Exercício		510.699	473.965
		<u>669.769</u>	<u>621.594</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Índice das Notas:

1. Informações Gerais
2. Apresentação das Demonstrações Contábeis
3. Políticas Contábeis Materiais
4. Reforma Tributária
5. Gestão de riscos financeiros e instrumentos financeiros
6. Caixa e Equivalentes de caixa
7. Aplicações Financeiras
8. Títulos e Valores Mobiliários
9. Créditos a Receber de Usuários
10. Estoques
11. Tributos a Recuperar
12. Despesas Antecipadas e Adiantamentos
13. Subdelegação
14. Outras Contas a Receber
15. Depósitos Judiciais
16. Tributos sobre o Lucro
17. Imobilizado
18. Ativo de Contrato
19. Intangível
20. Subvenções Governamentais
21. Fornecedores
22. Empréstimos e Financiamentos
23. Obrigações Trabalhistas
24. Obrigações Tributárias
25. Outras Contas
26. Provisão para Demandas Judiciais
27. Benefícios a Empregados
28. Patrimônio Líquido
29. Receita Operacional Líquida
30. Custos e Despesas
31. Outras Receitas e Despesas Operacionais
32. Resultado Financeiro Líquido
33. Seguros
34. Operação e negociação com partes relacionadas
35. Remuneração da Administração, Conselho Fiscal e Comitê Estatutário
36. Informações suplementares aos Fluxos de caixa

1. Informações Gerais

A Saneamento de Goiás S.A. – Saneago (“Companhia ou Saneago”) é uma sociedade por ações de economia mista estadual, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), constituída na forma da Lei Estadual nº 6.680 de 13 de setembro de 1967, com sede na Av. Fued José Sebba nº 1.245, Setor Jardim Goiás, Goiânia-GO, CNPJ 01.616.929/0001-02.

A Saneago atua como prestadora de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Estado de Goiás, preferencialmente, por meio de concessão e/ou gestão associada, em sistemas públicos ou privados.

Conforme o Estatuto Social da Companhia, cumpri-lhe elaborar estudos, projetos, pesquisas, consultorias, realizar obras, operar e praticar a exploração de serviços de: abastecimento de água; esgotamento sanitário; destinação final dos efluentes e dos resíduos sólidos domésticos, industriais e seus subprodutos; limpeza urbana; drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e proteção dos recursos hídricos e do meio ambiente. No entanto, os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, bem como os de drenagem urbana, dependerão da implantação técnica na Companhia e poderão ser realizados somente mediante contratos de prestação de serviços específicos para esta finalidade. Atualmente a Companhia possui apenas contratos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Além disso, o Estatuto está adequado para garantir novos arranjos de negócio e ampliar sua capacidade competitiva e de eficiência, bem como celebração de parcerias, constituição de sociedade de propósito específico e subsidiárias de âmbito local.

No momento, a Companhia está conduzindo processo de Parceria Público-Privada (PPP) para a ampliação, operação e manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário em 216 municípios do Estado de Goiás, com o objetivo de promover a universalização dos serviços, a melhoria da eficiência operacional e a sustentabilidade dos investimentos no setor. O processo encontra-se atualmente na fase de licitação, na modalidade de concessão administrativa, conforme Edital de Concorrência Internacional nº 01/2025, publicado em 22 de dezembro de 2025, em linha com as normas aplicáveis às Parcerias Público-Privadas (Lei Federal nº 11.079/2004).

A Companhia atende integralmente à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Além disso, a Saneago atua de forma constante no aprimoramento de ações para atendimento do Decreto Estadual nº 9.406/2019 que instituiu o programa de compliance público, definido como um conjunto de procedimentos e estruturas destinados a assegurar a conformidade dos atos de gestão com padrões morais e legais, bem como garantir o alcance dos resultados das políticas públicas e a satisfação dos cidadãos, fomentando os eixos da ética, da transparência, da responsabilização e da gestão de riscos. O Comitê Setorial de Compliance que possui caráter consultivo e permanente para questões relativas ao Programa de Compliance Público, tem o objetivo de zelar pela implementação dos eixos citados acima.

Considerando a crescente preocupação do mercado pelas melhores práticas corporativas em relação aos temas ambientais, sociais e de governança, a Companhia mantém um comitê com representantes de diferentes áreas da Companhia responsável pela estratégia, diretrizes e demais agendas de sustentabilidade, incluindo as diretrizes e atos corporativos na gestão de questões ambientais, sociais e de governança (ESG – Environmental, Social and Governance). Entre as ações executadas pelo comitê, destacam-se: elaboração da Política de Sustentabilidade, elaboração do Relatório de Sustentabilidade por empresa de consultoria especializada, definição de indicadores e cláusulas contratuais ESG e criação do Programa de Ideias e Inovação. Além disso, a Saneago é participante do Pacto Global, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas para encorajar empresas a adotarem políticas de responsabilidade social, corporativa e sustentabilidade.

Novo Marco Legal do Saneamento Básico

Em 15 de julho de 2020 foi publicada a Lei nº 14.026/2020 alterando o marco do saneamento básico no Brasil. Os principais pontos alterados foram: I) Metas Legais de Universalização; II) Regionalização: preferência da prestação regionalizada à prestação fragmentada; III) Regulação: atribuição à Agência Nacional de Água – ANA para estabelecer diretrizes gerais regulatórias em contexto nacional, dando homogeneidade e segurança jurídica ao setor; IV) Concorrência: estabeleceu-se o princípio da seleção competitiva do prestador de serviço.

Em relação a metas, foram estabelecidos novos objetivos para universalização do atendimento dos serviços de saneamento, incluindo o abastecimento de água, a coleta e tratamento de esgoto e a gestão dos resíduos sólidos que devem ser atingidos até 2033.

Quanto à regionalização, o Estado promulgou em 22 de maio de 2023 a Lei Complementar nº 182/2023 que instituiu as Microrregiões de Saneamento Básico – MSBs e suas respectivas estruturas de governança. Foram instituídas 3 (três) microrregiões no Estado: Leste, Centro e Oeste e definida a estrutura de governança de cada uma delas, composta por: i) Colegiado Microrregional, instância deliberativa; ii) Comitê Técnico, instância com funções técnico – consultivas; iii) Conselho Participativo; iv) Secretário-Geral, personalidade executiva eleita e v) Sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas dos recursos geridos da microrregião.

Durante a 2ª assembleia das respectivas Microrregiões, que ocorreu em 20 de dezembro de 2023, houve a aprovação para a prestação direta dos serviços de saneamento básico pela Saneago nas localidades onde os contratos estavam com prazo de vigência expirado, além do alinhamento do prazo de vigência dos contratos para 17 de dezembro de 2049, ambas decisões formalmente documentadas.

O novo marco do saneamento também trouxe a necessidade, conforme art. 10-B da Lei Federal nº 11.445/2007, de que as prestadoras de serviços comprovassem capacidade econômico-financeira para cumprirem os contratos. Cumprindo os requisitos disciplinados pelo Decreto nº 11.598/2023, a Ernest Young, certificador independente, atestou que a Companhia cumpria os requisitos de adequabilidade na data base de 31 de dezembro de 2023, demonstrando que atende aos índices referenciais mínimos dos indicadores econômico-financeiros, que o valor presente líquido do fluxo de caixa global de seus contratos é superior a zero e que o plano de captação da Companhia está compatível com seus estudos de viabilidade. O estudo já considerou os cenários advindos da Regionalização no Estado de Goiás, incluindo em seu escopo de análise todos os municípios em que a Companhia tem prestação em vigor e foi aprovado pela Nota Técnica Conjunta nº 2/2024 da AGR com as agências municipais de Goiânia (AR), Rio Verde (AMAE) e Anápolis (ARM), sendo enviado à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), em cumprimento ao que determina a legislação.

Contratos de programa e de concessão

A Saneago, em 31 de dezembro de 2025, possui 223 contratos em operação que são assim distribuídos: 62 contratos de programa, 80 contratos de concessão e 81 contratos de concessão em prestação direta, todos com vencimento para 17 de dezembro de 2049 conforme aprovado pelo colegiado das microrregiões do Estado de Goiás.

Abaixo está discriminada a participação na receita líquida da Companhia de cada uma das modalidades de prestação de serviço:

Tipo de Contrato	Microrregião Oeste		Microrregião Centro		Microrregião Leste		Total	
	Qtde. Município	% Receita Líquida	Qtde. Município	% Receita Líquida	Qtde. Município	% Receita Líquida	Qtde. Município	% Receita Líquida
Programa	18	5,93%	20	45,87%	24	19,79%	62	71,59%
Concessão	31	2,84%	28	4,74%	21	4,89%	80	12,47%
Prestação Direta	30	7,10%	35	6,89%	16	1,95%	81	15,94%
Total	79	15,87%	83	57,50%	61	26,63%	223	100,00%

As operações da Companhia estão concentradas no Município de Goiânia que representa 36,05% da receita líquida em 31 de dezembro de 2025 e 32,45% do ativo intangível (36,22% da receita líquida e 34,66% do ativo intangível em 31 de dezembro de 2024).

Evolução dos Ciclos de Revisão Tarifária

Historicamente, a regulação econômica do setor consolidou-se no 1º Ciclo de Revisão Tarifária Ordinária (2015), conduzido pela AGR sob a metodologia de Fluxo de Caixa Descontado (FCD). No 2º Ciclo, as agências AGR e AR mantiveram o FCD, mas introduziram os Fatores X (produtividade) e Q (qualidade) como mecanismos de incentivo à eficiência operacional.

Atualmente, o 3º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica está em fase avançada, sob gestão integrada das agências AGR, AR, AMAE e ARM. Porém em virtude das recentes alterações no marco legal do saneamento — que impõem novos parâmetros de regionalização, universalização e sustentabilidade — o cronograma original de 2026 foi postergado. O ciclo demandará uma atualização metodológica robusta para alinhar a estrutura tarifária às novas diretrizes de eficiência, com conclusão e implementação previstas para o exercício de 2027.

Reajuste de preços

O reajuste tarifário anual visa recompor o equilíbrio econômico-financeiro da concessão frente à inflação setorial.

O terceiro reajuste do ciclo tarifário vigente foi autorizado pelas agências reguladoras em 4,19%, sendo aplicado a partir de 1º de abril de 2025.

Para o exercício de 2026, as agências reguladoras atuaram de forma coordenada para garantir a uniformidade regulatória no cenário de prestação regionalizada. As Resoluções Conjuntas nº 01/2026 (AGR/AR, AGR/AMAE e AGR/ARM) homologaram o reajuste linear de 4,845% sobre os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e custo mínimo fixo para aplicação a partir de 01 de abril de 2026.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as Leis 6.404/76 e 11.638/07, abrangendo a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM através de suas deliberações e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS (International Financial Reporting Standards) emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board).

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela sua gestão.

2.3 Base de Mensuração e Apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por ajustes realizados para refletir o custo atribuído de Terrenos, Edificações, Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos, Veículos e Equipamentos de Informática na data de transição para IFRS, sendo que estes bens não são reversíveis ao poder concedente.

2.4 Moeda Funcional

A Moeda funcional praticada pela Saneago é o Real (R\$). Todos os valores de apresentação das demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais.

2.5 Autorização para emissão das demonstrações contábeis

A autorização para emissão dessas demonstrações contábeis foi feita pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2026.

2.6 Principais julgamentos e estimativas contábeis

Para preparação das demonstrações contábeis, são utilizadas determinadas estimativas e premissas, que exigem julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, sendo estas, avaliadas continuamente com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. Devido a isso, por definição, tais estimativas podem diferir dos resultados reais.

A seguir são apresentados os itens das demonstrações que envolvem julgamentos e estimativas e onde, quando aplicável, são divulgadas as políticas para estimativas materiais e específicas aplicadas pela Companhia:

- a) Estimativa a faturar (nota 3.1 a);
- b) Recuperabilidade dos ativos não financeiros (nota 3.6);
- c) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e Baixa por prescrição (nota 9);
- d) Perdas em estoque (nota 10);
- e) Provisão para demandas judiciais (nota 26);
- f) Obrigações atuariais (nota 27).

3. Políticas Contábeis Materiais

3.1 Receita operacional

a) Receita de serviços de saneamento

A receita de prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto é reconhecida à medida que os serviços são prestados e mensurados, assim a receita incorrida, cujo serviço foi prestado, mas ainda não faturado (medido) até o final de cada período, é estimada e reconhecida nas contas a receber de clientes.

b) Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto. A margem de lucro adotada é igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é o abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível e ativo de contrato em curso é reconhecida no resultado, como receita e custo de construção.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são compostos pelo caixa, pelas contas bancárias, arrecadação, depósitos vinculados a obras e por aplicações financeiras de liquidez imediata com expectativa de utilização por parte da Companhia no decurso de seis meses e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Esses saldos são retidos com a finalidade de satisfazer os compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

3.3 Créditos a Receber de Usuários

São reconhecidos pelo valor nominal à medida que os serviços são prestados e faturados (medidos). Os serviços prestados que ultrapassam o período de medição são estimados e registrados como estimativa a faturar, a valor presente, sem qualquer tipo de acréscimos.

Os créditos não recebidos que são parcelados assim como os serviços financiados são corrigidos no momento da negociação considerando todo período de recebimento das parcelas. Os valores são segregados em circulante e não circulante conforme o vencimento das parcelas e são descontados a valor presente sendo reconhecida despesa financeira - AVP pela taxa aplicada no momento da negociação.

3.4 Imobilizado

Os imobilizados estão demonstrados pelo custo de aquisição e/ou construção e não são reversíveis ao poder concedente. A depreciação é calculada pelo método linear e realizada pela vida útil econômica, determinada por laudo de empresa especializada.

3.5 Intangível

O intangível está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, incluindo capitalização das despesas de pessoal e juros de financiamento atribuíveis a cada item. A amortização é calculada pelo método linear e realizada pela vida útil econômica, determinada por laudo de empresa especializada.

Este grupo de contas é composto pelos bens utilizados nos sistemas de água e esgoto vinculados às concessões, em linha com a interpretação do ICPC 01 – Contratos de Concessão.

O controle das obras em andamento (Ativo de Contrato) com a respectiva transferência para bens em operação (Ativos Concluídos) se dá mediante documentação emitida pela unidade responsável pela execução de obras, informando que o objeto em questão se encontra concluído.

A vida útil econômica dos ativos imobilizado e intangível, apurada a partir de estudo realizado no ano de 2025 com laudo de avaliação emitido em 29 de dezembro de 2025 e cujo resultados não tiveram alterações em relação ao ano anterior, está assim representada:

Natureza dos Bens	VUE*	Natureza dos Bens	VUE*
Construções Cíveis	50	Programas de Informática	13
Barragens	50	Equipamentos - Bombas dosadoras	13
Reservatórios e Tanques - Concreto	50	Hidrômetros	11
Decantadores e Lagoas	50	Veículos	11
Tubulações	40	Máquinas e Tratores	10
Grupos Geradores	30	Equipamentos - Bombas de esgoto	10
Ligações Prediais	30	Equipamentos de Tratamento	10
Poços	25	Equipamentos Laboratoriais	10
Sistemas Renováveis de Energia	25	Equipamentos de Informática - Switch	10
Custo Atribuído (Geral)	25	Outros Equipamentos	9
Sistema de Subestação de Energia	20	Equipamentos de Informática - Servidores	8
Reservatórios e Tanques - Metálico	20	Equipamentos de Informática - Endpoints	7
Proteção e preser. Ambiental - Reflorestamento	17	Equipamentos de Informática - Leasing	7
Proteção e preser. Ambiental - Cercamento	15	Equipamentos de Informática - Nobreaks	2
Equipamentos - Ar-condicionado	15	Obras de Arte	-
Equipamentos - Demais Bombas	15	Terrenos	-
Macromedidores	15	Servidões	-
Equipamentos - Motores	14		
Móveis e Utensílios	13		

*Vida útil econômica

a) Bifurcação de Ativo Financeiro

A infraestrutura utilizada pela Companhia na prestação dos serviços públicos de saneamento básico encontra-se no alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, uma vez que os ativos são utilizados para a prestação de serviços públicos regulados e permanecem sujeitos ao controle do poder concedente quanto à natureza dos serviços prestados, aos usuários atendidos e à estrutura tarifária aplicável.

Nessas circunstâncias, os investimentos realizados na infraestrutura utilizada na prestação dos serviços são reconhecidos como ativos intangíveis, na medida em que a Companhia detém o direito de cobrar dos usuários pela prestação dos serviços públicos de saneamento. Nesse modelo, a remuneração do concessionário decorre da cobrança de tarifas diretamente dos usuários, estando a geração de caixa sujeita ao risco de demanda, uma vez que depende do volume de consumo dos serviços e do nível de arrecadação tarifária.

A legislação setorial estabelece que a sustentabilidade econômico-financeira dos serviços públicos de saneamento básico deve ser assegurada preferencialmente por meio da cobrança de tarifas dos usuários, conforme previsto na Lei nº 11.445/2007, alterada pela Lei nº 14.026/2020 (Novo Marco Legal do Saneamento Básico).

Nesse contexto, a Companhia avaliou as características econômicas dos contratos de concessão e demais instrumentos de prestação dos serviços e concluiu que não existe direito contratual incondicional de recebimento de caixa do poder concedente, tampouco mecanismos contratuais ou regulatórios que garantam receita mínima ou pagamento por disponibilidade da infraestrutura. Assim, a remuneração da Companhia permanece dependente da utilização dos serviços pelos usuários e da arrecadação tarifária.

A legislação aplicável prevê ainda que, em caso de extinção da concessão ou transferência da prestação dos serviços, os investimentos vinculados a bens reversíveis e ainda não amortizados devem ser previamente indenizados. Contudo, esse direito depende da ocorrência de evento específico de extinção contratual e da conclusão do processo administrativo de apuração do valor indenizável, não configurando direito incondicional de recebimento de caixa durante a vigência normal da concessão.

No âmbito da regionalização dos serviços de saneamento no Estado de Goiás, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 182/2023, a prestação dos serviços passou a ser organizada por microrregiões de saneamento básico, com governança regional compartilhada entre o Estado e os Municípios integrantes. Nesse arranjo institucional, eventuais alterações na prestação dos serviços ou saída de municípios do arranjo regional dependem de deliberação das instâncias de governança das microrregiões, observadas as condições legais aplicáveis, incluindo a indenização prévia pelos investimentos não amortizados vinculados aos serviços.

Com base nessa avaliação, a Companhia concluiu que a infraestrutura utilizada na prestação dos serviços enquadra-se no modelo de ativo intangível previsto na ICPC 01, não sendo identificados elementos que caracterizem direito incondicional de recebimento de caixa do poder concedente que justifiquem a bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível.

A classificação contábil dos ativos de concessão envolve julgamentos relevantes por parte da Administração, especialmente no que se refere à avaliação do modelo de remuneração da concessão, à inexistência de mecanismos que eliminem o risco de demanda e à natureza contingente do eventual direito de indenização por investimentos não amortizados.

A Companhia monitora continuamente fatores que possam alterar as características econômicas dos contratos de concessão, incluindo alterações regulatórias, modificações contratuais ou a eventual introdução de mecanismos que possam estabelecer garantias de receita ou reduzir substancialmente o risco de demanda. Caso tais eventos ocorram, a Companhia avaliará a necessidade de revisão da classificação contábil dos ativos de concessão.

b) Subvenção Governamental

A subvenção governamental relacionada a ativos, quando recebida e cujas obrigações ainda não foram cumpridas, é reconhecida no balanço patrimonial em conta de passivo. Quando a condição estabelecida de imobilização da obra estiver cumprida, o reconhecimento é feito no ativo deduzindo o valor contábil do item relacionado, tendo o valor do ativo líquido efeito zero.

3.6 Avaliação ao valor recuperável dos ativos não financeiros ("Impairment")

A Companhia revisou o valor de seus ativos com vida útil definida que incluem, dentre outros, os intangíveis resultantes de contratos de concessão/programa relacionados aos sistemas de água e esgoto, não sendo identificadas evidências de perdas ("impairment") estimadas.

Adicionalmente, a Companhia faz avaliação individual em relação a obras que se encontram paralisadas, registrando impairment para as quais não há expectativa de geração de caixa, sendo os custos diretos e indiretos provisionados em sua totalidade. Caso ocorra a retomada das obras, é realizado o levantamento das perdas incorridas que são reconhecidas no resultado do exercício.

3.7 Participação nos Resultados

Os empregados da Saneago têm participação no lucro apurado no exercício social, conforme art. 75, §3º do estatuto. A participação nos lucros deverá observar os normativos da Companhia e a legislação em vigor, depois de observado o disposto nos artigos 189 e 190 da Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia realiza provisão de 10% sobre o resultado apurado trimestralmente (valor máximo a ser distribuído), sendo ao final do exercício ajustado conforme apuração das metas atingidas, refletindo assim o valor estimado a ser distribuído no exercício seguinte. A realização efetiva depende de aprovação por parte dos Órgãos de Governança.

A Companhia adota como prática o registro da Participação nos Resultados no grupo "Outras Despesas/Receitas Operacionais", visto que é gerada a partir das operações da Companhia e de esforços comerciais e administrativos que ocorrem independente da distribuição da participação.

3.8 Apresentação de Informações por Segmento

Dada à peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial (serviços de saneamento), as decisões de investimentos tomadas pela administração estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Desta forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto para todos os municípios no Estado de Goiás com os quais a Companhia mantém contrato. O fator principal que faz com que o controle gerencial seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto. A mensuração de performance e apuração das informações por um único segmento estão consistentes com as políticas adotadas na preparação das demonstrações contábeis, uma vez que a Administração utiliza estas informações para analisar o desempenho da Companhia.

3.9 Novas normas, revisões e interpretações contábeis

As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2025 após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade, não tiveram impactos nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

O IASB emitiu em abril de 2024 a IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras que substitui a IAS 1/CPC 26 R1, tendo sido emitido no Brasil, o CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis. Apesar de não ter qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens que incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. A Companhia acompanha e avalia os impactos de sua adoção que é efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

A Companhia está em processo de estruturação para atendimento das normas IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de dados financeiros relacionados a sustentabilidade e IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao clima que são obrigatórias para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Visto que não foram adotadas antecipadamente pela Entidade, não há impacto das publicações durante novembro de 2025 feitas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) relacionados a exemplos ilustrativos de divulgação sobre incertezas relacionadas ao clima.

A entidade avaliou ainda suas políticas no contexto da Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO) de observância obrigatória para todas as entidades abertas supervisionadas pela CVM para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025 conforme Resolução CVM nº 223/24 e não identificou a necessidade de ajustes nas suas demonstrações contábeis.

Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2026 ou após e a Companhia, apesar de estar avaliando os impactos da adoção destas normas, não espera impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis:

- a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48: tratam de classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza. Podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação. É efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026.
- b) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS: alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026.

4. Reforma Tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por três tributos (IBS, CBS e IS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais conforme comunicado conjunta da RFB e do CGIBS;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2029 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e,
- Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Avaliação de impacto

A Entidade avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e, considerando que a referidas reformas resultarão em impactos negativos nas suas projeções de fluxos de caixa e lucros tributários futuros, identificou impactos nas seguintes principais premissas:

- Obrigatoriedade de emissão do documento fiscal em 2026 (fase teste) conforme ato conjunto da RFB/CGIBS nº 1/2025, aguardando publicação do regulamento;
- Com a tomada de crédito mais ampla de aquisição de materiais e contratação de serviços a tomadas desses créditos só serão permitidas a partir da quitação do tributo o que deve elevar o nível de dificuldade nos controles e conciliações tributárias;
- Até a divulgação destas DF's resta pendente por parte da RFB/CGIBS a publicação dos regulamentos que disciplinará obrigações principais e acessórias do CBS/IBS;
- A administração espera que haja um aumento na inadimplência em razão da elevação do valor final do serviço de saneamento devido à carga tributária incidente;
- A administração espera que, em razão de atraso/inadimplência nos pagamentos por parte dos clientes, terá que suportar o pagamento do tributo ao erário até que o cliente quite seus débitos, não estando ainda claro para a companhia a forma de operacionalização e recuperação devido à ausência de regulamentação, impactando o fluxo de caixa;
- Espera-se aumento nos custos de materiais e serviços contratados através de reequilíbrio econômico-financeiro em razão de alteração de alíquotas dos tributos;
- Mesmo no contexto da neutralidade a administração espera, com o aumento gradativo das alíquotas do IBS, que haverá impacto direto no custo dos materiais e serviços que não poderão ser repassados de forma imediata a tarifa em razão da regulação do setor;
- A Entidade não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LC 215/2025 e LC 224/2025 que requeressem uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora esperar impactos na geração de caixa e lucros futuros.

5. Gestão de riscos financeiros e instrumentos financeiros

5.1 Fatores de risco financeiro

Os negócios da Companhia, sua posição financeira e o resultado de suas operações podem ser afetados por oscilações e sazonalidades da conjuntura econômica, expondo-a aos riscos de:

- a) Risco de mercado (risco da taxa de juros e risco da flutuação cambial);
- b) Risco de crédito;
- c) Risco de liquidez;
- d) Risco de contratos de Concessão/Programa.

(a) Risco de mercado

Risco da taxa de juros

A Saneago está sujeita às oscilações de cada um dos indexadores das taxas de juros provenientes de transações de empréstimos, financiamentos e debêntures, e aplicações financeiras, que impactam seus pagamentos e recebimentos e, consequentemente, seus fluxos de caixa, tais como TR (Taxa Referencial), SOFR (*Secured Overnight Financing Rate*), CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários) e índices de inflação como IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Conforme Política de Gestão de Riscos Financeiros, para mitigar os riscos inerentes à taxa de juros a Companhia poderá utilizar os seguintes instrumentos financeiros e estratégias: contratos de *swap*, repactuação dos contratos ou liquidação antecipada.

Sensibilidade da Dívida

Na análise de sensibilidade para o risco da taxa de juros, utilizou-se o saldo devedor da dívida que tem um dos seguintes indicadores econômicos indexados: IPCA, CDI, SOFR e TR. Assim, com base no valor atual ou com base na expectativa de mercado para o fechamento do período desses indexadores, tendo como referência o relatório Focus de janeiro de 2026, procedeu-se a simulação de três cenários. O Cenário provável considera ou a manutenção do valor atual ou a evolução esperada dos indicadores, enquanto os Cenários II e III foram feitos com apreciação na taxa de 25% e 50%, respectivamente:

Sensibilidade da Dívida - 31/12/2025							
Indicadores	Exposição	Cenário provável		Cenário II		Cenário III	
		Taxas	Valor	Taxas	Valor	Taxas	Valor
IPCA (FCO)	108.852	4,26%	113.489	5,33%	114.654	6,39%	115.808
CDI (Debêntures)	1.129.360	12,15%	1.266.577	15,19%	1.300.910	18,23%	1.335.242
USD SOFR 3M (BID)	28.757	4,49%	30.048	5,61%	30.370	6,74%	30.695
TR (Caixa Econômica Federal)	88.887	1,80%	90.484	2,25%	90.887	2,69%	91.278
Subtotal	1.355.856		1.500.598		1.536.821		1.573.023
Custo de Transação	(12.245)						
	1.343.611						
Não sujeito a riscos							
FCO - Cezarina (a)	1.440						
	<u>1.345.051</u>						

a) Contrato na modalidade pré-fixado.

Risco da flutuação cambial

A Saneago está sujeita às oscilações de cada moeda que compõe suas relações financeiras, e que, consequentemente impactam seu fluxo de caixa. Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado, e, consequentemente, impactando as despesas financeiras.

Conforme Política de Gestão de Risco Financeiros, com objetivo de reduzir a imprevisibilidade da variação cambial e otimizar a gestão de caixa aumentando o seu grau de previsibilidade, a Companhia deverá contratar um instrumento de hedge de proteção, no momento de contratação de uma nova operação financeira em moeda estrangeira. Os instrumentos de hedge elegíveis são: contratos de *swap*, contrato a termo de moedas (NDF), ou aplicação financeira em fundo cambial limitado ao montante da operação passiva correspondente. A contratação destes instrumentos deverá observar o cálculo de custo versus benefício esperado em relação ao instrumento utilizado.

Em relação ao contrato nº 1414/OC-BR firmado entre a Saneago e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, não houve adoção de mecanismos de trava de proteção contra as oscilações da variação cambial “contrato de Hedge”, no entanto, a Companhia avaliou a possibilidade de Hedge em virtude das mudanças presentes e prováveis no cenário econômico mundial.

Sobre a taxa de juros de referência da dívida do BID, cabe mencionar que a LIBOR (*London Inter-bank Offered Rate*) foi descontinuada e substituída pela SOFR (*Secured Overnight Financing Rate*) que é utilizada no contrato do BID desde 2023.

Sensibilidade da dívida externa – BID

Assim como na análise da sensibilidade da dívida interna, utilizou-se o saldo devedor da dívida atrelado a uma moeda estrangeira, qual seja, o contrato de financiamento junto ao BID atrelado ao dólar americano. Com base na expectativa de mercado para o fechamento do ano dessa moeda (Relatório Focus), com referência de 2025, procedeu-se a simulação de três cenários. O Cenário provável considera a evolução esperada do valor da moeda estrangeira, enquanto os outros cenários presumem uma apreciação ou depreciação na taxa de câmbio de 25% e 50%:

Sensibilidade da Dívida em Moeda Estrangeira – 31/12/2025						
Moeda	Exposição	Cenário provável	-25%	25%	-50%	50%
Dívida em R\$ (BID)	28.757	R\$ 5,50	R\$ 4,13	R\$ 6,88	R\$ 2,75	R\$ 8,15
Exposição em US\$	5.226	-	-	-	-	-
Dívida em R\$ nos Cenários	-	28.743	21.557	35.929	14.372	43.115
Efeitos no Lucro antes da Tributação		14	7.200	(7.172)	14.385	(14.358)

Na Análise de Sensibilidade da Dívida em Moeda Estrangeira, o cenário provável indica o câmbio do dólar em R\$5,50 para o fechamento de 2026, câmbio com cotação semelhante ao de fechamento de 2025, de R\$ 5,50, indicando que, caso o cenário do relatório Focus se concretize, haverá uma manutenção no custo da dívida em razão da variação cambial. Será feito o acompanhamento da volatilidade do câmbio e, se pertinente, a adoção de algum instrumento de proteção cambial. Importante pontuar, entretanto, fatores que têm afetado de maneira substancial as condições financeiras nacionais e internacionais como a conjuntura e política econômica dos Estados Unidos e a cautela por parte dos demais países em um ambiente marcado por tensão geopolítica. Cabe ressaltar a recente apreciação do real em relação ao dólar, entre outros fatores, relacionado ao diferencial de juros e à depreciação da moeda norte americana frente a diversas moedas. Os países na zona do euro vêm buscando a reaceleração da economia e trabalhando para manter a inflação dentro da meta, notando-se renovadas pressões na Europa pela expansão do gasto público, financiada pela emissão de dívida. No cenário global, permanecem incertezas sobre as políticas econômicas e geopolíticas, notadamente pelo processo desinflacionário ter prosseguido em vários países e as incertezas em relação à implementação das tarifas e seu impacto sobre expectativas, determinação de preços e inflação. Os fatores internos estão relacionados à capacidade da economia brasileira em absorver reveses no cenário internacional e à perspectiva de reformas estruturais, especialmente relacionado a deterioração das metas fiscais. As incertezas sobre a estabilização da dívida pública têm o potencial de prejudicar a condução da política monetária a retomada do processo de recuperação econômica, evidenciando a necessidade de política fiscal e monetária harmoniosa. Por outro lado, a atividade econômica e o mercado de trabalho domésticos vêm apresentando maior dinamismo do que esperado.

Os valores para o dólar destes cenários foram baseados nas publicações realizadas pelo Banco Central do Brasil, Relatório de Mercado - FOCUS (Expectativas de Mercado) em 30 de janeiro de 2026.

(b) Risco de crédito

Praticamente toda a população do Estado de Goiás é cliente da Saneago. Considerando o tipo de negócio da Companhia, para os clientes particulares em inadimplência adota-se a prática de corte no abastecimento, não sendo efetuada nenhuma análise de crédito. A prática de corte não se aplica para os clientes públicos, no entanto a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência por meio de negociações com prefeituras devedoras e com órgãos da administração pública do Estado de Goiás.

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ser definido como a possibilidade de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar com seus compromissos financeiros ou mesmo de ter de arcar com custos adicionais para fazê-lo devido à escassez de recursos financeiros na data estabelecida para cada dívida e, por consequência, os descasamentos entre fluxos de pagamentos e de recebimentos.

O risco de liquidez da Companhia decorre principalmente da capacidade da geração de caixa por suas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos federal, estadual e de instituições privadas e é influenciado pela escassez hídrica que tenha impacto significativo no faturamento da Companhia, pela redução do faturamento em atendimento ao cumprimento de decisão judicial, pela redução na demanda que tenha impacto significativo no faturamento da Companhia, pela elevação da inadimplência e dos custos e despesas não gerenciáveis acima dos limites projetados e pelo reconhecimento e realização de despesa não recorrente e não contingenciada.

A gestão da exposição do risco de liquidez da Companhia é realizada por meio do monitoramento e do controle gerencial das entradas e saídas de fluxos de caixa, com programações planejadas para que a Companhia possa cumprir com as suas obrigações.

(d) Risco de contratos de Concessão/Programa

Os resultados da Saneago dependem da manutenção dos contratos nos municípios em que opera. Geralmente os Contratos de Concessão e Contratos de Programas têm prazo de duração de 30 anos, porém, conforme informado na nota 1, o colegiado das microrregiões aprovou o alinhamento do prazo de vigência para 17 de dezembro de 2049. O município tem o direito de rescindir os contratos antes de seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, por descumprimento de obrigações legais ou contratuais, mediante indenização dos saldos de investimentos ainda não amortizados, sendo esta uma garantia por lei conforme discutido na nota 3.5 a), porém depende de autorização da microrregião. A deliberação do colegiado das Microrregiões pela continuação da prestação direta pela Saneago, conforme informado na nota 1, traz maior segurança jurídica nos municípios com contratos vencidos, nos quais a Saneago atuava apenas mantendo em funcionamento os sistemas de abastecimento e de esgotamento sanitário.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários do curto prazo. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida:

	31/12/2025	31/12/2024
Posição Financeira Líquida		
Total dos Empréstimos/Debêntures/Arrendamentos	1.521.127	1.192.865
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(515.164)	(389.201)
(-) Aplicações Financeiras/Títulos e Valores Mobiliários (a)	(385.143)	(571.443)
(=) Dívida Líquida	620.820	232.221
(+) Total do Patrimônio Líquido	5.107.065	4.596.364
(=) Total do Capital	5.727.885	4.828.585
Índice de Alavancagem Financeira	10,84%	4,81%

(a) Aplicações Financeiras de liquidez imediata conforme nota 7 e Títulos e valores mobiliários do curto prazo, conforme nota 8.

6. Caixa e Equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	4	1
Fundo Fixo	624	216
Bancos - Conta Corrente / Arrecadação	29.740	20.995
Bancos - Contas Vinculadas a Obras	1.641	833
Bancos - Arrecadação a Liberar (a)	16.966	19.998
Aplicações Financeiras (b)	466.189	347.158
	515.164	389.201

Consistem em numerários em poder dos bancos e investimentos no mercado financeiro, aplicações financeiras de liquidez imediata e que apresentam risco insignificante de mudança de valor.

(a) Refere-se ao float bancário com liberação entre 1 e 3 dias úteis após o ingresso na conta bancária;

(b) A Companhia mantém em Caixa e Equivalentes de Caixa as aplicações com expectativa de utilização no decurso de seis meses. O saldo das aplicações financeiras contempla os seguintes valores:

	31/12/2025	31/12/2024
BTG	155.798	53.890
Votorantim	155.059	137.910
Itaú	100.901	32.129
Santander	27.405	100.352
Toro	12.107	4.433
Bradesco	7.684	9.331
Vortex	5.541	3.503
B.Brasil	1.680	5.597
Safra	14	13
	466.189	347.158

A remuneração média das aplicações financeiras no acumulado de 2025 foi de 93,51% do CDI (em 31 de dezembro de 2024 foi de 96,45% do CDI).

7. Aplicações Financeiras

Refere-se a aplicações com liquidez imediata para atendimento de compromissos de curto prazo. Difere-se das aplicações alocadas em Caixa e Equivalentes de Caixa apenas quanto a perspectiva de sua utilização por parte da Companhia, que é após seis meses e estão compostas da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Santander	381.637	568.368
	381.637	568.368

A remuneração média das aplicações financeiras no acumulado de 2025 foi de 79,76% do CDI (em 31 de dezembro de 2024 foi de 86,99% do CDI).

Os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações contábeis por estarem atreladas à variação do CDI, ou por se tratar de aplicações em fundos de rendimentos específicos com rentabilidade pós-fixada verificada mensalmente através dos extratos de rendimentos apresentados pelas instituições financeiras. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valor justo.

8. Títulos e Valores Mobiliários

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Bradesco	3.190	2.786
Caixa Econômica Federal	316	289
	<u>3.506</u>	<u>3.075</u>
Não Circulante		
Caixa Econômica Federal	7.275	6.566
Banco Inter	1.411	1.231
	<u>8.686</u>	<u>7.797</u>
	<u>12.192</u>	<u>10.872</u>

São exigências contratuais, estando classificadas no ativo não circulante as reservas em garantia de contratos com vencimento após 12 meses. No ativo circulante estão classificadas as aplicações de contratos com vencimento dentro dos próximos 12 meses assim como as demais aplicações com disponibilidade dentro do exercício.

Foram registrados em títulos e valores mobiliários rendimentos no valor de R\$1.320, não sendo realizado resgate efetivo no período.

A remuneração média dos títulos e valores mobiliários no acumulado de 2025 foi de 84,23% CDI (Em 31 de dezembro de 2024 foi de 74,20% do CDI).

9. Créditos a Receber de Usuários

	31/12/2025			31/12/2024		
	Particular	Público	Total	Particular	Público	Total
Faturados a vencer	156.949	18.534	175.483	146.169	15.987	162.156
Parcelamentos a faturar	50.273	12.269	62.542	49.903	2.838	52.741
Vencidos até 30 dias	130.473	5.737	136.210	116.466	4.838	121.304
Vencidos de 31 a 60 dias	48.559	2.368	50.927	43.218	2.940	46.158
Vencidos de 61 a 90 dias	17.907	1.664	19.571	17.794	2.607	20.401
Vencidos de 91 a 120 dias	14.439	1.222	15.661	13.703	2.315	16.018
Vencidos de 121 a 180 dias	23.006	2.173	25.179	21.610	3.972	25.582
Vencidos de 181 a 360 dias	60.079	5.440	65.519	56.300	9.266	65.566
Vencidos de 361 dias a 5 anos	261.250	35.926	297.176	190.671	33.301	223.972
Vencidos de 6 a 10 anos	883	5.413	6.296	365	5.936	6.301
Vencidos acima de 10 anos	468	612	1.080	432	89	521
Arrecadação a discriminar	(67)	-	(67)	(65)	(259)	(324)
Estimativa a faturar	142.408	10.564	152.972	119.403	8.874	128.277
(-) AVP Créditos a Receber	(866)	(165)	(1.031)	(1.016)	(86)	(1.102)
(-) PCLD	(292.934)	(38.330)	(331.264)	(219.155)	(58.231)	(277.386)
Subtotal	<u>612.827</u>	<u>63.427</u>	<u>676.254</u>	<u>555.798</u>	<u>34.387</u>	<u>590.185</u>
Parcelamentos a faturar (Não Circulante)						
(-) AVP Créditos a Receber	59.201	15.398	74.599	61.248	6.376	67.624
(-) PCLD	(6.075)	(1.321)	(7.396)	(5.712)	(1.113)	(6.825)
(-) PCLD	(1.296)	(729)	(2.025)	(1.403)	(426)	(1.829)
Subtotal	<u>51.830</u>	<u>13.348</u>	<u>65.178</u>	<u>54.133</u>	<u>4.837</u>	<u>58.970</u>
Total	664.657	76.775	741.432	609.931	39.224	649.155

Os valores acima, no seu reconhecimento, equivalem aos seus respectivos valores justos e não consideram multas, juros ou qualquer forma de atualização monetária por atraso nos recebimentos.

Para baixa dos créditos de clientes (perda efetiva) a Companhia adota os critérios de prescrição comercial, quais sejam 10 anos para clientes particulares e 5 anos para clientes públicos, não sendo utilizado o critério fiscal (Lei 9.430/1996).

A estimativa de perdas é definida pelo modelo de perdas esperadas, considerando uma matriz de provisão aplicada conforme envelhecimento do Contas a Receber e cujos percentuais são apurados pelo histórico de inadimplência dos dois anos anteriores à divulgação. Devido a diferentes perfis de pagamento, são apuradas matrizes para clientes particulares e clientes públicos separadamente, não sendo considerados na estimativa aqueles que tenham acionado a Companhia judicialmente.

A movimentação na perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, foi como segue:

Saldo em 31/12/2024	(279.215)
Constituição de Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (nota 31)	(54.074)
Saldo em 31/12/2025	(333.289)

Os créditos são baixados conforme sua efetiva prescrição (critério comercial) e enquanto não forem pagos, são provisionados conforme aumento no prazo do atraso refletindo assim a estimativa de perda com o envelhecimento da carteira de clientes.

Para clientes particulares a política de cobrança consiste inicialmente em reaviso de débito que consiste em mensagem emitida na fatura da referência seguinte. Após o reaviso é concedido o prazo de 30 dias para pagamento e caso a fatura não seja quitada, há a interrupção do fornecimento de água (corte), que ocorre em média 48 dias após o vencimento da fatura original em períodos normais. Para clientes públicos não ocorre o corte, aplicando-se apenas a etapa de reaviso de débito. Além disso, por força da Resolução Normativa AGR/CR nº9/2014 para atividades consideradas essenciais não é possível a interrupção do fornecimento de água, sendo aplicável apenas a possibilidade do procedimento de redução da vazão.

10. Estoques

	31/12/2025	31/12/2024
Tubos, conexões para redes e adutoras	32.109	26.228
Hidrômetros	23.868	21.392
Materiais e equipamentos elétricos	12.048	12.902
Válvulas e registros	9.238	9.670
Materiais para estações de tratamento	8.569	7.323
Materiais para juntas e proteção de tubos	8.233	8.618
Materiais para ligações prediais	6.169	7.201
Conjunto motor bomba	1.922	1.305
Materiais diversos	10.261	11.140
(-) Provisão para Perda Estoque	(2.950)	(2.435)
	<u>109.467</u>	<u>103.344</u>

Na provisão para perdas em estoque é realizada avaliação quanto à aplicabilidade de obsolescência para os itens não movimentados nos últimos 12 meses, sendo aplicados percentuais graduais conforme o período de “envelhecimento” dos itens.

A movimentação na provisão para perda em estoques foi a seguinte:

Saldo em 31/12/2024	(2.435)
Constituição de provisão líquida para perdas em Estoque (nota 31)	(515)
Saldo em 31/12/2025	(2.950)

11. Tributos a Recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Estimativa de IRRF s/ Aplicações Financeiras	17.424	15.650
IRRF	13.558	11.605
INSS	344	270
Outros créditos federais	2.708	2.708
	<u>34.034</u>	<u>30.233</u>

12. Despesas Antecipadas e Adiantamentos

	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração Contratual (a)	270.924	291.253
Adiantamento 13º salário	78	14
Adiantamentos para viagens	228	298
Adiantamentos de férias	10.221	9.953
	<u>281.451</u>	<u>301.518</u>
Circulante	22.721	22.785
Não Circulante	258.730	278.733

(a) Referem-se a pagamentos de indenização pela renovação antecipada de contratos e antecipação de participação, sendo os valores amortizados até o fim da vigência contratual de cada município.

13. Subdelegação

Para cumprimento dos Contratos de Programa celebrados entre a Saneago e os municípios de Aparecida de Goiânia, Jataí, Rio Verde e Trindade, a Companhia optou em subdelegar a prestação dos serviços de esgotamento sanitário através de procedimento licitatório, cujo contrato nº 1327/2013 efetivou-se em 19 de julho de 2013.

A operação definitiva dos serviços iniciou-se em novembro de 2013 com vigência prevista até 01 de novembro de 2041, sendo o contrato 1327/2013 atualmente operado pela BRK Ambiental Goiás S.A.

O contrato integra a prestação regionalizada realizada pela Saneago e possui as seguintes características:

- Entidade reguladora a Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – AGR e intervenientes anuentes os municípios de Aparecida de Goiânia, Jataí, Rio Verde e Trindade. Em Rio Verde os assuntos regulatórios relacionados ao contrato serão de competência Compartilhada entre AGR e a Agência Municipal de Regulação dos Serviços de Água e Esgoto de Rio Verde (AMAE);
- Pagamento de outorga à Saneago de R\$ 273.000 em 30 (trinta) parcelas anuais, devidamente atualizadas pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Final);
- Atendimento e ampliação dos sistemas de coleta, afastamento e tratamento de esgotos sanitários de acordo com a definição contratual, ou seja, mais de 90% da população atendida com água também atendida com o serviço de esgotamento sanitário;
- Ação Comercial Integrada, sob gestão da Saneago, dos serviços públicos de água e esgotamento sanitário, na área da subdelegação, sendo de responsabilidade da subdelegatária o cadastro de usuários, execução de leitura de hidrômetros, emissão e entrega simultânea de contas/faturas únicas para cobrança, corte e religação de água, micromedição entre outras atividades acessórias relacionadas à prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Pelo não cumprimento da cláusula de universalização no prazo previsto (seis anos), foi assinado Termo de Ajuste de Conduta – TAC que previu aplicação de penalidade convertida em obrigação de fazer obras para a Companhia. O acordo também incluiu a prorrogação do prazo para cumprimento da meta contratual até 31/12/2023 que foi cumprida nos quatro municípios subdelegados.

Já no exercício 2024 foi firmado acordo entre as partes para concessão do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato que passou por homologação do órgão regulador e para o qual a Saneago fará pedido de revisão tarifária extraordinária, visando recomposição do valor pago.

Os valores referentes à outorga estão registrados no Ativo Circulante proporcionalmente à duração do contrato e devidamente atualizados pelo IPCA, em contrapartida ao Resultado do Exercício. O passivo circulante refere-se a encontro de contas entre as partes e decorre principalmente de receitas da subdelegatária recebidas pela Saneago. O ativo e passivo de longo prazo representam os investimentos realizados pela subdelegatária ainda não amortizados.

	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Subdelegação				
Outorga (a)	12.961	30.359	140	62.004
	Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Investimentos Sistema de Esgoto	2.071.541	1.971.215	2.071.541	1.971.215
(-) Amortização Acumulada	(375.414)	(274.831)	(375.414)	(274.831)
Investimentos Líquidos	1.696.127	1.696.384	1.696.127	1.696.384
Total	1.709.088	1.726.743	1.696.267	1.758.388

- (a) O valor registrado no passivo circulante no exercício 2024 referia-se a valor atualizado de R\$ 61.355 devidos à BRK para fins de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato 1.327/2013. O valor foi quitado em abril de 2025 após decisão homologatória do órgão regulador.

No ativo circulante, havia saldo de outorga em atraso devido pela subdelegatária que foi quitado em abril de 2025, após quitação do valor devido pela Companhia, considerando os devidos acréscimos legais e contratuais.

14. Outras Contas a Receber

	31/12/2025	31/12/2024
Outros Créditos (a)	27.710	15.253
Consórcio Corumbá (Nota 14.1)	7.727	6.218
Consórcio Águas Lindas (Nota 14.1)	5.535	10.615
Créditos por Rescisões Contratuais (b)	828	792
Depósitos em garantia	23	23
(-) Provisão para Perdas	(375)	(375)
Contratos em disputa judicial (Nota 14.2)	38.403	38.403
(-) Perdas Estimadas p/ Créditos	(38.403)	(38.403)
	<u>41.448</u>	<u>32.526</u>
Circulante	38.936	17.018
Não circulante	2.512	15.508

- (a) Refere-se a valor a receber decorrente da cota de água da Saneago, proveniente do Sistema Produtor Corumbá, utilizada pela Caesb, no montante de R\$ 18.579, bem como valor de energia elétrica utilizada por ela, sob titularidade da Saneago, ambos recebidos em fevereiro de 2026.
- (b) Referente à retomada dos serviços de saneamento, de forma amigável, do município Leopoldo Bulhões. Acordo no valor total de R\$1.602 para recebimento em 45 parcelas mensais.

14.1 Consórcios - Negócios Controlados em Conjunto

As consorciadas realizam apuração do ajuste necessário para equalização a cada semestre, sendo realizados ajustes na proporção de repasse das arrecadações subsequentes para efetivação do pagamento/recebimento de cada parte

a) Consórcio Águas Lindas

As Companhias Saneago e Caesb constituíram o Consórcio Águas Lindas em 07 de abril de 2003, inscrito no CNPJ 05.966.179/0001-50, com sede na Quadra 45, Conjunto B, Lote 36 a 38, Salas 01 a 04, Setor 01, município de Águas Lindas de Goiás, CEP 72.910-000. O prazo de duração do Consórcio é de 31 (trinta e um) anos, renováveis por igual período e está vinculado ao contrato de concessão existente entre o município e as Companhias consorciadas.

O consórcio tem por objetivo específico traçar as diretrizes para efetivação dos estudos, análises e providências para exploração econômica e implementação de infraestrutura de saneamento, em todas as suas fases e processos, incluindo a implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Águas Lindas de Goiás.

O controle financeiro do Consórcio (contas bancárias e contas a receber) é realizado pela consorciada Saneago, sendo a Gestão do Consórcio compartilhada pelas consorciadas através de um conselho deliberativo paritário. As despesas e os investimentos são realizados pelas consorciadas e apresentados em encontro de contas mensais, onde uma consorciada aprova o encontro de contas apresentado pela outra.

Este consórcio se enquadra na modalidade operação em conjunto (joint operation). Segundo o CPC 19 itens 14 e 15, as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos. Conforme o estatuto, a participação das consorciadas é igualitária em 50%, estando, no entanto, desproporcional. Em 30 de novembro de 2025 a consorciada Caesb detém 48,61% e a Saneago 51,39%, (em 30 de novembro de 2024 a consorciada Caesb detém 48,07% e a Saneago 51,93%), sendo que a diferença está reconhecida atualmente no ativo circulante da Saneago. No balanço do Consórcio os valores a receber e a pagar pelas consorciadas são provisionados, sendo demonstrada participação igualitária no patrimônio líquido.



Abaixo os valores patrimoniais do Consórcio Águas Lindas em 30/11/2025 reconhecidos pela Companhia em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025:

Balanco Patrimonial - Consórcio Águas Lindas				
	30/11/2025	30/11/2024		
			30/11/2025	30/11/2024
Ativo			Passivo	
Circulante			Circulante	
Caixa e Equivalentes de Caixa	31.340	2.845	Aportes a Realizar - Fornecedores	5.374
Créditos a Receber de Usuários	28.023	24.805	Obrigações Trabalhistas	1.336
Despesas Antecipadas	1.868	1.868	Outras Obrigações	31.009
Almoxarifado	1.021	879		37.719
	62.252	30.397		12.813
Não circulante			Não circulante	
Ativo Realizável a Longo Prazo			Outras Obrigações	10.147
Créditos a Receber de Usuários	2.807	2.948	Subvenções Públicas	5.129
Despesas Antecipadas	41.902	43.770		15.276
	44.709	46.718		10.147
Imobilizado e Intangível			Patrimônio líquido	
Imobilizado	950	1.049	Fundo de Participação Saneago	151.584
Intangível	146.272	108.715	Fundo de Participação Caesb	143.389
Ativo de Contrato	105.292	129.240	Participação a Realizar Saneago	(18.769)
	252.514	239.004	Participação a Realizar Caesb	(10.574)
			Reservas de Lucros	40.850
				306.480
				293.159
Total do Ativo	359.475	316.119	Total do Passivo	359.475
				316.119

b) Consórcio Corumbá

As Companhias Saneago e Caesb constituíram o Consórcio Corumbá em 17 de setembro de 2009, inscrito no CNPJ 18.801.675/0001-03, com sede na Rua Recife, Quadra 184 Lote Área Especial, Parque Marajó, município de Valparaíso de Goiás. Sua constituição está embasada nos artigos 278 e 279 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e o prazo de duração é de 30 (trinta) anos renováveis por períodos iguais e sucessivos.

O consórcio tem por objeto exclusivo a implantação, operação e manutenção conjunta do empreendimento denominado Sistema Produtor de Água Corumbá e visa atender as demandas dos serviços públicos de abastecimento de água dos municípios de Luziânia, Valparaíso de Goiás, Novo Gama e Cidade Ocidental no Estado de Goiás, e das cidades satélites Gama e Santa Maria no Distrito Federal.

Sua administração é exercida por um conselho diretor que tem dez membros com representação paritária e por uma Gerência Executiva que constituirá unidade de gestão administrativa e operacional dirigida por dois gestores.

Este consórcio se enquadra na modalidade operação em conjunto (joint operation). Segundo o CPC 19 itens 14 e 15, as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos. Conforme o estatuto, a participação das consorciadas é igualitária em 50%, estando, no entanto, desproporcional sendo que em 30 de novembro de 2025 a consorciada Caesb detém 48,55% e a Saneago 51,45%, (em 30 de novembro de 2024 a consorciada Caesb detém 48,92% e a Saneago 51,08%). A diferença está registrada no ativo circulante da Saneago. No balanço do Consórcio os valores a receber e a pagar pelas consorciadas são provisionados, sendo demonstrada participação igualitária no patrimônio líquido.



Abaixo os valores patrimoniais do Consórcio Corumbá em 30/11/2025 reconhecidos pela Companhia em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025:

Balanco Patrimonial - Consórcio Corumbá				
	30/11/2025	30/11/2024		
Ativo			Passivo	
Circulante			Circulante	
Almoxarifado	392	107	Aportes a Realizar - Fornecedores	2.963
	392	107	Obrigações Trabalhistas	478
			Outras Contas a pagar	66
				3.507
Não circulante				
Ativo Realizável a Longo Prazo				
Imobilizado			Patrimônio líquido	
Bens de Uso Geral	386.469	398.097	Fundo de Participação Saneago	226.482
Obras em Andamento	10.749	9.497	Fundo de Participação Caesb	213.708
	397.218	407.594	Participação a Realizar Saneago	(6.387)
			Participação a Realizar Caesb	6.387
			Prejuízos do Período	(46.087)
				394.103
				404.035
Total do Ativo	397.610	407.701	Total do Passivo	397.610
				407.701

14.2 Contratos em Disputa Judicial

A Companhia está discutindo judicialmente os contratos de concessões de serviços de fornecimento de água e esgoto dos municípios abaixo. Apesar de previsão contratual e em legislação sobre o direito à indenização, considerando que o efetivo ressarcimento depende do andamento do litígio, o valor contábil desses ativos foi provisionado para perda.

Caldas Novas

Em face da retomada dos sistemas pelo município em 27 de junho de 1995, foi ajuizada ação de indenização onde já consta decisão condenando o município de Caldas Novas a indenizar a Saneago em virtude da encampação efetivada de modo irregular e ilícito. O valor da indenização, contudo, seria apurado em fase de liquidação de sentença. A Saneago apresentou recurso com objetivo de reformar a sentença, buscando que a condenação seja no valor de R\$ 37.058 mais atualizações, fundamentado em laudo pericial realizado durante o processo, sem necessidade de liquidação de sentença. O Município de Caldas Novas também recorreu, defendendo não ter a obrigação de indenizar qualquer valor. Ambos os recursos foram desprovidos pelo TJGO, mantendo-se a sentença proferida pelo Juízo de primeiro grau. A Saneago interpôs Recurso Especial perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Catalão

Em 28 de junho de 2002, o município de Catalão encampou o sistema de saneamento básico municipal onde a Saneago possuía contrato de concessão até 27 de julho de 2019 e, não havendo possibilidade de retomada do sistema, foi proposta pela Saneago ação de indenização. Atualmente, há laudo pericial concluindo que o acervo patrimonial da Saneago, que foi encampado pelo município, está avaliado em valores atualizados em R\$ 247.270. Ambas as partes impugnaram o laudo, porém o perito apresentou laudo complementar ratificando o laudo inicial. Aguarda-se homologação judicial do laudo e sentença.

Buriti Alegre

Após ação de retomada do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo município, a Saneago, cumprindo a determinação judicial, entregou o sistema na data de 18 de março de 2022. Oferecida Contestação pela Companhia, fora feito na oportunidade pedido reconvenicional, para que o município pague a Saneago a quantia relativa aos investimentos vinculados a bens reversíveis que não foram amortizados ou depreciados ao término do prazo contratual. Em 26 de setembro de 2024, foi proferida sentença julgando procedente o pedido inicial, confirmando a liminar de reversão do sistema de saneamento ao município de Buriti Alegre além de julgar procedente o pedido reconvenicional, condenando o município a indenizar a Saneago no valor de R\$ 7.654, referente ao saldo de investimentos em bens reversíveis não amortizados ou depreciados.

Ambas as partes interpuserem Recurso de Apelação. Desprovida a Apelação intentada pelo município. Doutro lado, a apelação da Saneago restou provida para: i) reconhecer que a indenização deve ser prévia à transferência definitiva dos serviços, nos termos no art 42, § 5º, da Lei 11.445/2007; ii) determinar que o Município efetue o pagamento da indenização no prazo de 180 dias, contados do trânsito em julgado da decisão; iii) reformar a sentença quanto à fixação de honorários advocatícios em favor da Saneago (ação principal); e iv) majorar os honorários da reconvenção, fixados em favor dos patronos da Saneago.

A decisão ainda é passível de recurso pelo Município de Buriti Alegre, seja por meio oposição de embargos de declaração perante o TJGO e/ou Recurso Especial ao STJ.

Ipameri

Após ação de retomada do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo município, a Saneago, cumprindo a determinação judicial, entregou o sistema em 25 de novembro de 2022. Contra a decisão, ofereceu-se reconvenção, pleiteando que o município pague a estatal a indenização pelos investimentos vinculados a bens reversíveis que não foram amortizados ou depreciados ao término do prazo contratual, processo este que, por determinação do juízo de Ipameri, encontra-se suspenso. A Companhia entrou com recurso especial (REsp), alegando omissão da decisão que concedeu a tutela provisória ao Município, quanto à análise da legislação específica aplicável ao caso. REsp foi parcialmente provido pelo STJ em decisão monocrática, contra a qual restou interposto Agravo Interno – pendente de análise. Os autos originários, ainda pendentes de instrução, continuam suspensos aguardando julgamento definitivo no STJ.

15. Depósitos Judiciais

	31/12/2025		31/12/2024	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Tributária	11	6.350	9	4.359
Cível	33	4.050	39	3.679
Trabalhista	117	2.181	93	1.330
Ambiental	3	597	2	532
Regulatória	3	193	1	15
Total	167	13.371	144	9.915

A variação do saldo ocorreu, principalmente, em virtude de novos depósitos nos valores de R\$ 1.067 e de R\$ 1.343 referente a matérias tributária e trabalhista, respectivamente. O saldo considera a correção e os juros incorridos sobre os valores depositados.

16. Tributos sobre o Lucro

16.1 Tributos sobre o Lucro na Demonstração do Resultado

	31/12/2025		31/12/2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro do Período Antes do IRPJ e CSLL	924.094	924.094	847.042	847.042
IRPJ e CSLL - Alíquotas Vigentes (25% e 9%)	(231.024)	(83.169)	(211.760)	(76.234)
Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio	39.768	14.316	36.907	13.287
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT	4.209	-	3.529	-
Patrocínios a atividades culturais e esportes	1.823	(219)	1.324	(159)
Incentivo Empresa Cidadã - Lei nº 11.770/08	951	(114)	265	(32)
Variações Monetárias sobre Crédito Tributário	174	63	138	50
Gratificações Pagas a Gestores	(47)	-	(344)	-
Multas Indedutíveis	(1.103)	(397)	(411)	(148)
Correção de saldo de tributos diferidos	-	-	4.579	1.648
Outros	332	112	1.413	500
IRPJ e CSLL - Valores Efetivos	(184.917)	(69.408)	(164.360)	(61.088)
Total do IRPJ e CSLL	(254.325)		(225.448)	
Alíquota Efetiva	27,52%		26,62%	

A composição no resultado do exercício apresenta os seguintes valores:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Corrente	Diferido	Total	Corrente	Diferido	Total
Imposto de Renda	167.454	17.463	184.917	141.390	22.970	164.360
Contribuição Social	63.122	6.286	69.408	52.819	8.269	61.088
Total	230.576	23.749	254.325	194.209	31.239	225.448

16.2 Tributos sobre o Lucro – Diferido no Balanço Patrimonial

	31/12/2025				31/12/2024			
	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	Total	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	Total
Tributos Diferidos Ativos								
PCLD-Créditos a Receber	333.289	83.322	29.996	113.318	279.215	69.804	25.129	94.933
Prov. Contingências	174.165	43.541	15.675	59.216	168.633	42.158	15.177	57.335
Prov. Perdas de Obras	87.843	21.961	7.906	29.867	100.492	25.123	9.044	34.167
Prov. Contratos Sem Concessão	38.403	9.601	3.456	13.057	38.403	9.601	3.456	13.057
Provisão para PLR	49.329	12.332	4.440	16.772	49.765	12.441	4.479	16.920
AVP-Créditos a Receber	8.435	2.109	759	2.868	7.927	1.982	713	2.695
Arrendamento Mercantil – Veículos	11.592	2.898	1.043	3.941	8.938	2.234	804	3.038
Prov. Perda de Estoque	2.950	738	265	1.003	2.434	609	219	828
Perda Estimada em Estoque – Obra	1.389	347	125	472	1.330	333	120	453
Prov. Perda Investimento	515	129	46	175	564	141	51	192
Prov. Perdas de Outros Créditos	375	94	34	128	375	94	34	128
Total	708.285	177.072	63.745	240.817	658.076	164.520	59.226	223.746
Tributos Diferidos Passivos								
Depreciação contábil x fiscal	861.724	215.431	77.555	292.986	741.663	185.416	66.750	252.166
Ajuste de Avaliação Patrimonial	50.397	12.599	4.536	17.135	50.399	12.600	4.536	17.136
	912.121	228.030	82.091	310.121	792.062	198.016	71.286	269.302
Total Tributo Diferido Líquido				(69.304)				(45.556)

Movimentação do Imposto Diferido

Saldo mantido no passivo fiscal diferido em 31/12/2024	(45.556)
(+) Constituição de ativo fiscal diferido - Resultado	17.071
(+) Constituição de passivo fiscal diferido - Resultado	(40.820)
(+) Realização de passivo fiscal diferido - Patrimônio Líquido	1
Saldo mantido no passivo fiscal diferido em 31/12/2025	(69.304)

	Efeito no resultado do exercício - Tributos diferidos					
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
PCLD-Créditos a Receber	13.518	4.867	18.385	14.076	5.066	19.142
Prov. Contingências	1.383	498	1.881	(9.385)	(3.379)	(12.764)
Arrendamento Mercantil – Veículos	664	239	903	7.867	2.832	10.699
Prov. Perda de Estoque	129	46	175	52	19	71
AVP-Créditos a Receber	127	46	173	122	44	166
Perda Estimada em Estoque – Obra	14	5	19	48	17	65
Prov. Perda Investimento	(12)	(5)	(17)	-	-	-
Provisão para PLR	(109)	(39)	(148)	34	12	46
Prov. Perdas de Obras	(3.162)	(1.138)	(4.300)	(3.973)	(1.429)	(5.402)
Total	12.552	4.519	17.071	8.841	3.182	12.023
Tributos Diferidos Passivos						
Depreciação contábil x fiscal	30.015	10.805	40.820	31.811	11.451	43.262
Total Tributo Diferido Líquido	30.015	10.805	40.820	31.811	11.451	43.262
			(23.749)			(31.239)

17. Imobilizado

	31/12/2025	31/12/2024
Bens de Uso Geral	355.144	271.740
Bens Custo Atribuído	63.134	64.430
Bens de Uso Geral – Leasing	7.200	7.212
Bens de Uso Geral em Andamento	556	639
Regularização Fundiária	60	60
Adiantamento a Fornecedores – Imobilizado	3.196	2.039
Deprec. Acumulada – Leasing	(7.183)	(7.159)
Deprec. Acumulada – Custo Atribuído	(12.737)	(14.032)
Deprec. Acumulada – Geral	(161.964)	(145.762)
Subtotal Imobilizado Técnico Geral	247.406	179.167
Sistema Produtor Corumbá	140.693	140.342
Deprec. Acumulada – Sistema Corumbá	(15.569)	(10.371)
Aportes – Consórcio Corumbá (a)	1.025	587
Subtotal Sistema Produtor Corumbá	126.149	130.558
Total Imobilizado Técnico (nota 17.1)	373.555	309.725
Direito de Uso – Veículos	225.733	23.654
Direito de Uso – Softwares	3.383	3.341
Deprec. Acumulada – Direito de Uso	(55.682)	(13.717)
Total Direito de Uso (nota 17.2)	173.434	13.278
Total Imobilizado	546.989	323.003

17.1 Imobilizado Técnico

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

Imobilizado Técnico	Saldo 31/12/2024	Adição	Baixa	Depreciação	Imobilizações	Imobilizações e Subvenções	Transf. entre contas	Aportes	Saldo 31/12/2025
Bens de Uso Geral (a)	271.740	86.829	(3.525)	-	476	-	(376)	-	355.144
Bens Custo Atribuído	64.430	-	(1.296)	-	-	-	-	-	63.134
Bens de Uso Geral - Leasing	7.212	-	(12)	-	-	-	-	-	7.200
Bens de Uso Geral em Andamento	639	393	-	-	(476)	-	-	-	556
Regularização Fundiária	60	-	-	-	-	-	-	-	60
Adiantamento a Fornecedores - Imobilizado	2.039	1.157	-	-	-	-	-	-	3.196
Deprec. Acumulada - Leasing	(7.159)	-	11	(35)	-	-	-	-	(7.183)
Deprec. Acumulada - C. Atribuído	(14.032)	-	1.296	(1)	-	-	-	-	(12.737)
Deprec. Acumulada Geral	(145.762)	-	3.421	(19.992)	-	-	369	-	(161.964)
Subtotal Imobilizado Técnico Geral	179.167	88.379	(105)	(20.028)	-	-	(7)	-	247.406
Sistema Produtor Corumbá	140.342	20	-	-	-	-	331	-	140.693
(-) Depreciação Acumulada Sistema Corumbá	(10.371)	-	-	(5.198)	-	-	-	-	(15.569)
Aportes a Realizar - Cons. Corumbá (b)	587	-	-	-	-	-	-	438	1.025
Sistema Produtor Corumbá - Água - Não Oneroso	79.249	-	-	-	-	-	(334)	-	78.915
(-) Depreciação Acumulada Sistema Corumbá - Não Oneroso	(4.395)	-	-	(2.215)	-	-	-	-	(6.610)
(-) Subvenções/Assistências Governamentais	(74.854)	-	-	2.215	-	334	-	-	(72.305)
Subtotal Sistema Produtor Corumbá	130.558	20	-	(5.198)	-	334	(3)	438	126.149
Total Imobilizado Técnico	309.725	88.399	(105)	(25.226)	-	334	(10)	438	373.555

- (a) O crescimento nas adições deve-se, principalmente, à aquisição de novos equipamentos e veículos destinados à modernização do parque operacional, destacando-se a compra de 29 caminhões com retroescavadeiras acopladas. Essa iniciativa visa reforçar a frota operacional da Companhia, assegurando maior eficiência na execução de obras e na manutenção da infraestrutura. Outro destaque está na aquisição da tecnologia IBM, no valor de R\$ 17.000, que inclui servidor de dados, licenciamento, switches e biblioteca modular. Também foram adquiridos aparelhos eletrodomésticos, de laboratório e informática, além de outros equipamentos e ferramentas para uso administrativo de toda a Companhia.
- (b) Refere-se às diferenças de participação no investimento do Consórcio Corumbá, negócio controlado em conjunto com a Caesb, conforme nota 14, tendo valores a ressarcir pelos investimentos feitos pela Caesb.

Movimentação do período anterior:

	Saldo 31/12/2023	Adição	Baixa	Depreciação	Imobilizações	Transf. entre contas	Aportes	31/12/2024
Imobilizado Técnico								
Bens de Uso Geral	254.537	24.182	(2)	-	1.019	(7.998)	-	271.738
Bens Custo Atribuído	64.431	-	-	-	-	-	-	64.431
Bens de Uso Geral - Leasing	7.213	-	-	-	-	-	-	7.213
Bens de Uso Geral em Andamento	274	1.384	-	-	(1.019)	-	-	639
Adiantamento a Fornecedores - Imobilizado	2.039	-	-	-	-	-	-	2.039
Regularização Fundiária	60	-	-	-	-	-	-	60
Deprec. Acumulada - Leasing	(6.976)	-	-	(183)	-	-	-	(7.159)
Deprec. Acumulada - C. Atribuído	(14.030)	-	-	(2)	-	-	-	(14.032)
Deprec. Acumulada Geral	(131.867)	-	-	(15.017)	-	1.122	-	(145.762)
Total	175.681	25.566	(2)	(15.202)	-	(6.876)	-	179.167
Sistema Produtor Corumbá								
Sistema Produtor Corumbá - Água	131.681	1.850	-	-	-	6.811	-	140.342
(-) Depreciação Acumulada Sistema Corumbá	(5.165)	-	-	(5.163)	-	(43)	-	(10.371)
Aportes a Realizar - Cons. Corumbá (a)	(277)	-	-	-	-	-	864	587
Sistema Produtor Corumbá - Água - Não Oneroso	79.249	-	-	-	-	-	-	79.249
(-) Depreciação Acumulada Sistema Corumbá - Não Oneroso	(2.174)	-	-	(2.221)	-	-	-	(4.395)
(-) Subvenções/Assistências Governamentais	(77.075)	-	-	2.221	-	-	-	(74.854)
Total	126.239	1.850	-	(5.163)	-	6.768	864	130.558
Total do Imobilizado	301.920	27.416	(2)	(20.365)	-	(108)	864	309.725

(a) Refere-se às diferenças de participação no investimento do Consórcio Corumbá, negócio controlado em conjunto com a Caesb, conforme nota 14. No encerramento do exercício 2023, a posição era credora tendo valores a receber e o saldo refere-se ao valor investido correspondente à Caesb. Já no encerramento do exercício 2024, foi registrada posição devedora, tendo valores a ressarcir pelos investimentos feitos pela Caesb.

17.2 Direito de Uso – Arrendamento

A Saneago aplica os requisitos do CPC 06 (R2) / IFRS 16, conforme nota explicativa 22 d, sendo a movimentação do imobilizado Direito de Uso demonstrada como segue:

Imobilizado - Direito de Uso	Saldo 31/12/2024	Adição	Deprec. /Amort.	Baixa	Remensuração	Saldo 31/12/2025
Direito de Uso - Veículos	23.654	188.806	-	(315)	13.588	225.733
Direito de Uso - Softwares	3.341	33	-	-	9	3.383
Deprec. Acum. - Direito de Uso	(13.717)	-	(41.965)	-	-	(55.682)
Total	13.278	188.839	(41.965)	(315)	13.597	173.434

Movimentação do período anterior:

Imobilizado - Direito de Uso	Saldo 31/12/2023	Adição	Deprec. /Amort.	Transf. Entre Contas	Baixa / Remensuração	Saldo 31/12/2024
Direito de Uso - Veículos	162.503	-	-	-	(138.849)	23.654
Direito de Uso - Softwares	6.090	554	-	260	(3.563)	3.341
Deprec. Acum. - Direito de Uso	(49.551)	-	(35.382)	(21)	71.237	(13.717)
Total	119.042	554	(35.382)	239	(71.175)	13.278

O Direito de Uso corresponde ao total fixo dos pagamentos futuros de locação, ajustados a valor presente, considerando a taxa do custo de capital de terceiros que foi de 9,39 % conforme apurado em estudo para os novos contratos iniciados. O ativo é depreciado mensalmente pelo prazo previsto do contrato.

A mensuração inicial dos contratos de veículos considerou a vigência pelo prazo máximo contratual (60 meses) incluindo renovação, dado o histórico da Companhia. Considerando a decisão, por parte dos fornecedores, de não renovação dos contratos vigentes à época, foram iniciados novos processos licitatórios e, desta forma, os ativos de direito de uso foram remensurados ainda no exercício de 2024, considerando os novos prazos para encerramento. As novas licitações foram concluídas e, a partir do segundo trimestre de 2025, tiveram início novos contratos que prevêm a renovação gradual da frota até substituição total dos veículos dos contratos anteriores. As novas entregas estão refletidas no saldo comparativo.

18. Ativo de Contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção, considerando a taxa efetiva dos empréstimos vigentes na data da capitalização.

Ativos de Contratos	Sistema de Água	Sistema de Esgoto	Estoque de Obras	Provisões/ Reversões	Total
Saldo em 31/12/2024	579.822	372.666	22.745	(1.329)	973.904
Adição	242.114	112.888	-	-	355.002
Ajuste de Inventário/Baixas	(4.355)	(4.212)	3.963	-	(4.604)
Compras e Devoluções de Estoque	-	-	34	-	34
Transf. p/ Almoxarifado	-	-	86.631	-	86.631
Aplicação de Estoque em Adições	-	-	(4.077)	-	(4.077)
Imobilização de Obras	(230.143)	(86.092)	-	-	(316.235)
Transf. p/ Intangível	(383)	(2.593)	-	-	(2.976)
(-) Provisão para Perda de Estoque	-	-	-	(60)	(60)
Saldo em 31/12/2025	587.055	392.657	109.296	(1.389)	1.087.619

Na provisão para perdas em estoque é realizada avaliação quanto à aplicabilidade de obsolescência para os itens não movimentados nos últimos 12 meses, sendo aplicados percentuais graduais conforme o período de “envelhecimento” dos itens. A movimentação foi como segue:

Saldo em 31/12/2024	(1.329)
Constituição de provisão líquida para perdas em Estoque (nota 31)	(60)
Saldo em 31/12/2025	<u>(1.389)</u>

Movimentação do período anterior:

Ativos de Contratos	Sistema de Água	Sistema de Esgoto	Estoque de Obras	Provisões/ Reversões	Total
Saldo em 31/12/2023	468.841	338.097	27.481	(1.139)	833.280
Adição	209.062	81.446	-	-	290.508
Ajuste de Inventário/Baixas	-	(242)	(33)	-	(275)
Compras e Devoluções de Estoque	-	-	3	-	3
Transf. p/ Almoxarifado	-	-	(525)	-	(525)
Aplicação de Estoque em Adições	-	-	(4.181)	-	(4.181)
Imobilização de Obras	(97.893)	(46.711)	-	-	(144.604)
Transf. p/ Intangível	(188)	76	-	-	(112)
(-) Provisão para Perda de Estoque	-	-	-	(190)	(190)
Saldo em 31/12/2024	<u>579.822</u>	<u>372.666</u>	<u>22.745</u>	<u>(1.329)</u>	<u>973.904</u>

19. Intangível

	31/12/2025	31/12/2024
Sistema de Água	3.639.815	3.220.258
Sistema de Esgoto	3.266.680	3.138.894
Software (Licenças)	128.157	98.763
Bens de Uso Geral	89.318	63.565
Regularização Fundiária	75.550	56.403
Aportes a Realizar - Águas Lindas	20.352	17.448
Provisão Para Perdas	(196.857)	(209.505)
Amortização Acumulada	<u>(3.305.964)</u>	<u>(3.151.288)</u>
Subtotal - Intangível Oneroso	<u>3.717.051</u>	<u>3.234.538</u>
Não Oneroso - Esgoto	132.180	121.906
Não Oneroso - Água	90.062	83.852
Subtotal - Intangível Não Oneroso	<u>222.242</u>	<u>205.758</u>
	<u>3.939.293</u>	<u>3.440.296</u>

A movimentação do intangível pode ser demonstrada como segue:

	Saldo em 31/12/2024	Adição	Baixa	Amortização	Aporte	Imobilização de Obras	Imobilizações e Subvenções	Transf. entre contas/Outros	31/12/2025
Intangível em uso									
Sistema de Água	3.220.258	195.164	(1.373)	-	-	224.862	779	125	3.639.815
Sistema de Esgoto	3.138.894	35.159	(232)	-	-	92.661	-	198	3.266.680
Software (Licenças)	98.763	29.394	-	-	-	-	-	-	128.157
Bens de Uso Geral	63.565	26.673	(1.195)	-	-	65	-	210	89.318
Regularização Fundiária	56.403	20.499	-	-	-	(1.352)	-	-	75.550
Aportes a Realizar - Águas Lindas	17.448	-	-	-	2.904	-	-	-	20.352
Provisão Para Perdas	(209.505)	-	12.648	-	-	-	-	-	(196.857)
Amortização Acumulada	(3.151.288)	-	1.931	(156.238)	-	-	-	(369)	(3.305.964)
Subtotal - Intangível Oneroso	3.234.538	306.889	11.779	(156.238)	2.904	316.236	779	164	3.717.051
Não Oneroso - Esgoto (em andamento)	121.906	32.272	(651)	-	-	-	(23.887)	2.540	132.180
Não Oneroso - Água (em andamento)	83.852	5.823	(49)	-	-	-	-	436	90.062
Intangível não oneroso - Esgoto	55.612	2.542	-	-	-	-	23.844	(155)	81.843
Intangível não oneroso - Água	30.275	-	-	-	-	-	(678)	-	29.597
Amortização Bens não onerosos	(5.036)	-	-	(2.437)	-	-	-	-	(7.473)
(-) Subvenções / Assistências Governamentais	(80.851)	-	-	2.437	-	-	(25.553)	-	(103.967)
Subtotal - Intangível Não Oneroso	205.758	40.637	(700)	-	-	-	(26.274)	2.821	222.242
Total do Intangível	3.440.296	347.526	11.079	(156.238)	2.904	316.236	(25.495)	2.985	3.939.293

Movimentação do período anterior:

	Saldo em 31/12/2023	Adição	Baixa	Amortização	Aporte	Imobilização de Obras	Imobilizações e Subvenções	Transf. entre contas/Outros	31/12/2024
Intangível em uso									
Sistema de Água	2.910.938	212.229	(134)	-	-	89.647	-	7.578	3.220.258
Sistema de Esgoto	3.064.746	17.954	(124)	-	-	55.952	-	366	3.138.894
Software (Licenças)	86.771	17.431	(5.178)	-	-	-	-	(261)	98.763
Bens de Uso Geral	42.857	20.389	-	-	-	14	-	305	63.565
Regularização Fundiária	52.531	4.882	-	-	-	(1.009)	-	-	56.404
Aportes a Realizar - Águas Lindas	28.665	-	-	-	(11.218)	-	-	-	17.447
Provisão Para Perdas	(229.947)	-	20.442	-	-	-	-	-	(209.505)
Amortização Acumulada	(3.018.617)	-	5.341	(136.955)	-	-	-	(1.057)	(3.151.288)
Total	2.937.944	272.885	20.347	(136.955)	(11.218)	144.604	-	6.931	3.234.538
Intangível em andamento - Não Oneroso									
Não Oneroso - Esgoto	91.721	30.315	-	-	-	(54)	-	(76)	121.906
Não Oneroso - Água	85.898	19.461	(8)	-	-	(21.687)	-	188	83.852
Intangível não oneroso - Esgoto	53.151	-	-	-	-	54	-	122	53.327
Intangível não oneroso - Água	10.872	-	-	-	-	21.687	-	-	32.559
Amortização Bens não onerosos	(2.896)	-	-	(2.140)	-	-	-	-	(5.036)
(-) Subvenções / Assistências Governamentais	(61.127)	(122)	-	2.140	-	-	(21.741)	-	(80.850)
Total	177.619	49.654	(8)	-	-	-	(21.741)	234	205.758
Total do Intangível	3.115.563	322.539	20.339	(136.955)	(11.218)	144.604	(21.741)	7.165	3.440.296

20. Subvenções Governamentais

Os saldos dos ativos imobilizado e intangível incluem bens constituídos com recursos próprios e/ou adquiridos com repasses de verbas do OGU - Orçamento Geral da União e PAC - Programa de Aceleração do Crescimento, além de outras contrapartidas provenientes do poder concedente em contratos específicos.

Em 19 de dezembro de 2007 foram celebrados contratos de repasse entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal e o Governo do Estado de Goiás, objetivando a execução de ações relativas ao programa de serviços urbanos de água e esgoto em vários municípios, tendo como Interveniente Executora a Saneago que celebrou convênio com vários municípios. O objetivo de cada convênio é estabelecer ação conjunta entre a Saneago e o Município, visando à execução das obras de complementação do sistema de esgoto sanitário e/ou sistema de abastecimento de água, bem como transferir o valor da contrapartida, de responsabilidade do Estado de Goiás, para a Companhia.

As devoluções são tratadas nos contratos de repasse, conforme Manual de Instruções do PAC, nos seguintes casos:

- a) Quando não for executado o objeto pactuado no contrato;
- b) Quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas parcial ou final;
- c) Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no contrato;
- d) Quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com a vigência contratual, a consecução/ampliação do objeto e como contrapartida.

Nos casos acima, a efetivação da devolução dos recursos obedecerá às regras contratuais de inexecução, execução parcial do objeto ou desconformidades.

Os valores registrados no passivo referem-se a repasses recebidos de obras ainda não concluídas. No Ativo registram-se obras concluídas com recursos próprios que estão em processo de recebimento do repasse. Um mesmo contrato de repasse pode conter repasses recebidos de obras a concluir (registrados no passivo) e obras concluídas com repasses a receber (registrados no ativo).

Nota-se que as subvenções concluídas com recursos próprios e ainda não reembolsadas eram registradas como intangível sendo reclassificadas para intangível não oneroso quando finalizada a prestação de contas e recebido o recurso. A partir de 2022, visando melhor controle dos processos de prestação de contas em andamento, a Companhia passou a registrar a parcela onerosa e não onerosa da obra conforme proporção estabelecida em contrato, sendo os valores ainda não repassados registrados em subvenções a receber.

a) Os repasses registrados no passivo estão discriminados abaixo:

Cidade	Contrato	31/12/2024	Ingressos/ Dev. Recursos PAC	Obras Concluídas/Outros	Transf. Entre contas	31/12/2025
Goiânia Jd Petrópolis SES	0408678-27	46.529	47	-	-	46.576
Goiânia	0350788-10	32.118	13.019	-	(12.626)	32.511
Aparecida de Goiânia	0351738-28	11.891	289	-	-	12.180
Goiânia - Meia Ponte	0226025-62	19.757	-	(9.487)	-	10.270
Goiânia - Vila Adélia	0226024-57	7.669	-	-	-	7.669
Anápolis SES	0408691-99	5.239	143	-	-	5.382
Sto Antônio do Descoberto	0350796-17	1.063	-	-	-	1.063
Novo Gama	0226018-79	972	-	-	-	972
Novo Gama	0226015-46	413	-	-	-	413
Sto Antônio do Descoberto	0218019-18	-	-	195	-	195
Sto Antônio do Descoberto	0218331-07	443	-	(441)	-	2
Pirenópolis	0350884-88	2.062	-	(2.062)	-	-
Cristalina	0226017-65	309	-	(309)	-	-
Luziânia (Corumbá)	0226026-76	(279)	-	279	-	-
Total PAC		128.186	13.498	(11.825)	(12.626)	117.233
Outros Programas Federais						
Pires do Rio - ANA PRODES	68/15	1.976	-	-	-	1.976
Adutora João Leite	0187/06	1.472	-	-	-	1.472
Adutora João Leite	1524/01	773	-	-	-	773
Campos Verdes FUNASA/SECIMA	TC650/20	383	-	(383)	-	-
Amaralina - FUNASA	25	248	-	(248)	-	-
Total Outros Programas		4.852	-	(631)	-	4.221
Subvenções Municipais						
Campos Belos	2156/2013	-	241	-	-	241
Campos Belos	2155/2013	-	117	(117)	-	-
Itapirapuã	1283/2014	51	-	(51)	-	-
Total Subvenções Municipais		51	358	(168)	-	241
Total Geral		133.089	13.856	(12.624)	(12.626)	121.695

b) Os repasses registrados no ativo estão discriminados abaixo:

Cidade	Contrato	31/12/2024	Obras Concluídas	Transf. entre contas	31/12/2025
Goiânia - Meia Ponte	0226025-62	-	8.637	-	8.637
Anápolis SES	0408691-99	1.012	5.115	-	6.127
Goiânia Jd Petrópolis SES	0408678-27	197	363	-	560
Goiânia	0350788-10	13.813	(720)	(12.626)	467
Luziânia	0226026-76	55	(55)	-	-
Total PAC		15.077	13.340	(12.626)	15.791

21. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Empreiteiros	73.826	62.921
Prestadores de Serviço	38.928	40.565
Fornecedores de Benefícios	28.697	26.035
Energia	28.376	20.181
Remuneração Contratual	13.010	10.542
Materiais Gerais	8.653	8.965
Arrendamento	8.967	7.504
Materiais - Produtos Químicos	3.517	3.284
Outros	10.199	20.803
	214.173	200.800

22. Empréstimos e Financiamentos

BID

Os pagamentos de juros e amortizações ocorrem semestralmente em moeda estrangeira de dólar americano nos meses de abril e outubro de cada ano, com incidência da taxa SOFR 6M e da taxa determinada pelo próprio BID a cada trimestre. A taxa de juros do pagamento efetuado em 11 de outubro de 2025, calculada sobre a taxa SOFR foi de 6,28% a.a. O empréstimo teve início em 11 de outubro de 2008 e término em 11 de outubro de 2027.

Debêntures

A 8ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, é da espécie quirográfica com garantia real adicional enquanto as debêntures da 9ª, 10ª, 11ª, 12ª e 13ª Emissão são da espécie com garantia real. As emissões foram destinadas exclusivamente a investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, estando, portanto, sujeita ao rito automático de registro de oferta pública de distribuição de valores mobiliários, nos termos do artigo 26, inciso V, alínea “a” da Resolução CVM 160 e do artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Conforme instrumento particular de escritura das debêntures emitidas, estas operações contêm restrições (covenants) onde o Agente Fiduciário poderá declarar vencidas todas as obrigações constantes da escritura e exigir o pagamento imediato, se não forem cumpridas as condições previstas contratualmente. O índice financeiro estabelecido nos contratos de debêntures é a razão entre a dívida líquida e o EBTIDA Ajustado menor ou igual a 3,0 e deve ser verificado anualmente pela emissora e acompanhado pelo agente fiduciário. Não houve descumprimento dos índices financeiros relacionados à cobertura da dívida até 31 de dezembro de 2025.

Em março de 2025, foram celebrados de acordo com a 548ª Reunião do Conselho de Administração da Saneago a Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão Fiduciária da 13ª (décima segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, destinada exclusivamente a investidores profissionais, sendo concluída a emissão, conforme aviso ao mercado em 17 de abril de 2025.

Debênture	Quantidade emitida	Valor Unitário	Valor captado (R\$)
8ª Emissão	220.000	1.000	220.000.000
9ª Emissão	250.000	1.000	250.000.000
10ª Emissão	200.000	1.000	200.000.000
11ª Emissão	300.000	1.000	300.000.000
12ª Emissão	300.000	1.000	300.000.000
13ª Emissão	400.000	1.000	400.000.000

Banco do Brasil

Em 20 de dezembro de 2012 foi assinada Cédula de Crédito Bancário - CCB N° 40/00984-X entre a Saneago e o Banco do Brasil. Conforme a Cédula de Crédito Bancário, contêm restrições onde o Banco poderá declarar vencidas todas as obrigações constantes da escritura e exigir o pagamento imediato, se não forem cumpridas.

Em 14 de agosto de 2023 e 17 de abril de 2025 foram assinadas Cédulas de Crédito Bancário - CCB N° 330.701.727 e N° 330.701.833, respectivamente, entre a Saneago e o Banco do Brasil ambas para aquisições de hidrômetros via Fundo Constitucional do Centro Oeste - FCO. Conforme Cédulas de Crédito Bancário, contêm restrições onde o Banco poderá declarar vencidas todas as obrigações constantes da escritura e exigir o pagamento imediato, se não forem cumpridas. Uma das exigências é a manutenção do índice financeiro da dívida líquida sobre o EBITDA Ajustado menor ou igual a 3,0 a ser verificado anualmente pela Emissora a partir do presente exercício. Não houve descumprimento dos índices financeiros relacionados à cobertura da dívida até 31 de dezembro de 2025. A operação de 2023 teve o valor contratado, de R\$63.006 totalmente liberado. Já a de 2025 teve liberação de forma antecipada de R\$ 45.000, dos R\$65.999 contratados.

Rating

A Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco Ltda. atualizou o Rating Corporativo da Companhia e da 10ª, 11ª, 12ª e 13ª Emissão de Debêntures como 'AAA(bra)', perspectiva estável, conforme comunicados ao mercado divulgados em 02 de dezembro de 2025.

A Fitch Rating Brasil Ltda afirmou o Rating Corporativo da Companhia e da 9ª Emissão de Debênture como 'AA(bra)', perspectiva estável, conforme comunicado ao mercado divulgado em 04 de dezembro de 2025.

22.a Demonstrativo Empréstimos e Financiamentos

Banco	Tipo	Contrato	Início	Venc.	Taxa contratual anual	Custos de Transação	Custos de Transação a apropriar	Garantia	31/12/2025	31/12/2024	
Banco do Brasil	Financiamento	40/00984-X	20/12/2012	01/01/2028	2,94%	-	-	c)	1.440	2.131	
Banco do Brasil	Financiamento	330701727	09/11/2023	01/09/2038	IPCA + 3,971%	1.682	1.407	d)	63.464	63.464	
Banco do Brasil	Financiamento	330701833	01/04/2025	01/03/2040	IPCA + 5,57%	1.344	1.291	d)	45.388	-	
CEF	Financiamento	26340190232-94	29/06/2006	05/03/2028	12% + TR	-	-	a)	651	889	
CEF	Financiamento	26340190233-07	29/06/2006	05/05/2030	12% + TR	-	-	a)	13.845	16.057	
CEF	Financiamento	2635248557-66	30/06/2008	12/11/2030	8,5% + TR	-	-	a)	2.891	2.746	
CEF	Financiamento	2634248555-47	09/10/2009	14/06/2031	9% + TR	-	-	a)	3.825	4.391	
CEF	Financiamento	2634248548-42	30/12/2009	14/06/2031	9% + TR	-	-	a)	3.484	3.999	
CEF	Financiamento	410461-57	31/12/2013	14/04/2037	8,5% + TR	-	-	b)	4.066	4.230	
CEF	Financiamento	0410526-20	31/12/2013	14/04/2037	8,5% + TR	-	-	b)	22.167	23.060	
CEF	Financiamento	0410517-19	14/02/2014	14/06/2036	8,5% + TR	-	-	b)	4.463	4.672	
CEF	Financiamento	0410538-64	27/03/2015	14/04/2036	8,5% + TR	-	-	b)	33.495	35.107	
BID	Financiamento	1414/OC	11/12/2002	11/10/2027	1,90% + SOFR	-	-	e)	28.757	48.595	
Custos de Transação						-	-		(2.698)	(1.559)	
						3.026	2.698		225.238	207.782	
									Circulante	25.698	26.488
									Não Circulante	199.540	181.294

22.b Demonstrativo Debêntures

Debêntures	Início	Venc.	Taxa contratual anual	Custos de Transação	Custos de Transação a apropriar	Garantias	31/12/2025	31/12/2024	
Debêntures 8ªEmissão	27/11/2020	27/11/2025	2,45%aa+CDI	1.254		d)	-	67.334	
Debêntures 9ªEmissão	25/08/2021	11/08/2026	1,90%aa+CDI	2.354	51	d)	56.045	139.917	
Debêntures 10ªEmissão	15/06/2022	15/06/2027	1,55%aa+CDI	1.865	215	d)	100.738	167.616	
Debêntures 11ªEmissão	23/09/2023	23/09/2028	2,25%aa+CDI	4.197	1.491	d)	267.692	300.980	
Debêntures 12ªEmissão	15/07/2024	15/07/2029	0,80%aa+CDI	4.123	2.520	d)	302.106	301.611	
Debêntures 13ªEmissão	15/04/2025	15/04/2030	0,65%aa+CDI	5.270	5.270	d)	402.779	-	
Custos de Transação Debêntures							(9.547)	(7.099)	
				19.063	9.547		1.119.813	970.359	
							Circulante	266.921	252.414
							Não Circulante	852.892	717.945

Descrição	Saldo
Empréstimos e Financiamentos	225.238
Debêntures	1.119.813
	<u>1.345.051</u>

Identificação das garantias:

- Alienação do bem ao Agente Financeiro;
- Vinculação de conta reserva equivalente a 3 vezes o Serviço da Dívida mensal do CT;
- Vinculação da arrecadação de 10% do saldo devedor no final de cada mês;
- Vinculação da arrecadação de 110% de cada parcela vincenda;
- Aval do Estado de Goiás;

Demonstrativo do Não Circulante por faixa de vencimento	Empréstimos e Financiamentos	Debêntures	31/12/2025
2027	24.416	322.222	346.638
2028	11.590	300.001	311.591
2029	16.858	191.666	208.524
2030 em diante	149.101	44.444	193.545
Custo de Transação	(2.425)	(5.441)	(7.866)
	<u>199.540</u>	<u>852.892</u>	<u>1.052.432</u>

22.c Transações efetuadas em Empréstimos e Financiamentos

	01/01/2025 a 31/12/2025				01/01/2024 a 31/12/2024			
	Captações/ Resgates	Amortizações Pagas	Juros e Encargos Pagos	Encargos do Período (a)	Captações/ Resgates	Amortizações Pagas	Juros e Encargos Pagos	Encargos do Período (a)
Financiamentos Internos	45.000	(4.781)	(13.288)	14.886	42.953	(5.172)	(9.429)	10.287
BID	-	(14.827)	(2.506)	(2.504)	-	(13.633)	(3.785)	15.724
Convênios	-	(3.926)	(2.721)	3.262	-	(4.088)	(3.663)	3.398
Debêntures	400.000	(250.557)	(167.998)	170.456	300.000	(224.054)	(112.460)	113.608
Custo de Transação	-	-	(7.647)	4.061	-	-	(4.929)	2.652
Total	<u>445.000</u>	<u>(274.091)</u>	<u>(194.160)</u>	<u>190.161</u>	<u>342.953</u>	<u>(246.947)</u>	<u>(134.266)</u>	<u>145.669</u>

(a) Foram capitalizados R\$75.231 dos encargos do período de 2025 (R\$485 do período de 2024).

22.d Arrendamento

Abaixo, quadro com a movimentação do passivo de arrendamento total reconhecido nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025, assim como informação comparativa do período anterior:

Saldo em 31/12/2024	Entrada	Apropriação de juros	Pagamentos	Baixa/ Remensuração	31/12/2025	Saldo em 31/12/2023	Entrada	Apropriação de juros	Pagamentos	Remensuração	31/12/2024
14.724	188.839	8.077	(48.846)	13.282	176.076	140.210	611	6.525	(47.946)	(84.676)	14.724
				Circulante	35.037					Circulante	14.680
				Não Circulante	141.039					Não Circulante	44
					<u>176.076</u>						<u>14.724</u>

Demonstrativo do Não Circulante por faixa de vencimento	31/12/2025
2027	38.253
2028	43.209
2029	45.905
2030	13.672
	<u>141.039</u>

Em 31 de dezembro de 2025 a companhia mantém duas modalidades de arrendamento, veículos e softwares, que são contabilizados a partir do momento em que esses ativos chegam à Companhia e estão disponíveis para o uso, ocasião em que é iniciado o período de pagamento do arrendamento.

Para veículos o prazo máximo é de 60 parcelas mensais (conforme previsão legal e histórico de renovação da Companhia), cujo valor é periodicamente corrigido pelo índice previsto no contrato, se houver. Em 2025 foram iniciados dois novos contratos com a renovação gradual da frota até substituição de todos os veículos dos contratos anteriores. Os valores demonstrados em remensuração referem-se a reajustes decorrentes de apostilamento e extensão de prazos dos contratos em finalização.

A seguir, apresentamos o passivo de arrendamento de direito de uso e fluxos de pagamentos futuros, mensurados com base na taxa incremental de financiamento e considerando a inflação projetada:

	Passivo com Inflação Futura Projetada e Taxa Incremental	Pagamento Nominal com Inflação Futura Projetada
2026	34.985	50.737
2027	40.234	52.678
2028	45.985	54.569
2029	52.294	56.479
2030	17.516	17.846
	<u>191.014</u>	<u>232.309</u>

23. Obrigações Trabalhistas

	31/12/2025	31/12/2024
Férias a pagar	84.926	77.070
Provisão PLR Empregados	49.329	49.765
Provisão de INSS Férias e 13º salário	24.459	22.196
INSS a recolher salários	23.368	29.979
FGTS sobre férias e 13º salário	12.549	15.910
SESI, SENAI	2.527	1.962
Empréstimos Consignados (a)	1.759	2
Participação nos Resultados	739	710
Outros	81	172
	<u>199.737</u>	<u>197.766</u>

(a) Refere-se ao consignado de FGTS (programa “Crédito do Trabalhador”), cujo valor é recolhido por meio da guia mensal, com vencimento no mês subsequente.

24. Obrigações Tributárias

	31/12/2025	31/12/2024
Parcelamento junto à Receita Federal (a)	19.507	32.650
COFINS	19.866	17.819
IRRF Folha de Pagamento e Serviços	23.339	21.048
IRPJ	19.435	13.536
Contribuição Social	8.948	5.060
PIS a Recolher	4.271	3.818
INSS Prestação de Serviços	3.008	2.276
ISS	2.533	2.313
Retenções de Contribuições Federais	841	629
	<u>101.748</u>	<u>99.149</u>
Circulante	94.346	81.400
Não circulante	7.402	17.749

(a) Receita Federal do Brasil

	Descrição	Início	Final	Qtde. Parcelas	31/12/2025	31/12/2024
I	INSS	09/2017	01/2030	149	5.366	6.150
II	PIS/COFINS	08/2021	07/2026	60	5.990	14.810
III	INSS 10120-18	03/2022	02/2027	60	2.626	4.428
IV	INSS 3324-2023	03/2023	02/2028	60	5.525	7.262
					<u>19.507</u>	<u>32.650</u>
	Circulante				12.105	14.901
	Não Circulante				7.402	17.749

I) INSS - Débitos Previdenciários

A Companhia aderiu ao programa especificado na Lei 13.496/2017, que regulamentou o Programa Especial de Recuperação Tributária - PERT junto à Receita Federal do Brasil e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Com isso, após a desistência no processo judicial nº 200935000107769, incidiu-se contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de vale alimentação nas competências de 01/2004 a 12/2005, decorrente do não cadastramento no Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT.

II) PIS/COFINS

Em agosto de 2021 a Saneago realizou junto à Secretaria da Receita Federal parcelamento de PIS e COFINS referente aos processos 10120-005929/2003-73 e 10120-005927/2003-84, respectivamente. Tais processos referiam-se a contingências consideradas possíveis, decorrentes de auto de infração por não reconhecimento de compensações de tributos realizadas. O pagamento será em 60 parcelas acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais.

III) INSS

Em março de 2022 a Saneago realizou junto à Secretaria da Receita Federal parcelamento de INSS devido pela ausência de recolhimento de contribuição patronal e GILRAT sobre o terço constitucional de férias, conforme discussão no processo 10120-734.564/2018-74. O pagamento será em 60 parcelas acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais.

IV) INSS

Em março de 2023 a Saneago realizou junto à Secretaria da Receita Federal parcelamento de INSS devido pela ausência de recolhimento de contribuição patronal e GILRAT sobre a rubrica “Abono Férias 1/3 Constitucional” conforme discussão no processo 10120.744616/2020-35. A obrigação refere-se ao período de 2018 a fevereiro de 2021, sendo que a partir de então os eventos já são considerados no pagamento regular de INSS. O pagamento será em 60 parcelas acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais.

Imunidade Tributária e Mudança de Regime de PIS/COFINS

Em 26 de fevereiro de 2024 a Companhia obteve, por meio de julgamento na justiça federal, reconhecimento de sua imunidade tributária recíproca em relação aos tributos incidentes sobre os bens, rendas e serviços, nos termos do artigo 150, VI, "a" da Constituição Federal, afastando-se, especialmente, a incidência do IR e IOF. Além disso, a sentença declara a sujeição da Companhia ao regime cumulativo de PIS/COFINS, tal como prevê os artigos 8º, IV e V, e 10, IV e V, das Leis n. 10.637/2002 e 10.833/2003, respectivamente.

A União através da PGFN apresentou recurso de Apelação o qual, após contrarrazões da Saneago, foi remetido ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região estando o processo concluso para julgamento desde junho de 2024.

Após a primeira decisão, a Companhia passou a efetuar o pagamento de IRPJ e diferenças entre PIS/COFINS pelo regime cumulativo e não cumulativo em juízo, de forma a serem prontamente levantados com o trânsito em julgado, além de garantirem a não incidência de encargos moratórios em caso de reversão da decisão. Até o a publicação das demonstrações, o saldo histórico recolhido passível de levantamento é R\$529.245 correspondente às referências de fevereiro de 2024 a janeiro de 2026.

Eventuais efeitos positivos no resultado da Companhia não são reconhecidos no momento, sendo somente registrados com o trânsito em julgado.

25. Outras Contas

	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de resíduos sólidos a repassar (a)	24.956	-
Provisão Fornecedores (b)	24.643	6.676
Provisão de Remuneração contratual (c)	10.914	8.502
Adiantamento Contratual (d)	3.526	6.015
Cauções	572	572
Obrigações Contratuais (e)	-	10.147
Subvenção contratual	-	1.752
Parcelamentos	-	250
Outras contas	14	2
	<u>64.625</u>	<u>33.916</u>
Circulante	63.588	20.243
Não circulante	1.037	13.673

- (a) Valor refere-se a taxa de resíduos sólidos arrecadados sob regime de cofaturamento em faturas de água e esgoto conforme convênios firmados junto às prefeituras e previsão legal.
- (b) Variação deve-se principalmente ao provisionamento de taxa cobrada pelo uso da água no valor de R\$12.180 que foi registrada conforme competência.
- (c) Provisão de remuneração de concessão devida às prefeituras referente, principalmente, ao período de dezembro de 2025.

- (d) Contratação de instituição bancária, privada, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para prestação de serviços para processar créditos de pagamentos de salários, férias, adiantamentos de viagens, pensões e similares dos empregados da Saneago, nas condições estabelecidos no Edital e seus anexos. A contratada pagou à Saneago pelo serviço licitado a quantia de R\$ 12.444 em parcela única, sendo o prazo de vigência do contrato de 60 (sessenta) meses a partir de 1º de junho de 2022. O saldo pendente corresponde ao saldo a ser alocado no resultado conforme competência do contrato.
- (e) Em 28 de dezembro de 2018 a Saneago firmou Termo de Acordo com o município de Águas Lindas no qual se comprometeu a repassar ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Infraestrutura – FMSAI de Águas Lindas, a importância de R\$ 20.293, sendo este valor a título de compensação pelo vencimento antecipado do Contrato de Concessão nº 170/2000 e mediante celebração de Contrato de Programa. Os recursos deveriam ser utilizados para obras de esgotamento sanitário no município e estavam condicionados ao efetivo cumprimento do cronograma de obras, sendo que, conforme execução das obras realizou-se o pagamento de duas parcelas. A responsabilidade de finalização das obras foi transferida ao Consórcio e, desta forma, o valor restante a pagar foi baixado.

26. Provisão para Demandas Judiciais

A Companhia é parte integrante de diversos processos com causas cíveis, tributárias e trabalhistas classificadas como prováveis de perdas e devidamente provisionadas de acordo com a Deliberação da CVM 594/09 e CPC 25 conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Ambiental	13.704	9.410
Cível	49.006	38.792
Regulatória	555	698
Trabalhista	99.234	107.972
Tributária	11.666	11.761
	<u>174.165</u>	<u>168.633</u>

Abaixo a movimentação das provisões:

	Saldo 31/12/2024	Pagamentos de Demandas Judiciais provisionadas	Provisões/ Reversões Reconhecidas	Saldo 31/12/2025
Ambiental	9.410	-	4.294	13.704
Cível	38.792	(2.733)	12.947	49.006
Regulatória	698	-	(143)	555
Trabalhista	107.972	(4.237)	(4.501)	99.234
Tributária	11.761	(24)	(71)	11.666
Total	<u>168.633</u>	<u>(6.994)</u>	<u>12.526</u>	<u>174.165</u>

As principais movimentações são: i) provisionamento de ações cíveis referente a reequilíbrio econômico de contrato e adimplemento de serviços executados e não pagos, conforme laudo pericial, somando o valor de R\$11.961; ii) provisionamento de ação de cumprimento definitivo de sentença ambiental no valor de R\$2.000; iii) estorno de provisão trabalhista coletiva no valor de R\$4.501 devido a cálculo apresentado pelo reclamante, reduzido em relação a projeção inicial; iv) estorno de provisão cível de consumidor no valor de R\$1.844 devido ao pagamento de condenação no valor de R\$3.445 e v) estorno de provisão de processo trabalhista individual no valor de R\$1.650 devido ganho de causa em segunda instância.

As principais causas provisionadas em 31 de dezembro 2025 são as seguintes:

Natureza	Processo	Descrição	Autor	Estimativa
Trabalhista	0010217-89.2022.5.18.0007	Ação Coletiva - Intervalo Interjornada	STIUEG	20.160
Trabalhista	0010341-76.2021.5.18.0017	Ação Coletiva - Intervalo Interjornada	STIUEG	17.250
Trabalhista	0011388-6.2021.5.18.0011	Ação Coletiva - Repouso Semanal Remunerado	STIUEG	15.750
Tributária	0026826-44.2018.4.01.3500	Auto de Infração	CRQ	11.455
Trabalhista	0011483-77.2014.5.18.0012	Ação Coletiva - Plantão Operacional	STIUEG	9.333
Trabalhista	0010206-66.2022.5.18.0005	Ação Coletiva - Descaracterização Jornada 12x36	STIUEG	8.800
Trabalhista	0010287-3.2022.5.18.0009	Ação Coletiva - Hora extra excedente a 6a diária	STIUEG	7.700
Cível	5311394-26.2021.8.09.0051	Adimplemento de serviços executados e não pagos	SOBRADO	6.600
Trabalhista	0010242-85.2016.5.18.0016	Ação Coletiva - Intervalo Intrajornada	STIUEG	6.000
Cível	5605468-59.2019.8.09.0051	Quebra de equilíbrio econômico de contrato	SOBRADO	5.892
Ambiental	5182910-61.2019.8.09.0051	Ação civil pública ambiental	MPGO	5.000
Trabalhista	0010242-39.2021.5.18.0007	Ação Coletiva - Intervalo Intrajornada	STIUEG	4.800
				118.740

Passivos Contingentes

Estas não são provisionadas, porém são avaliadas constantemente quanto à possibilidade de perdas.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor Estimado	Quantidade	Valor Estimado	Quantidade
Ambiental	49.517	82	51.588	41
Cível	31.129	625	45.983	660
Regulatória	15.450	18	18.645	21
Trabalhista	99.568	116	81.740	118
Tributária	654.064	7	710.582	7
	849.728	848	908.538	847

As principais causas possíveis estão elencadas no quadro a seguir:

Processo	Autor	Matéria	Valor
0057557-58.2003.8.09.0051	Município de Goiânia	Tributária	367.300
0281694-13.2009.8.09.0051	Município de Goiânia	Tributária	255.703
17095.720414/2023-44	Receita Federal do Brasil	Tributária	30.878
0215530-65.2004.8.09.0011	Goiás MP Procuradoria Geral de Justiça	Ambiental	12.000
0288088-98.2010.8.09.0116	Goiás MP Procuradoria Geral de Justiça	Cível	11.430
5435715-37.2024.8.09.0049	Juberto Ramos Jube	Regulatória	11.113
			688.424

Divulgamos ainda existência de 9 processos trabalhistas coletivos que versam sobre plantão operacional/sobreaviso, horas extras, progressão salarial e intervalo intersemanal em que, considerando estarem em fase processual inicial, não é possível identificar o rol de empregados abrangidos. Desta forma, por não ser possível realizar uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, é tratado como passivo contingente, conforme item 10 b-ii) do Pronunciamento Técnico CPC 25, e não foram consideradas nos quadros acima.

Adicionalmente, há 8 processos que, embora tenham sido classificados com prognóstico de perda possível no encerramento do exercício, tiveram, em evento subsequente, trânsito em julgado ou foram arquivados sem ônus para a Companhia. Dessa forma, tais processos não foram incluídos na divulgação acima.

Por fim, informamos em dezembro de 2025 decisão favorável à Companhia em ação rescisória diretamente relacionada às ações 0057557-58.2003.8.09.0051 e 0281694-13.2009.8.09.0051. Apesar de a referida decisão estar sujeita à interposição de recursos, não se encontrando, portanto, acobertada pela coisa julgada, possui o potencial de conduzir à improcedência das ações em mencionadas.

27. Benefícios a Empregados

27.a – Plano de benefícios previdenciários – Benefício Definido

O plano de suplementação de aposentadoria 001 (Benefício Definido) é administrado pela Fundação de Previdência dos Empregados da Saneago – PREVSAN, custeado por contribuições dos participantes ativos, vinculados, assistidos e da Patrocinadora Saneago. Conforme o regulamento do plano, a contribuição mensal da Patrocinadora é igual ao valor das contribuições dos participantes ativos, mantendo a paridade.

Os benefícios oferecidos aos empregados são: Suplementação de Aposentadoria por Invalidez, Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço ou Contribuição, Suplementação de Aposentadoria por Idade, Suplementação de Aposentadoria Especial, Suplementação de Pensão, Suplementação de Abono Anual e Benefício Proporcional Diferido. O cálculo dos benefícios considera o Salário Real de Benefício, a média dos Salários de Contribuição ao Plano e o valor do benefício pago pela Previdência Oficial.

Os estudos de avaliação atuarial são realizados anualmente, sendo o último efetuado com a data base de 31 de outubro de 2025 e os resultados alcançados no estudo posicionados em 31 de dezembro de 2025:

	Em 2025 (R\$)
Valor justo dos ativos do plano	
1 Valor justo dos ativos no fim do período anterior	(1.245.638)
2 Benefícios pagos no período utilizando os ativos do plano	103.459
3 Contribuições de participante realizadas no período	(19.465)
4 Contribuições do empregador realizadas no período	(18.908)
5 Rendimento esperado dos ativos (a+b+c)	(154.369)
a) <i>Rendimento esperado sobre os ativos do plano</i>	(158.663)
b) <i>Rendimento sobre contribuições esperadas</i>	(2.251)
c) <i>Perda de rendimento com pagamentos esperados de benefícios</i>	6.545
6 (Ganhos)/perdas no valor justo dos ativos do plano	92.067
7) Valor justo dos ativos no fim do período (1+2+3+4+5+6)	(1.242.854)
Obrigações Atuariais	
8 Obrigações atuariais no início do período	1.086.941
9 Custo do serviço corrente líquido	(8.096)
10 Custo do serviço passado	-
11 Contribuições de participante realizadas no período	19.465
12 Juros sobre obrigação atuarial (a+b)	131.904
a) <i>Despesa de juros sobre obrigação atuarial</i>	138.449
b) <i>Redução de juros decorrente dos pagamentos esperados de benefícios</i>	(6.545)
13 Benefícios pagos no período	(103.459)
14 (Ganhos)/Perdas nas obrigações atuariais	13.476
15 Obrigações atuariais no fim do período (8+9+10+11+12+13+14)	1.140.231

Sendo o Passivo/Ativo Líquido:

Apuração do Passivo (Ativo) líquido	31/12/2025	31/12/2024
Déficit/(Superávit) apurado		
A Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial (15)	1.140.231	1.086.941
B Valor justo dos ativos do plano (7)	(1.242.854)	(1.245.638)
C Déficit/(Superávit) apurado (A+B)	(102.623)	(158.697)
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais		-
D Efeito do Teto de Ativo (para C<0 D = C x (-1); para C>0 D = 0)	102.623	158.697
E Passivos Adicionais	-	-
F Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais (D+E)	102.623	158.697
G Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33 (R1)	-	-
H Passivo/(Ativo) líquido apurado (C+F)	-	-

Conforme pode ser identificado no quadro anterior, os recursos existentes no plano previdenciário em 31 de outubro de 2025 são suficientes para garantir o pagamento dos compromissos do plano, não sendo necessário, portanto, o reconhecimento de passivo atuarial em 2025.

Premissas utilizadas para o cálculo do passivo e das projeções

As premissas e métodos atuariais utilizados seguem a Resolução CVM nº 110/2022, que aprovou o CPC 33 (R1), com a finalidade de estabelecer quando e de que forma o custo para proporcionar os benefícios a empregados deve ser reconhecido pela empresa empregadora. O método da Unidade de Crédito Projetada foi adotado para calcular as obrigações atuariais. Em 2025, as seguintes premissas atuariais foram utilizadas:

Premissas em 31/12/2025	
Taxa real de desconto atuarial	7,37%
Retorno real esperado sobre os ativos	7,37%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	2,93%
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento	0,00%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,25%
Fator de capacidade sobre os salários	98,25%
Inflação esperada	4,05%
Taxa de desconto nominal	11,72%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	11,72%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	7,10%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	4,05%
Mortalidade geral	BR-EMSsb-2021, segregada por sexo
Mortalidade de inválidos	MI-85 segregada por Sexo
Entrada em invalidez	TASA 27
Taxa anual de rotatividade	2,80% a.a. Linear
Composição familiar	Benefícios a Conceder: Família Média Benefícios Concedidos: Família Real, conforme cadastro dos assistidos

Em 12 de janeiro de 2024, mediante a Portaria PREVIC nº 29, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar aprovou as seguintes alterações propostas no regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários 001: i) Alteração da regra de cálculo do Salário Real de Benefícios, base para o cálculo os benefícios ii) Fechamento do plano para novas adesões e iii) Breves ajustes para melhoria da clareza do texto ou para rever remissão de outras alterações com o objetivo de tornar o regulamento mais claro e revisar a remissão de dispositivos legais.

27.b - Plano de benefícios previdenciários - Contribuição Definida

O Plano de Benefícios Previdenciários 002, aprovado em 16 de abril de 2019 (Portaria Previc nº 310, CNPB nº 2019.0009-38), é administrado pela PREVSAN e opera sob a modalidade de Contribuição Definida. Os benefícios são ajustados conforme o saldo de cotas de cada participante, o resultado da aplicação dos recursos, os valores aportados e os benefícios pagos. O custeio do plano se dá pelas contribuições dos participantes ativos, auto patrocinados, assistidos e da patrocinadora Saneago. A contribuição mensal mínima dos participantes é de 3% do Salário Real de Contribuição (SRC), podendo ser maior a critério do participante. A contribuição da Patrocinadora varia entre 3% e 8% do SRC.

27.c - Plano de Assistência à Saúde

A Caixa de Assistência dos Empregados da Saneago - CAESAN é uma associação privada sem fins lucrativos que oferece assistência à saúde médico-hospitalar aos seus beneficiários. O Programa de Assistência à Saúde funciona sob a modalidade de autogestão e oferece planos coletivos por adesão, conforme regulamento específico. O programa é mantido pelas contribuições dos empregados e da Saneago, sendo a contribuição da empresa equivalente a 40% das despesas dos empregados durante a atividade. Ex-empregados e aposentados que optarem por permanecer no programa assumem o custeio integral.

O Programa de Assistência à Saúde da CAESAN se enquadra como Plano de Contribuição Definida. Conforme a Resolução CVM nº 110/2022, a contabilização dos compromissos para este plano é feita com base no montante das contribuições da Saneago, que totalizaram R\$ 48.043 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 46.328 em 31 de dezembro de 2024), dispensando o cálculo de obrigações atuariais.

28. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social poderá ser aumentado, por deliberação do Conselho de Administração da Companhia e independentemente de reforma no Estatuto Social, até o limite de R\$ 3.125.000.000,00 (três bilhões, cento e vinte e cinco milhões de reais), nos termos da legislação vigente e observada a proporção prevista no estatuto (Art. 5º §1º do Estatuto).

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 2.515.546.367,76 (dois bilhões, quinhentos e quinze milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, trezentos e sessenta e sete reais e setenta e seis centavos), representado por 2.515.546.367 (dois bilhões, quinhentas e quinze milhões, quinhentas e quarenta e seis mil, trezentos e sessenta e sete) ações nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Acionistas	31/12/2025					
	Nº Ações Ordinárias	%	Nº Ações Preferenciais	%	Nº Total de Ações	%
Estado de Goiás	1.336.135.806	71,5695%	354.992.364	54,7287%	1.691.128.170	67,2271%
Fundo de Prev. Estadual	488.016.887	26,1404%	122.637.514	18,9069%	610.654.401	24,2752%
Cia de Inv. E Parcerias Goiás	42.749.681	2,2899%	170.998.719	26,3627%	213.748.400	8,4971%
Outros	4.000	0,0002%	11.396	0,0018%	15.396	0,0006%
Total	1.866.906.374	100,00 %	648.639.993	100,00%	2.515.546.367	100,00 %

O valor unitário das ações ordinárias e preferenciais é de R\$ 1,00 (Um real).

b) Integralização de Capital

Entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025 não houve aumento de capital.

c) Reserva Legal

É constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, não podendo ser utilizada para pagamento de dividendos.

d) Reserva para Investimentos

O saldo remanescente do lucro do exercício após deduzidos eventuais prejuízos acumulados, a reserva legal e o dividendo mínimo obrigatório, é destinado à constituição de reserva para investimentos, conforme Artigo 73, inciso II do Estatuto Social da Companhia.

e) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Esta conta foi criada pela lei 11.638/07, alterada pela Lei 11.941/09 e visa registrar, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo bem como a realização da depreciação destes bens.

Ajuste de Avaliação Patrimonial	31/12/2025	31/12/2024
Ajuste de avaliação patrimonial	50.397	50.399
Tributos fiscais diferidos sobre custo atribuído (Nota 16.2)	(17.135)	(17.136)
	<u>33.262</u>	<u>33.263</u>

f) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido do exercício de acordo com a legislação societária, sendo devidos em primeiro lugar aos titulares de ações preferenciais, que serão pagos em até 60 dias da data em que for declarado em Assembleia Geral Ordinária. Por deliberação do Conselho de Administração poderão ser atribuídos juros sobre o capital próprio, os quais serão calculados sobre o patrimônio líquido da Companhia em função da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) da forma prevista na IN RFB 1.700/2017 e serão obrigatoriamente compensados na distribuição dos dividendos obrigatórios. Assim, os dividendos são distribuídos na forma de JCP no limite estabelecido conforme cálculo descrito acima, sendo que, caso o dividendo mínimo obrigatório ultrapasse esse valor, a diferença é paga como dividendos.

Os dividendos de 2024 foram distribuídos na forma de JCP, conforme quadro abaixo e de acordo com deliberação em AGOE, realizada no dia 30 de abril de 2025, pagos no dia 02 de maio de 2025:

Cálculo dos Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos a Pagar	
Resultado de 2024	621.594
Constituição Reserva Legal (5%)	(31.080)
Lucro Distribuível Ajustado	590.514
Dividendos Obrigatórios (25%)	147.629
Juros Sobre o Capital Imputados aos dividendos	147.629
Total de Proventos Propostos em 31 de dezembro de 2024	147.629

Em 2025 os dividendos são previstos na forma de JCP, conforme estimativa no quadro abaixo:

Cálculo dos Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos a Pagar	
Resultado Exercício de 2025	669.769
Constituição Reserva Legal (5%)	(33.489)
Lucro Distribuível Ajustado	636.280
Dividendos Obrigatórios (25%)	159.070
Juros Sobre o Capital Imputados aos dividendos	159.070
Total de Proventos Propostos em 31 de dezembro de 2025	159.070

Tipo de ações	Quantidade	Percentual	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ação Ordinárias	1.866.906.374	74,21%	115.086	0,06165
Ação Preferenciais	648.639.993	25,79%	43.984	0,06781
	<u>2.515.546.367</u>		<u>159.070</u>	

g) Lucro por Ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período. Entretanto os acionistas portadores de ações preferenciais possuem o direito de recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias, na forma do inciso II do §1º do artigo 17 da Lei das Sociedades por Ações.

Tipo de ações	Quantidade	Percentual	Lucro no Período	Lucro por Ação
Ação Ordinária	1.866.906.374	74,21%	497.067	0,2663
Ação Preferencial	648.639.993	25,79%	172.702	0,2663
	<u>2.515.546.367</u>		<u>669.769</u>	

O lucro diluído do período é correspondente às ações ordinárias no valor de R\$ 497.068, sendo o lucro diluído por ação 0,2663.

29. Receita Operacional Líquida

Receitas Brutas	31/12/2025	31/12/2024
Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto	3.907.723	3.636.187
Serviços Técnicos	2.773	2.367
Outorga Subdelegação	9.100	9.100
Receita de Construção	632.543	547.090
Total	4.552.139	4.194.744
Impostos Incidentes e Devoluções		
PIS	(64.686)	(60.717)
COFINS	(297.947)	(279.668)
Devoluções e Abatimentos	(4.940)	(2.224)
	(367.573)	(342.609)
Receita Operacional Líquida	4.184.566	3.852.135

30. Custos e Despesas por natureza

	31/12/2025				31/12/2024			
	Custo	Comercial	Administrativa	Totais	Custo	Comercial	Administrativa	Totais
Pessoal (a)	(809.369)	(130.214)	(454.522)	(1.394.105)	(754.869)	(126.941)	(416.758)	(1.298.568)
Serviços de Terceiros (b)	(214.683)	(88.862)	(59.896)	(363.441)	(166.652)	(89.555)	(42.061)	(298.268)
Energia Elétrica	(287.964)	-	(3.317)	(291.281)	(270.992)	(149)	(3.237)	(274.378)
Amortizações e Depreciações	(156.199)	(739)	(66.491)	(223.429)	(144.323)	(551)	(47.828)	(192.702)
Materiais	(112.060)	(5.875)	(11.633)	(129.568)	(125.433)	(1.935)	(12.744)	(140.112)
Remuneração de Concessão	-	(123.849)	-	(123.849)	-	(112.456)	-	(112.456)
Gerais	(9.685)	(17.731)	(15.632)	(43.048)	(9.983)	(9.157)	(15.202)	(34.342)
Crédito de PIS/COFINS Sobre Depreciação e Amortização	21.405	105	4.129	25.639	25.191	74	-	25.265
	<u>(1.568.555)</u>	<u>(367.165)</u>	<u>(607.362)</u>	<u>(2.543.082)</u>	<u>(1.447.061)</u>	<u>(340.670)</u>	<u>(537.830)</u>	<u>(2.325.561)</u>
Custo de Construção	<u>(632.543)</u>				<u>(547.090)</u>			
	<u>(2.201.098)</u>				<u>(1.994.151)</u>			

- (a) Incremento reflete a reposição de inflação aplicada a partir de junho de 2025 com um percentual de 5,20%, abono concedido por ocasião da assinatura do acordo coletivo da categoria no valor total de R\$14.415, além do crescimento vegetativo e progressão do plano de carreira.
- (b) A elevação deve-se ao aumento dos gastos com manutenções nas redes de esgoto, impulsionado por uma maior eficiência na prestação desses serviços e pela intensificação das manutenções preventivas. Houve também a ampliação dos contratos de locação de máquinas pesadas, utilizadas em pequenas manutenções e obras corretivas, bem como no transporte e disposição do lodo gerado no tratamento da ETE Hélio Seixo de Brito, em Goiânia.

31. Outras Receitas/Despesas Operacionais

	31/12/2025			31/12/2024		
	Provisão/ Reversão	Efetivo	Efeito líquido	Provisão/ Reversão	Efetivo	Efeito líquido
Plano de Participação de Empregados nos Lucros (a)	436	(51.740)	(51.304)	(137)	(49.628)	(49.765)
Créditos de clientes - Perdas/Recuperação	(54.074)	16.627	(37.447)	(56.298)	26.872	(29.426)
Contingências - Indenizações/legais/judiciais (b)	(5.532)	(23.910)	(29.442)	37.544	(35.312)	2.232
Ressarcimentos e Indenizações	-	793	793	-	580	580
Penalidade Contratual (c)	-	2.245	2.245	-	30.897	30.897
Outras Despesas/Receitas das Operações (d)	-	4.686	4.686	-	(71.273)	(71.273)
Alienação e Baixas de Imobilizados/Perdas em Obras (e)	12.697	(9.539)	3.158	20.442	(95)	20.347
Estoques - Baixas/Ajustes (f)	(575)	9.061	8.486	(399)	(2.438)	(2.837)
	<u>(47.048)</u>	<u>(51.777)</u>	<u>(98.825)</u>	<u>1.152</u>	<u>(100.397)</u>	<u>(99.245)</u>

(a) O valor efetivo corresponde ao pagamento do PPR referente ao exercício anterior, realizado aos colaboradores. Já em provisão/reversão, evidenciam-se tanto a reversão associada a esse pagamento quanto as provisões relativas ao exercício atual, cujo pagamento está previsto para o próximo exercício.

(b) As principais movimentações no exercício 2025 são: i) provisionamento no valor de R\$11.961 referente a ações de reequilíbrio econômico de contrato e adimplemento de serviços executados e não pagos; ii) estorno de provisão trabalhista coletiva no valor de R\$4.501 devido a cálculo apresentado pelo reclamante, reduzido em relação a projeção inicial; iii) estorno de provisão relacionada a consumidor, no valor de R\$ R\$1.844, tendo sido paga condenação (efetivo) no valor de R\$3.445 e iv) pagamento de acordo referente a processo de cobrança de encargos por atraso e serviços executados e não pagos, sendo a parcela não passível de imobilização de R\$ 5.640, para a qual não havia provisão constituída.

Já o resultado de 2024 foi impactado por i) estorno de provisão no valor de R\$20.160 referente a ação trabalhista coletiva sobre intervalo intrajornada devido a acordão que reformou sentença desfavorável em 1ª instância; ii) estorno de provisão no valor de R\$19.411 referente a ação de reequilíbrio econômico-financeiro e encargos moratórios onde foi fechado acordo para pagamento de 7.400 sendo R\$5.552 despesa efetiva; iii) estorno de provisão trabalhista no valor de R\$10.499 devido a pagamento, sendo registrados R\$18.768 de despesa efetiva; v) provisão de ação trabalhista coletiva sobre plantão operacional no valor de R\$11.698 devido a decisão definitiva de condenação.

(c) No exercício 2024, refere-se a aplicação de multa proveniente do contrato de subdelegação junto à BRK Ambiental Goiás S.A. (nota 13) pelo não cumprimento de metas dentro do prazo estabelecido em contrato, sendo firmado termo de acordo para conversão da multa em obrigação de fazer obras.

(d) No exercício 2024, registro de despesa para fins de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato 1.327/2013 conforme nota 13.

(e) As principais movimentações no exercício 2025 são: i) reversão e registro de perda efetiva no montante de R\$ 3.699 mil referentes a investimentos realizados no SES Campinaçu que não puderam ser aproveitados devido a entraves relacionados à regularização fundiária; ii) reversão de provisão de perda no valor de R\$4.268 decorrentes de imobilização de obras no SAA de Aparecida de Goiânia e iii) registro de perda efetiva de parcela não aproveitável de obras no SES Aragarças, no valor de R\$1.511.

As movimentações em 2024 são relacionadas a obras do Sistema de Esgoto de Aragarças/GO e Campinaçu/GO cujos contratos foram parcialmente executados e posteriormente paralisados, ensejando a provisão, sendo que após a Companhia empregar esforços para identificação dos trechos funcionais, culminaram em imobilização e consequente reversão da estimativa de perda.

(f) A movimentação na provisão de perda em estoques, constituída conforme descrito na nota 2.3 é composta de:

Constituição de provisão líquida para perdas em Estoque (nota 10)	(515)
Constituição de provisão líquida para perdas em Estoque de Obras (nota 18)	(60)
	<u>(575)</u>

32. Resultado Financeiro Líquido

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas Financeiras		
Juros, Multas e Rendimentos (a)	192.086	151.823
Atualização Monetária	10.964	15.120
Ajuste a Valor Presente - AVP	(500)	(488)
	<u>202.550</u>	<u>166.455</u>
Despesas Financeiras		
Juros de Dívida e Arrendamento (b)	(121.794)	(134.234)
Atualização Monetária	(5.071)	(6.206)
Outros Juros/Multas/Encargos	(16.990)	(15.408)
Variação Cambial (c)	4.691	(11.601)
	<u>(139.164)</u>	<u>(167.449)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>63.386</u>	<u>(994)</u>

- (a) Aumento de rendimentos decorrentes de aplicações financeiras.
- (b) Redução decorrente das captações realizadas com spreads menores e encerramento de operações com juros maiores no período.
- (c) A oscilação observada no grupo Variação cambial é referente ao contrato BID 1414/OC firmado em moeda estrangeira e reflexo direto da cotação cambial. Em 2024 tivemos um aumento do preço do Dólar em relação ao Real de 26,59% passando de R\$ 4,89 para R\$ 6,19 e durante o exercício de 2025 uma redução de 11,37% passando de R\$ 6,20 para R\$ 5,50.

33. Seguros

Em 28 de novembro de 2025, foi contratado o Seguro de Responsabilidade Civil para Conselheiros, diretores e administradores, além de outras figuras equiparadas (Seguro D&O) com vigência de 12 (doze) meses, a contar de 04 de dezembro de 2025.

Nos termos da apólice, a seguradora se obriga a indenizar, em nome dos segurados, toda e qualquer perda pela qual venham a ser legalmente responsabilizados em razão de reclamações decorrentes de atos danosos por eles causados, praticados ou tentados, desde que ocorridos durante o período de retroatividade ou de vigência do seguro, observado o limite máximo de garantia contratado, fixado em cinquenta milhões de reais. O total do prêmio pago será de 740 mil em 4 parcelas de 185 mil.

A Companhia não possui seguros que cubram a totalidade dos riscos inerentes aos seus negócios bem como dos seus ativos. A ocorrência de qualquer dano não coberto poderá afetar adversamente o seu desempenho financeiro.

34. Operação e negociação com partes relacionadas

Abaixo as entidades que se relacionam com a Saneago, conforme item 9, CPC 05(R1) e deliberação CVM 642 de 07 de outubro de 2010.

a. Operações com o Estado de Goiás

a) Relação de Dependência

A Saneago mantém sua condição de empresa estatal não dependente, ou seja, não recebe do ente controlador, Governo do Estado de Goiás, nenhum recurso financeiro para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital. Exceto aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

b) Participação em Financiamentos

O Estado de Goiás participa como fiador em contrato de empréstimo firmado entre a Companhia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, além de oferecer garantias em contrato de financiamento celebrado com a Caixa Econômica Federal.

c) Prestação de Serviços

A Companhia presta serviços de água e esgoto a órgãos da administração pública direta e indireta de responsabilidade do Estado de Goiás. Em 2025 a receita líquida da Companhia com o Estado de Goiás foi de R\$ 337.926 (em 2024 foi de R\$ 311.007).

O saldo dos débitos vencidos e a vencer desses órgãos são os seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
Faturados a vencer	9.136	13.483
Parcelamentos a faturar	265	507
Vencidos até 30 dias	3.920	453
Vencidos de 31 a 60 dias	232	460
Vencidos de 61 a 90 dias	392	350
Vencidos de 91 a 120 dias	291	395
Vencidos de 121 a 180 dias	371	749
Vencidos de 181 a 360 dias	1.142	1.837
Vencidos de 361 dias a 5 anos	9.370	4.754
Vencidos de 6 a 10 anos	5.413	5.830
Vencidos acima de 10 anos	545	70
Estimativa a faturar	4.894	4.081
(-) AVP Créditos a Receber	(3)	(7)
(-) PCLD	(14.608)	(15.051)
Subtotal	21.360	17.911
Parcelamentos a faturar (Não Circulante)	1.185	1.370
(-) AVP Créditos a Receber	(129)	(149)
(-) PCLD	(68)	(116)
Subtotal	988	1.105
Total	22.348	19.016

A provisão para perda estimada de créditos de liquidação duvidosa referente ao Contas a Receber de Órgãos Estaduais considera metodologia de cálculo conforme descrito na nota 9, sendo aplicada matriz de provisão referente a órgãos públicos.

b. Operações com os Municípios

a) O contrato de programa com o município de Goiânia foi assinado em 17 de dezembro de 2019 com vencimento em 17 de dezembro de 2049. O contrato prevê o pagamento mensal de 5% do faturamento bruto para o Fundo Municipal de Saneamento Básico do município. Em 2025, até 31 de dezembro, o faturamento bruto no município de Goiânia foi de R\$ 1.419.207, e foram pagos R\$ 70.960.

b) 35 dentre os 223 contratos, em 31 de dezembro de 2025, têm previsão de remuneração com valores que variam entre 2% e 5% da arrecadação do município.

c) A Companhia vem realizando encontros de contas para regularização de débitos, por meio de compensação com os serviços realizados pelas Prefeituras à Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de contas a receber, vencidas e a vencer, referente a débitos dos municípios atendidos pela Companhia é de R\$ R\$ 135.185 e foi realizado encontro de contas no valor de R\$ 5.259 (Em 31 de dezembro de 2024 o saldo era de R\$ 128.562 e foi realizado encontro de contas no valor de R\$ 175).

35. Remuneração da Administração, Conselho Fiscal e Comitê Estatutário

Os gastos relacionados à remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Colegiada, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário foram de R\$ 8.975 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 8.987 em 31 de dezembro de 2024).

a) Conselho de Administração

O Conselho de Administração, órgão normativo e deliberativo, compõe-se de no mínimo 7 (sete) e no máximo 11 (onze) membros, os quais perceberão honorários mensais de 18% (dezoito por cento) da média da remuneração paga aos Diretores da Companhia.

b) Diretoria Colegiada

A Diretoria é um órgão executivo colegiado com poderes para exercer a administração da Companhia e tem a seguinte composição: Diretoria da Presidência, Diretoria Comercial, Diretoria de Gestão Corporativa, Diretoria Financeira, de Relações com Investidores e Regulação, Diretoria de Produção, Diretoria de Expansão e Procuradoria Jurídica. A Assembleia Geral fixará os honorários da Diretoria que não serão inferiores à maior remuneração paga a empregado da Companhia. Os Diretores perceberão honorários equivalentes ao maior salário base da Companhia e a 95% (noventa e cinco por cento) da maior gratificação que for fixada para o cargo de Diretor Presidente.

No Estatuto da Companhia não existem cláusulas de pagamento de bônus ou gratificação anual aos membros do Conselho de Administração e aos diretores, entretanto os diretores que são empregados da Companhia recebem os mesmos benefícios que os demais empregados.

c) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal compõe-se de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. A Assembleia Geral que eleger o Conselho Fiscal fixará os honorários mensais de seus membros efetivos, quando em funções, observando o limite mínimo, para cada um, de 14% (quatorze por cento) da média dos honorários atribuídos aos Diretores.

d) Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário é um órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, com autonomia operacional para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades. Compõe-se de no mínimo de 3 (três) e no máximo de 5 (cinco) membros, vedada a eleição de suplentes e observando-se os requisitos mínimos dispostos na Lei 13.303/2016. O Conselho de Administração que eleger o Comitê de Auditoria Estatutário fixará os honorários mensais de seus membros efetivos, que equivalerão a 18% (dezoito por cento) da média da remuneração paga aos Diretores da Companhia.

36. Informações suplementares aos Fluxos de Caixa

Em relação ao Balanço Patrimonial são reduzidas as variações sem efeito no caixa conforme demonstrado abaixo:

ATIVO	Nota	31/12/2025
Créditos a Receber de Usuários	9	(92.277)
PCLD/AVP	31/32	(54.574)
		<u>(146.851)</u>
Outras contas a Receber	14	(8.922)
Transferências do intangível - Aporte Consórcio Águas Lindas	19	(2.904)
Transferências do imobilizado - Aporte Consórcio Corumbá	17	(438)
		<u>(12.264)</u>
Estoques	10	(6.123)
Transferências do Ativo de Contrato	18	(86.631)
Perdas Estimadas em Estoque/Reversão	31	(515)
		<u>(93.269)</u>
Ativo de Contrato	18	(355.002)
Aplicação de estoque em adição	18	4.077
Juros Capitalizados	22.c	75.231
		<u>(275.694)</u>
PASSIVO	Nota	31/12/2025
Obrigações Trabalhistas	23	1.971
Provisão PLR Empregados	31	436
		<u>2.407</u>

Ricardo José Soavinski
Diretor Presidente

Hugo Cunha Goldfeld
Diretor Comercial

Leonel Alves Pereira
Diretor de Gestão Corporativa

Diego Augusto Ribeiro Silva
Diretor Financeiro, de Relações com
Investidores e Regulação

Marco Tulio de Moura Faria
Diretor de Produção

Fernando Cozzetti Bertoldi de Souza
Diretor de Expansão

Ariana Garcia do Nascimento Teles
Procuradora Jurídica

Elias Evangelista Silva
Contador CRC/GO 13.330

Relatório 2025

Comitê de Auditoria Estatutário

Saneago

Alex Schweigert Pinheiro Cleto
Eliane Simonini Baltazar
Neuber Teixeira de Souza
Otaviano Vianna Neto

Goiânia, 06 de março de 2026

Sumário

Apresentação

Sobre este relatório

Atividades Realizadas e Reuniões do Comitê

Atuação do Comitê frente à Auditoria Interna

Auditoria Externa

Diretorias e Superintendências

CAESAN e PREVSAN

Monitoramento/Acompanhamento do CAE

Avaliação da Efetividade das Auditorias Independente e Interna

Avaliação da Qualidade das Demonstrações Financeiras

Conclusão

Apresentação

O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia de Saneamento de Goiás S.A – SANEAGO (CAE) foi instituído em 2018 e está composto por um representante dentre os membros independentes do Conselho de Administração, além de três membros, eleitos pelo Conselho de Administração.

O CAE se reporta ao Conselho de Administração, atuando com autonomia e independência no exercício de suas funções, na condição de órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do CAE são desempenhadas em respeito às suas atribuições, estabelecidas tanto em lei, quanto nas normas da Companhia, além do previsto em seu Regimento Interno.

A responsabilidade do Comitê abarca a revisão e o monitoramento, dentro de sua capacidade de supervisão, dos processos de elaboração e publicação de relatórios financeiros e de auditoria.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração da Companhia, dos auditores independentes, da auditoria interna, das áreas responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, além das análises pregressas decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

Otaviano Vianna Neto
Presidente do CAE

Alex Schweigert Pinheiro Cleto

Neuber Teixeira de Souza

Eliane Simonini Baltazar

Sobre este relatório

O presente relatório, que deve ter seu sigilo respeitado, foi elaborado com fundamento na Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, que “Dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes.”

Para a elaboração deste documento, apoiou-se notadamente no artigo 31-D, VI, da Instrução, o qual menciona a necessidade de se apresentar um relatório anual resumido, contendo a descrição das atividades do CAE, bem como dos resultados e das conclusões alcançadas durante o período correspondente.

Nesse contexto, devem constar do relatório todas as recomendações feitas à Alta Administração da Companhia, além de “quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o CAE em relação às demonstrações financeiras da companhia.”¹

Com vistas ao atendimento da Instrução em comento, assim como para que haja maior clareza do relatório, as atividades que o Comitê realizou no ano de 2025 serão apresentadas de acordo com os temas abordados, apresentando-se, de maneira agrupada, as atividades realizadas pelo CAE e os resultados de sua atuação. Quanto às conclusões e recomendações à Alta Administração da Companhia, figuram no bojo da apresentação das atividades do Comitê.

Assim, os temas que foram objeto de apreciação pelo CAE ao longo de 2025 são os seguintes: a) Atividades Realizadas e Reuniões do Comitê; b) Atuação da Auditoria Interna e do Próprio Comitê; c) Auditoria Externa; d) Diretorias e Superintendências; f) Monitoramento/Acompanhamento do CAE; g) Avaliação da Efetividade das Auditorias Independentes e Internas; h) Avaliação da Qualidade das Demonstrações Financeiras.

Apresentam-se, pois, os assuntos que foram objeto de análise, deliberação, questionamento e recomendações por parte do CAE.

¹ “Art. 31-D Compete ao CAE: [...] VI – elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o CAE em relação às demonstrações financeiras da companhia”

Atividades Realizadas e Reuniões do Comitê

Em 2025 o CAE realizou e/ou participou de **45 (quarenta e cinco) reuniões** sendo: **23 (vinte e três)** reuniões ordinárias, **07 (sete)** extraordinárias, **11 (onze)** reuniões do Comitê Setorial de Compliance e **04 (quatro)** reuniões Conjunta dos Órgãos de Governança, com a participação dos acionistas-chave da Companhia.

Realizou, ademais, reuniões periódicas com os auditores externos da BDO, alinhando os pontos necessários à melhor percepção do negócio, bem como analisando os resultados dos trabalhos realizados.

O Comitê também participou de reuniões com as Diretorias e Conselho de Administração da Companhia. Nessas reuniões, abordaram-se assuntos relacionados ao sistema de governança corporativa, à auditoria externa e interna, ao gerenciamento de riscos, aos controles internos, ao *compliance*, à ouvidoria, à contabilidade, à supervisão da elaboração das demonstrações financeiras e ao monitoramento de contratos. As ações específicas estão descritas abaixo, sendo que as situações que ensejaram a necessidade de ações de melhoria foram objeto de indicações aos responsáveis.

Foram adotadas, ainda, ações destinadas à organização e ao funcionamento do Colegiado, bem como com a avaliação do Plano Anual de Auditoria Interna para esse mesmo exercício.

Atuação do Comitê frente à Auditoria Interna

No seu relacionamento com a Auditoria Interna, o CAE continuou na busca de uma ação assertiva e atenta às necessidades desse órgão. Nessa linha, o exercício de suas atribuições legais, regimentais e estatutárias foi feito pelo CAE em estreita conexão com a SUAUD, tanto no sentido de definir as prioridades em matéria de auditoria interna na Empresa, como no que diz respeito à condução desses trabalhos.

No acompanhamento da atuação da SUAUD, o CAE priorizou os passivos de auditoria, e ações preventivas. A seleção das auditorias baseou-se na Matriz de Riscos da Companhia e na avaliação de contratos por critério de valor, riscos inerentes ou importância estratégica. Além disso, as demandas de órgãos externos foram atendidas.

Em linhas gerais, os temas abordados ao longo de 2025 juntamente com a Superintendência de Auditoria Interna, podem ser apresentadas, de maneira resumida, da seguinte maneira:

Janeiro de 2025: acompanhamento de processos de auditoria interna e de ouvidoria; acompanhamento da situação de obras da Diretoria de Expansão, referência 4T2024; aprovação do encaminhamento do planejamento do PAINT 2025 para o Conselho

de Administração; conhecimento do Relatório de Avaliação Autorial do exercício de 2024 da Saneago; seleção de novos auditores internos e autorização para os trâmites correspondentes, previstos no Plano de Carreira Gerencial (PCG), IN00.0261, para posterior nomeação pelo Conselho de Administração.

Fevereiro de 2025: conhecimento do Relatório de Acompanhamento das ações referente às adequação da área de Tecnologia da Informação da Saneago às melhores práticas do mercado e necessidades da Companhia; conhecimento das prioridades da DIEXP quanto ao licenciamento ambiental, e orientação sobre priorização desses temas junto à SEMAD, AMA e Prefeituras, bem como o apoio da SGG; acompanhamento da situação de obras da Diretoria de Expansão; acompanhamento de processos de auditoria interna e de ouvidoria; conhecimento da prévia da apresentação das Demonstrações Financeiras do exercício de 2024 e autorização para o seu encaminhamento ao Conselho Fiscal.

Março de 2025: acompanhamento de processos de ouvidoria; conhecimento da apresentação das Demonstrações Financeiras do exercício de 2024 e recomendação de aprovação para o Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Assembleia Geral acionistas; sugestão de criação de uma comissão de acompanhamento do TAC nº 160/2017; sugestão de contratação de um escritório de advocacia para acompanhamento e defesa da exclusiva companhia no TAC 160/2017.

Abril de 2025: conhecimento do relatório de Auditoria nos Processos de Pagamentos de Horas Extras e sugeriram diversas medidas de mitigação dos problemas identificados; conhecimento e deliberação sobre processo de Apuração de Responsabilidade (Sindicância) envolvendo denúncia de assédio moral; conhecimento de relatório conclusivo de investigação preliminar (PIP) nº 24/2022; acompanhamento e encaminhamento de questionamentos sobre relatório conclusivo de Investigação Preliminar nº 02/2021 referente a Almoxarifado virtual.

Maior de 2025: apreciação das Demonstrações Financeiras do 1º Trimestre de 2025 (Processo 7144/2025) e encaminhamento dos autos ao Conselho Fiscal e Conselho de Administração recomendando a aprovação; designação de Membro do CAE Relator substituto para o Processo 6427/2025; apreciação da Carta de Controles Internos (CCI) relativa à auditoria do ano de 2024; conhecimento do Relatório de Acompanhamento das Obras de Expansão da DIEXP, referente ao mês de abril de 2025.

Junho de 2025: conhecimento do Relatório de Atividades nº 104/2025 do Grupo de Trabalho - RD 13/2024 referente a sistemas de TI; conhecimento do Termo de Referência de contratação de serviços técnicos especializados para execução de serviços de auditoria independente, e autorização para o seu encaminhamento para deliberação da Diretoria Colegiada; acompanhamento do andamento do Processo 6427/2025 cujo relator

é membro do CAE; acompanhamento e retirada de dúvidas do CAE quanto à operação de investigação externa relativos ao contrato de caminhões-pipa.

Julho de 2025: conhecimento do Relatório Trimestral das Atividades da Auditoria Interna; conhecimento do Processo 8676/2025 sobre a contratação de serviços de auditoria independente compreendendo o exercício social de 2026, e autorização para encaminhamento dos autos ao Conselho de Administração, nos termos da Deliberação da Diretoria Colegiada nº 248/2025; acompanhamento e deliberações sobre o Processo 6427/2025; conhecimento do Reporte da Auditoria Independente (BDO): Assuntos preliminares do segundo trimestre; conhecimento do Relatório de Auditoria das Entidades Patrocinadas Prevsan (Processo 5232/2025) e CAESAN (Processo 5233/2025), e encaminhamento integral dos relatórios às entidades envolvidas e a fixação de um prazo para resposta das informações solicitadas; conhecimento e deliberações sobre o Ofício nº 073/2025 – STIUEG, com fixação de prazo interno para esclarecimentos necessários para resposta ao STIUEG.

Agosto de 2025: conhecimento e deliberações sobre as Demonstrações Financeiras do 2º Trimestre de 2025 (Processo 10648/2025), com autorização para o encaminhamento dos autos ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração, recomendando a aprovação; conhecimento do Reporte Trimestral de Acompanhamento de Obras de Expansão da DIEXP referência Julho/2025 (Processo 7756/2024); ciência do Reporte bimestral da DICOR/SUTEC (Processo 7324/2024) referente ao Relatório de Atividades nº 305/2025 do Grupo de Trabalho - RD 13/2024.

Setembro de 2025: Análise curricular para fins de preenchimento de vaga na Auditoria Interna (Processo 13253/2025) e seleção de auditora interna e deliberação pela adoção das providências administrativas necessárias à formalização da posse; conhecimento do relatório de atividades da Auditoria interna 2º trimestre de 2025 (Processo 11587/2025); acompanhamento e deliberações sobre processos de auditoria interna; avaliação e aprovação de Proposta de Orçamento para Custeio do CAE – Exercício 2026 (Memorando nº 34764/2025).

Outubro de 2025: conhecimento do Reporte Bimestral da DICOR/SUTEC referente ao Relatório de Atividades do Grupo de Trabalho - RD 13/2024 (Processo 7324/2024); apreciação da apresentação da Auditoria Externa BDO sobre Assuntos preliminares do terceiro trimestre de 2025; acompanhamento e deliberações sobre processo de Ouvidoria (Registro de Ouvidoria nº 7296/2025).

Novembro 2025: análise das Demonstrações Financeiras do 3º Trimestre do Exercício de 2025, e recomendação para encaminhamento para avaliação do Conselho Fiscal e posterior aprovação pelo Conselho de Administração; acompanhamento e solicitação de informações complementares sobre o andamento das obras de expansão; conhecimento do reporte da Superintendência de Planejamento Integrado – SUPLA referente às metas do planejamento que ficaram fora dos resultados esperados

(Memorando nº 45783/2025); conhecimento do Reporte Trimestral da Diretoria de Expansão e informações complementares que haviam sido solicitadas pelo CAE à DIEXP; conhecimento e deliberação CAE sobre o Relatório de Monitoramento de Auditoria n.06/2025 (Processo 9797/2024); análise inicial de sugestões da SUAUD para o Plano Anual de Auditoria Interna 2026 (PAINT 2026).

Dezembro de 2025: conhecimento do Reporte da DIEXP sobre obras que permaneceram sem movimentação por período superior a 12 meses, contendo justificativas e ações previstas para retomada (Processo 7756/2024); conhecimento do Reporte bimestral da DICOR/SUTEC- Relatório de Atividades nº 305/2025 do Grupo de Trabalho - RD 13/2024 (6.2. Processo 7324/2024).

Auditoria Externa

Durante o exercício de 2025, o CAE realizou, igualmente, reuniões preliminares à apresentação das Demonstrações Financeiras Trimestrais com a BDO. Além disso, em novembro de 2025, a BDO apresentou ao CAE o relato das atividades de auditoria e o cronograma e previsão de execução das atividades de auditoria externa pendentes.

Diretorias e Superintendências

Em seu relacionamento com as diretorias e superintendências da Companhia - que não a SUAUD - o CAE buscou, junto à Diretoria de Expansão informações mais detalhadas sobre o andamento das obras, bem como discutiu as providências necessárias ao aprimoramento e nas entregas, com vistas a cumprir as metas de expansão. Além disso, realizou junto à SUMAB o acompanhamento das licenças ambientais com vistas a dar andamento as obras.

A DIFIR, como a SUCONT, participaram ativamente junto ao Comitê quando da apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, oportunidades em que a Auditoria Externa esteve próxima ao CAE, realizando, sempre, a apresentação prévia dos números ao Comitê.

Junto à DICOR, o CAE fez incisivo acompanhamento quanto ao andamento das ações de melhorias e remodelação da Superintendência de Tecnologia da Informação. A Diretoria apresentou informações bimestrais ao Comitê.

Junto à DIPRE foi recebido reporte quanto a atualização adequação dos índices de Atendimento e Cobertura e dados do Censo IBGE 2022 aplicáveis para todas as cidades operadas pela Saneago.

No decurso do exercício de 2025, o CAE participou, juntamente com a CAESAN, das reuniões ordinárias conjuntas dos órgãos de governança da Companhia, nas quais foram relatadas as atividades realizadas pela patrocinada, os resultados obtidos, entre outros assuntos e informações.

Monitoramento/Acompanhamento do CAE

Consideradas suas competências legais, estatutárias e regimentais, o CAE se manifestou quanto à aprovação das contas da Companhia, no mês de Março, referente ao 4º Trimestre de 2024; e nos meses de Maio, Agosto e Novembro, referente aos 1º, 2º e 3º Trimestres de 2025; não houve indicação de elementos de discrepância de nenhuma das contas aprovadas.

Concluindo, analisamos o parecer emitido pelos auditores independentes, sem ressalvas, e entendemos que as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 apresentam adequadamente a posição financeira e patrimonial da Companhia de Saneamento de Goiás S.A em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil. Diante disso, recomendando que as mesmas sejam aprovadas pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente ao trabalho de rotina, o CAE analisou e opinou sobre os seguintes temas:

- ✓ Diligências para retirada do parágrafo de ênfase do relatório da auditoria independente;
- ✓ Implantação do procedimento de *Due Diligence* no âmbito da Companhia, com vistas a mitigar os riscos inerentes à gestão dos contratos.
- ✓ Acompanhamento do canal de denúncias, com relação aos assuntos de responsabilidade do Comitê, bem como revisão do processo de recebimento e investigação de denúncias;
- ✓ Proposta de revisão da política de auditoria interna.
- ✓ Acompanhamento junto a Diretor de Gestão Corporativa das ações referente à adequação da área de Tecnologia da Informação da Saneago às melhores práticas do mercado e necessidades da Companhia.
- ✓ Acompanhamento junto a Diretor de Produção quanto as de prioridades da DIEXP quanto ao licenciamento ambiental.
- ✓ Acompanhamento junto a Diretora de Expansão as obras de expansão.

Avaliação da Efetividade das Auditorias Independente e Interna

Compete ao Comitê, entre outras atribuições, acompanhar a contratação, a destituição e a realização de trabalhos pela empresa de auditoria externa. Também supervisiona as atividades da área de Auditoria Interna e monitora a qualidade dos mecanismos e atividades de controles internos.

Além disso, o Comitê supervisiona a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. É responsável, ainda, por avaliar e monitorar a exposição a riscos da Empresa.

Com base nas atividades desenvolvidas e considerando as atribuições e limitações do escopo de sua atuação, o Comitê indica que, até o momento, não foram identificadas ocorrências que possam comprometer a independência da auditoria externa. Isso se aplica às demonstrações financeiras da SANEAGO do exercício de 2025, que estão sendo realizadas pelos Auditores Independentes – BDO RCS Auditores Independentes.

Nessa senda, cumpre destacar que a estrutura de controles internos está em constante melhoria, sendo instrumentalizada para atender ao porte e à complexidade dos negócios da Companhia, sendo objeto de permanente atenção por parte da Administração, mostrando-se compatível face às exposições a risco da Companhia.

Compreende-se que a Superintendência de Auditoria Interna – SUAUD é efetiva e cumpriu seu planejamento anual (Paint 2025) quase que em sua integralidade. O Comitê vem insistindo como recomendação a aquisição de um sistema interno e adequação do escopo da metodologia no sentido de que os processos da SUAUD sejam mais céleres e eficiente.

Em atendimento às competências previstas no art. 24, § 1º, da Lei 13.303/2016, as solicitações, orientações e sugestões apresentadas às áreas e aos órgãos de governança da empresa constam nas respectivas atas de reuniões.

Avaliação da Qualidade das Demonstrações Financeiras

A Alta Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras da SANEAGO. Tais ações devem ser conduzidas em observância à legislação societária, às práticas contábeis, às normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Nesse jaez, o Comitê reuniu-se trimestralmente com a SUCONT para analisar os procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Reuniu-se, igualmente, com os auditores independentes, analisando os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório se apresenta **sem ressalvas**.

Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas, e, ainda, com as recomendações e demais apontamentos previstos nos relatórios de controle interno e na apresentação das demonstrações financeiras.

Diante disso, foi possível ao Comitê constatar que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas acima indicadas.

Conclusão

O Comitê apresentou recomendações para o aperfeiçoamento de processos e procedeu ao acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas pelas auditorias interna e independente, apontadas no curso dos seus trabalhos. Nos trabalhos realizados pela auditoria interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação vigente e das normas internas, cuja gravidade pudesse colocar em risco a continuidade da Companhia.

Nessa perspectiva, o Comitê procedeu à apreciação da proposta do Plano Anual de Auditoria Interna - 2025 e o recomendou à aprovação pelo Conselho de Administração. Igualmente, foram realizadas diversas reuniões com os auditores independentes (externos), para planejamento e resultados dos trabalhos visando à elaboração das Demonstrações Financeiras de 2025.

O Comitê de Auditoria não recebeu, até o fechamento deste relatório, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da SANEAGO, que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade das demonstrações contábeis.

Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, entende ter desempenhado as suas funções estatutárias e

atendido às finalidades de sua competência como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração.

Otaviano Vianna Neto
Presidente do Comitê

Alex Schweigert Pinheiro
Membro do Comitê

Neuber Teixeira de Souza
Membro do Comitê

Eliane Simonini Baltazar
Membro do Comitê